

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO

CAIO CORADI MOMESSO

**OS CAMINHOS DA SOLIDARIEDADE:**  
AÇÃO PÚBLICA E ECONOMIA SOLIDÁRIA NO VALE DO RIBEIRA

SÃO PAULO

2020

CAIO CORADI MOMESSO

**OS CAMINHOS DA SOLIDARIEDADE:**

Ação pública e economia solidária no Vale do Ribeira

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo.

Área de Concentração: Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

Orientador: Prof. Dr. Mário Aquino Alves

SÃO PAULO

2020

Momesso, Caio Coradi.

Os caminhos da solidariedade : ação pública e economia solidária no Vale do Ribeira / Caio Coradi Momesso. - 2020.

131 f.

Orientador: Mário Aquino Alves.

Dissertação (mestrado CMAPG) – Fundação Getulio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo.

1. Economia solidária. 2. Políticas públicas - Ribeira de Iguape, Rio, Vale (PR e SP). 3. Solidariedade. 4. Agricultura familiar. I. Alves, Mário Aquino. II. Dissertação (mestrado CMAPG) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 334

Ficha Catalográfica elaborada por: Isabele Oliveira dos Santos Garcia CRB SP-010191/O

Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas – SP

CAIO CORADI MOMESSO

OS CAMINHOS DA SOLIDARIEDADE:

Ação pública e economia solidária no Vale do Ribeira

Dissertação apresentada à Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Administração Pública e Governo.

Área de Concentração: Governo e Sociedade Civil em Contexto Subnacional

Data de aprovação:

\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Mário Aquino Alves (Orientador)  
FGV-EAESP

---

Prof. Dra. Marlei Pozzebon  
FGV-EAESP

---

Prof. Dr. Fábio Grigoletto  
UFSCAR

*À Linda, antiga aluna de EJA, que me ensinou a alegria contida nas palavras e na educação.*

*Ao Gilberto do Acampamento Elizabeth Teixeira, mestre desavisado, que certa tarde me disse  
que eu era péssimo com a enxada e que deveria continuar estudando para tentar melhorar  
alguma coisa neste mundo.*

*A todos os agricultores familiares do Vale do Ribeira, com muita gratidão.*

## RESUMO

O presente estudo propõe-se a investigar o relacionamento entre sociedade civil e governos subnacionais na formação e manutenção de sistemas econômicos alternativos, dentro do mote da economia solidária. Para tanto, realizamos um estudo qualitativo de caso único a respeito da criação da COOPERCENTRAL VR, uma central de cooperativas da agricultura familiar com 13 organizações e cerca de 1.200 famílias, criada na região do Vale do Ribeira paulista, em 2017. Inicialmente, realizamos um debate bibliográfico acerca do tema da economia solidária e problematizamos a forma como tem sido utilizado o conceito de solidariedade por seus principais autores. Em seguida, buscamos a construção de um referencial teórico interdisciplinar para a investigação do conceito, nos valendo de uma abordagem relacional e mobilizando autores dos campos da administração pública, da sociologia econômica, da teoria das organizações e da teoria social. A partir daí, foram apresentadas, por meio de uma análise narrativa, o histórico de formação da cooperativa central, seu contexto espaço-temporal, os mecanismos organizativos, sua relação com o Estado e as políticas públicas e os desafios em sua consolidação. Como conclusão da pesquisa, nota-se a importância de uma negociação ativa em torno da manutenção desses sistemas econômicos alternativos. Por parte das cooperativas, têm-se a relevância de aspectos materiais para seu desenvolvimento e participação na ação pública, bem como os ganhos obtidos com a diversificação das estratégias de engajamento e a criação de vínculos de solidariedade com atores públicos. Podemos ainda entender diferentes predisposições por parte de agentes do Estado na facilitação ou na resistência à incorporação de pautas da agricultura familiar e da economia solidária nas agendas públicas, a depender desses vínculos. Finalmente, procuramos argumentar como a tensão entre a racionalidade de mercado e a racionalidade solidária constitui e caracteriza este tipo de organização.

**Palavras-chave:** Economia Solidária; Ação Pública; Vale do Ribeira; Solidariedade; Agricultura Familiar.

## ABSTRACT

The present study aimed to investigate the relations between civil society and subnational governments in the establishment and maintenance of alternative economic systems, within the context of solidarity economy. Therefore, we conducted a qualitative single case study regarding the creation of COOPERCENTRAL VR, a family farming cooperative center composed of 13 organizations and around 1.200 families, created in São Paulo's *Vale do Ribeira* region (Ribeira Valley) in 2017. First, we carried out a bibliographical debate on the theme of solidarity economy and put into dialogue the different uses of the concept of solidarity employed by its main authors. Next, we made an effort to build an interdisciplinary theoretical framework for investigating the concept, using a relational approach and mobilizing authors from the fields of public administration, economic sociology, organization theory and social theory. From this, we presented, through narrative analysis, the center's foundation history, its spatio-temporal context, its organizational mechanisms, the relations with the State and public policies and the challenges in its consolidation. As a conclusion of the research, the importance of an active negotiation on the maintenance of these alternative economic systems became relevant. On the co-op's part, it is noted that the material aspects are important for their development and participation in public action, as well as the gains obtained with the diversification of engagement strategies and the creation of solidarity bonds with public actors. On the other hand, we managed to understand different inclinations by the agents of the State in facilitating or resisting the incorporation of family farming and solidarity economy agendas, depending on these bonds. Finally, we pursued to argue how the tension between market rationality and solidarity rationality constitutes and characterizes this type of organization.

**Keywords:** Solidarity Economy; Public Action; *Vale do Ribeira*; Solidarity; Family Farming.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente às pessoas que estiveram comigo no período mais intenso da elaboração desta pesquisa e que sem a disposição solidária e afetuosa não seria possível a execução do atual projeto. Em primeiro lugar, todos os agricultores, gestores públicos e entrevistados que me receberam e compartilharam suas histórias para o estudo de caso. Agradeço à minha mãe Dani, minha companheira Larissa e meu irmão Matheus pelo auxílio com as transcrições. Ao meu irmão agradeço também pelo auxílio na elaboração gráfica da linha do tempo. Obrigado ao meu amigo Dimitri pela revisão do texto de maneira quase simultânea ao meu envio, também pelas provocações críticas que possibilitaram um salto de qualidade na minha argumentação. Gostaria de agradecer à Raquel pelo apoio mútuo durante a revisão bibliográfica. Agradeço à Marina pela disponibilidade do carro quando eu já estava muito desgastado viajando de ônibus, bem como o Marcelo e o Gilberto pelas caronas e pela estadia no Vale do Ribeira. Agradeço à Cinthia por me ajudar com a tradução do abstract.

Agradeço ao CNPq pela concessão de bolsa integral no mestrado, possibilitando minha dedicação exclusiva e tranquilidade na condução da pesquisa.

Ao Prof. Mário Aquino, muito obrigado por toda a parceria, as discussões teóricas, as possibilidades de engajamento em projetos, os direcionamentos preciosos e a confiança depositada em mim para a execução desta dissertação. Fico muito feliz por ter contado com uma orientação tão próxima e atenciosa, se fazendo presente nos momentos de agonia e amenizando as coisas com cafés durante as tardes. À Profa. Marlei Pozzebon e ao Prof. Fábio Grigoletto, gostaria de agradecer as contribuições indispensáveis na qualificação e na banca de defesa, mas também em todo o aprendizado que obtive em nosso convívio dentro e fora da sala de aula. Finalizo meu mestrado com a certeza de que seu caráter formativo foi um privilégio imenso, pelo qual também gostaria de agradecer às professoras e professores Gabriela Lotta, Maria Rita Loureiro, Francisco Fonseca, Lauro Gonzales, Eduardo Diniz, Ciro Biderman, Peter Spink, Zilma Borges, Antonio Díaz Andrade, entre outros docentes com quem dividi reflexões e projetos de pesquisa.

Aos amigos que construíram comigo um cotidiano acadêmico. Gostaria de agradecer a todos do CEAPG pelo convívio no 11º andar ou em campo: Fabi, Carol, Arthur, Marcella, Bia, Fillipe, Catarina, Fernanda L., Marina, Fernando Burgos, Mariel, Pinho e Bruno. Aos amigos do primeiro ano com quem dividi as ansiedades e expectativas: Juliana, Eli, Natasha, Lígia, PH,



Romulo, Valdir, Caio, Bias, Gabi, João, Lara e Camila. Aos parceiros de viagem teórica e de todas as reflexões desenvolvidas no grupo de estudos sobre inovação social e na escrita conjunta sobre ação pública: Morgana, Fernanda, Débora e Raquel. Também agradeço à Profa. Lara Simielli, ao Prof. André Guzzi e à Joelma Caldeira pela oportunidade de participar como supervisor durante os programas de imersão da graduação, experiências que me trouxeram muita bagagem e vivência. Nesse sentido, agradeço a todos os alunos com quem pude compartilhar estes momentos. Gostaria de fazer um agradecimento especial, mesmo que já citado, à Morgana, Raquel, Natasha e ao Prof. Mário, por serem meus guias, sempre com muita empatia e acolhimento, por todo o universo acadêmico desde que cheguei e precisei aprender sobre seus símbolos, normas, congressos, artigos, ferramentas, entre outros.

Remetendo aos tempos pregressos à FGV, gostaria de agradecer as oportunidades que me foram dadas pela Profa. Carmen Santana e pelo Prof. Fernando Macedo, ao assinarem minha carta de recomendação no processo seletivo do mestrado. Também agradeço a toda a equipe com quem convivi no ITS BRASIL, organização que me abriu as portas ao chegar em São Paulo e fez com que eu me afirmasse na trajetória que estava traçando. Um abraço especial para a Jéssica, pelo afeto diário no trabalho com a pop rua, e no Pedrão, por ter me auxiliado neste contato e me apresentado à organização. Aos amigos de Campinas, seja quem a vida possibilita mais ou menos presença, por me retomarem a um tempo de sonhos e de formação de muito daquilo que eu sou hoje: Carlos, Bruno, Nina, Carol M., Micca, Pedro, Nil, Cláudia e toda a equipe da UBS, Dudi, Ber, Luciana, Nathalia, Aquiles, Uruguaio, Ana, Vini, Robson e Carol F. Aos queridos amigos de Itapira, por me fazerem lembrar do mais elementar em mim: Du, João, Budu, Júlio, Laís, Gabriel, Alberto, Laura, Ana Flora, Jean, Doug e toda minha família.

Um agradecimento especial para aqueles que constroem o minha vida em São Paulo, sem os quais minha casa ficaria muito mais vazia: Dorot, Marina, Cinthia, Anna, Dimitri e Juliana. Ao Rafael, por me acompanhar e me entender há tantos anos. Ao meu irmão Matheus, por me trazer o sentimento de família sempre que precisei. À minha vó Lena, que apesar da saudade se faz presente em pensamento.

Agradeço aos meus pais pelo tempo de uma vida e pelo suporte incondicional. À minha mãe, Danielle, pelo espírito público e incansável vontade de fazer o bem; ao meu pai, Assis, por toda a determinação que me move.

Por fim, agradeço com todo meu amor à Larissa, pelo apoio, paciência, incentivo, carinho e pela construção diária de nossas vidas, que enche minha caminhada de cores e me faz uma pessoa melhor.

*“(...) o que se aprende no meio dos flagelos: que há nos homens mais coisas a admirar que coisas a desprezar”.*

*(“A Peste”, Albert Camus)*

## SUMÁRIO

<b>I.</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
a)	Pergunta e objetivos de pesquisa .....	18
b)	Justificativa .....	19
<b>II.</b>	<b>DEBATENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA.....</b>	<b>21</b>
a)	O campo da economia solidária: definindo limites conceituais .....	21
b)	Políticas públicas para a economia solidária .....	31
c)	Diálogo entre campos: economia solidária, agricultura familiar e desenvolvimento rural brasileiro.....	35
d)	As perguntas em aberto sobre a economia solidária: definindo solidariedade.....	39
<b>III.</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>46</b>
a)	Agência e estrutura na abordagem sociológica relacional.....	47
b)	Possibilidades além do mercado tradicional.....	55
c)	A tensão entre racionalidade instrumental e substantiva.....	58
d)	Concebendo a ação solidária a partir da noção de reconhecimento .....	60
e)	Modelo teórico: ação pública e economia solidária.....	64
<b>IV.</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA .....</b>	<b>67</b>
a)	Estratégia geral de pesquisa.....	67
b)	Coleta de dados.....	69
c)	Análise dos dados .....	73
d)	Critérios para validação de pesquisa.....	75
<b>V.</b>	<b>A COOPERCENTRAL VR - A mobilização dos agricultores do Vale do Ribeira na formação de uma alternativa econômica e política .....</b>	<b>76</b>
a)	Um passado compartilhado: atravessadores e a condição do agricultor familiar .....	82
b)	A importância das políticas públicas .....	85
c)	A central como uma tecnologia social: mecanismos organizativos .....	94
d)	Atuação pública das cooperativas.....	103

e)	Os desafios e o futuro da central: o que dizem os participantes .....	107
<b>VI.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>110</b>
a)	Discussão .....	110
b)	Limitações e recomendações de pesquisa.....	115
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>116</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>123</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

- AAGFAM** — Associação dos Agricultores Familiares de Cajati
- ABAM** — Associação dos Bananicultores de Miracatu
- AGUA** — Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu
- ATER** — Assistência Técnica e Extensão Rural
- CATI** — Coordenadoria de Assistência Técnica Integral
- CBRN** — Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais
- CDRS** — Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável do Estado de São Paulo
- CEAGESP** — Centrais Estaduais de Abastecimento
- CEAPG** — Centro de Estudos de Administração Pública e Governo
- CNES** — Conselho Nacional de Economia Solidária
- CNPJ** — Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
- CONAB** — Conselho Nacional de Abastecimento
- CONSAD** — Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local
- COOBAM** — Cooperativa dos Bananicultores de Miracatu
- COOPAFARGA** — Cooperativa dos Produtores Rurais e Agricultura Familiar do Município de Juquiá
- COOPAFASB** — Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras
- COOPEMAVIG** — Cooperativa Mista Agroecológica de Vista Grande
- COOPERAGUA** — Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu
- COOPERASOL** — Cooperativa Agroindustrial Solidária
- COOPERCENTRAL VR** — Cooperativa Central Dos Produtores Rurais e da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira
- COOPERQUIVALE** — Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira
- COOPERVEALE** — Cooperativa Mista dos Bananicultores do Vale do Ribeira
- CPS** — Compras Públicas Sustentáveis
- DAE** — Departamento de Alimentação Escolar
- Família Do Vale** — Cooperativa Agroecológica dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira e Litoral Sul
- FBES** — Fórum Brasileiro de Economia Solidária
- FSM** — Fórum Social Mundial

**IBGE** — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**ICA** — Instituto de Cooperativismo e Associativismo do Estado de São Paulo

**INCRA** — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**IPEA** — Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**ISA** — Instituto Socioambiental

**IVAPORUNDUVA** — Associação Quilombo Ivaporunduva

**LETS** — Local Exchange Change Systems

**MDA** — Ministério do Desenvolvimento Agrário

**MST** — Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

**MTE** — Ministério do Trabalho e Emprego

**MVP** — Medida Provisória

**OCESP** — Organização das cooperativas do Estado de São Paulo

**PAA** — Programa de Aquisição de Alimentos

**PBF** — Programa Bolsa Família

**PMSP** — Prefeitura Municipal de São Paulo

**PNAE** — Programa Nacional de Alimentação Escolar

**PRONAF** — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

**SEBRAE** — Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**SENAES** — Secretaria Nacional de Economia Solidária

**SIES** — Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária

**UNIFORJA** — Cooperativa Central de Produção Industrial de Trabalhadores em Metalurgia

**UNISOL** — Central de Cooperativas e Empreendimentos Solidários

## LISTA DE QUADROS, FIGURAS E FOTOS

<b>Quadro 1:</b> Organização do campo da ES referenciada pela solidariedade.....	31
<b>Quadro 2:</b> Tratamento do conceito “solidariedade” pelos autores do campo de ES.....	40
<b>Quadro 3:</b> Relação dos entrevistados.....	70
<b>Quadro 4:</b> Documentos para análise.....	72
<b>Quadro 5:</b> Observações realizadas.....	73
<b>Quadro 6:</b> Cenários da Central de Distribuição dos Agricultores do Vale do Ribeira (2014 e 2019) .....	80
<b>Figura 1:</b> Relação Estrutura, Agência e Ação Social.....	51
<b>Figura 2:</b> Systems of Exchange.....	56
<b>Figura 3:</b> A Economia Plural.....	58
<b>Figura 4:</b> Modelo Analítico.....	66
<b>Figura 5:</b> O Vale do Ribeira.....	68
<b>Figura 6:</b> Linha do tempo – políticas públicas na formação da COOPERCENTRAL VR.....	86
<b>Foto 1:</b> Sede da COOPERCENTRAL VR.....	79
<b>Foto 2:</b> Sede da COOPERCENTRAL VR.....	79



## I. INTRODUÇÃO

A questão do trabalho se mostra um elemento central quando pensamos nos níveis de desigualdade de renda e de oportunidades nas sociedades contemporâneas. Atualmente o Brasil passa por níveis elevados de desemprego, subemprego e desalentados. Segundo dados do IBGE, em 2019, o país apresentou uma taxa média de desemprego de 11,9%, o que representa, em termos absolutos, 12,6 milhões de pessoas. Somadas as pessoas subocupadas e a força de trabalho potencial, esses números chegam a 24,4%, equivalente, portanto, a 27,6 milhões de brasileiros<sup>1</sup>. Ao analisarmos o trabalho em conjunto do elemento territorial, podemos perceber a vulnerabilidade das populações que habitam o campo e as margens urbanas. Tratando de informalidade ocupacional no Brasil, encontramos os maiores índices em atividades de serviços domésticos (72,2%), agropecuária (66,9%) e construção civil (63,6%)<sup>2</sup>, setores característicos do exercício da pluriatividade econômica de populações de baixa renda. Dada a evidente prevalência do trabalho como fonte principal de renda para grande parte da sociedade brasileira, os números de pessoas vivendo em condição de pobreza e de extrema pobreza acompanham esses índices: o primeiro grupo chegou, em 2018, a 52,5 milhões de pessoas (25,3% da população total); já o segundo corresponde a 6,5% da população, ou seja, 13,5 milhões de pessoas<sup>3</sup>. É preciso, por fim, pontuar que os indicadores relacionados à pobreza apresentaram aumento não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina<sup>4</sup>.

De fato, podemos pensar o trabalho em termos de acesso material e em seu sentido simbólico e político. No modelo de sociedades reguladas pelo mercado, o trabalho aparece como elemento central na formação de identidade e *status* social (SERVA, 2001), sendo o elemento constitutivo de um mínimo de coesão social. Todavia, nos países da América Latina, o trabalho está atrelado a uma longa herança colonial e de dominação de classes (SANTOS, 2019), não tendo havido uma transição para um nível de inclusão que permitisse a plena cidadania e o reconhecimento dos estratos subalternos da população em seu direito político (HONNETH, 1995).

---

<sup>1</sup>IBGE, 2020: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/26741-desemprego-cai-para-11-9-na-media-de-2019-trabalho-informal-e-o-maior-em-4-anos>. Acesso em 31/01/2020.

<sup>2</sup> IBGE — Síntese de Indicadores Sociais com base na PNAD, valores de 2019.

<sup>3</sup> *Idem*.

<sup>4</sup> De acordo com o relatório Panorama Social 2018, da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), o número de latino-americanos vivendo em estado de pobreza, em 2017, chegou a 184 milhões, uma taxa que atinge 30,2% da população, sendo que 10,2% estão em situação de extrema pobreza. Ver: <https://news.un.org/pt/story/2019/01/1655462>. Acesso em 31/01/2019.

Tratando da intervenção estatal direcionada ao cenário descrito, propomos o presente estudo a fim de investigar como as ações do Estado se relacionam e dão aberturas para a superação destes problemas sociais. Nos debruçamos sobre iniciativas que se propõe a fomentar modelos alternativos ao desenvolvimento capitalista, uma vez que entendemos esse modo de produção como fonte geradora deste cenário de desigualdade e exclusão. Como argumenta Santos (2019), existe uma longa tradição de pensadores críticos que estudam o efeito da criação de mercado interno e a partir da destruição e transformação de modos de vida tradicionais, inserindo os grupos sociais na lógica de regulação social sob a égide da modernização da nação. Um movimento que propõe uma única dimensionalidade da vida econômica nos regimes de preço e de acumulação (JESSOP, 2001), relegando boa parte das populações antes alocadas no campo à proletarianização, migração ou adaptação cultural frente às mudanças estruturais (ANDRADE, 2017).

Como sabemos, o modelo de desenvolvimento com base capitalista vem sendo historicamente questionado, em particular a partir dos efeitos das políticas neoliberais empregadas desde os anos 1980, o que culminou, grosso modo, na crise financeira de 2008. A insistência em mecanismos de austeridade governamental, aliada à persistência da disparidade entre países e a concentração de renda global, evidenciou os limites do consenso pós-keynesiano e levou ao crescimento de movimentos, experiências e investigações acadêmicas dedicados a pensar alternativas às contradições do sistema no Norte e no Sul Global (COLOMÉ e MAYER, 2016; CRUZ, ALVES e DELBRIDGE, 2017).

É nesse contexto que a economia solidária (ES) reaparece como uma possibilidade de modelo de desenvolvimento, tendo como princípio o enfrentamento das disparidades sociais criadas pelo capitalismo (SILVA, 2018; SINGER, 2002). Baseado na cooperação e na solidariedade pública, na indissociabilidade entre o econômico e o social, na horizontalidade e na sustentabilidade dos modelos de produção, o campo da ES vem ganhando espaço através de experiências descentralizadas e do lastro internacional, com experiências em diferentes países no *Norte* e no *Sul Global* (LAVILLE, 2010). É verdade que o seu campo de atuação se estende da produção de serviços públicos de cunho relacional, principalmente quando consideradas as experiências europeias mais recentes (LAVILLE, 2001), ao associativismo e ao cooperativismo para promoção de trabalho, renda e autonomia, tal como visto em exemplos latino-americanos das últimas décadas (SINGER, 2002)<sup>5</sup>. O contexto latino-americano da última década é

---

<sup>5</sup> As experiências em torno da ES variam de acordo com sua localização. As suas práticas vão desde o compartilhamento na gestão de serviços públicos, tais como creches e acompanhamento domiciliar, bem como empresas cooperativas e iniciativas de inclusão no mercado de trabalho. Variando em uma gama de possibilidades,

especialmente interessante, dado que diversos programas de fomento à ES por parte de governos ampliaram o leque investigativo sobre a associação entre atores sociais e atores governamentais na realização dessas iniciativas (BERTANA e CORAZZINI, 2015; CASTELAO *et al.*, 2013).

No Brasil, a articulação dessas políticas aconteceu com advento da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), criada em 2003 e alocada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), responsável por disseminar o termo ES, fomentar iniciativas e realizar estudos a seu respeito. Iniciando sua trajetória através da legitimação da área no país, em concorrência com outras iniciativas, como o cooperativismo clássico, e na luta por reconhecimento jurídico para os empreendimentos de economia solidária (EES) (SINGER, 2014), a SENAES atuou em conjunto com diversas organizações, como o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES), Rede de Incubadoras Tecnológicas, entre outros, formando um ambiente propício para o fomento e para o desenvolvimento do campo, estruturando, inclusive, o movimento de economia solidária no Brasil (SILVA, S. P., 2018). Um estudo recente sobre a atuação da SENAES no governo federal mostra que a instituição foi responsável por articular a manutenção da pauta na agenda pública, embora não tenha conseguido empregar uma marca e uma legislação adequadas para que se sustentasse no longo prazo, seja no macrossistema político, seja como um modelo de desenvolvimento, o que levou a uma importância marginal e a ações fragmentadas dados os limites orçamentários e as frágeis parcerias institucionais (SILVA e NAGEM, 2011).

Ainda nesse sentido, os mesmos autores pontuam que, apesar das dificuldades institucionais, a rede formada em torno da SENAES foi capaz de disseminar o termo, os símbolos e o modelo de ES por todo o território nacional (*idem*: 31). Dessa forma, embora não tenham sido consolidados laços institucionais formais que possibilitassem uma intersectorialidade efetiva para a ES em nível federal, muitos de seus princípios se espalharam transversalmente pelo país, possibilitando novas experiências, além do desenvolvimento de instrumentos e formulações. Exemplo disso é o caso investigado em nossa pesquisa: a consolidação de uma central de cooperativas na região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, onde as políticas incidentes se dão principalmente em torno da Agricultura Familiar, ao mesmo tempo que possuem valores direcionados ao cooperativismo e à ES, fomentando possibilidades de um desenvolvimento local sustentável e solidário.

---

Laville (2001) argumenta que sua característica comum se dá pela solidariedade presente nos processos, para além do termo genérico de “associativismo cívico”.

**a) Pergunta e objetivos de pesquisa**

Nossa investigação está fundamentada sobre duas concepções importantes. Em primeiro lugar, ao estudarmos a administração pública, precisamos tomar o Estado não como um agente uníssono na elaboração e execução das políticas; antes, é necessário partir da sua relação com os demais agentes presentes no território (SPINK, 2014). Partindo da leitura do Estado como um conjunto de relações, faz-se necessário identificar o contexto local, o recorte temporal e as relações de força que constituem um determinado cenário (JESSOP, 2001). Tal distinção é importante na medida em que pretendemos abordar a complexidade das ações estatais em contato com outros interesses, sentidos e reações que sujeitos e organizações empregam na execução de políticas — elemento que mais bem definido pelo termo *ação pública*. Em outras palavras, a investigação se verificará na integralidade entre sociedade e Estado nos termos do agir público: “os processos contraditórios, as oportunidades dispersadas e o quanto a decisão política pode se dissolver na ação coletiva” (LASCOUMES e LE GALÉS, 2012, p. 51).

Em segundo lugar, pretendemos realizar a formação de um *framework* capaz de entender a ação econômica para além da racionalidade instrumental (BIGGART e DELBRIDGE, 2004; EMIRBAYER e MISCHÉ, 1998; GUERREIRO RAMOS, 1989), o que implica explorar as contribuições de diversas disciplinas, pluralizando os sentidos e ultrapassando a concepção de indivíduo auto interessado, postulado pelo *mainstream* econômico, para uma noção de indivíduo socializado e contextualizado em seu meio.

Assim, temos o seguinte como pergunta principal de pesquisa: *Como se dá a relação entre governos subnacionais e atores locais no fomento e na manutenção de ambientes organizativos de práticas solidárias?*

A pergunta segue as recomendações indicadas tanto na área de estudos organizacionais e administração (CRUZ, ALVES e DELBRIDGE, 2017), ao traçar caminhos possíveis de investigação sobre a relação entre Estado e organizações alternativas, quanto na área de Economia Solidária (FERRARINI, GAIGER e SCHIOCHET, 2018), ao propor a investigação de políticas intersetoriais e ES, a respeito da ação pública, bem como sua relação com o tema do desenvolvimento local e sustentável. Nesse sentido, o objetivo central da presente pesquisa é o de explorar a relação entre governos subnacionais e atores locais na construção de possibilidades alternativas ao mercado tradicional, entendendo as práticas e estratégias adotadas por esses atores para o fortalecimento de redes solidárias, assim como a criação de novos cenários estruturais. Este objetivo será buscado por meio de uma abordagem teórica sobre ES

conceituando a solidariedade a partir da sociologia relacional. Como objetivos específicos deste trabalho propomos os seguintes tópicos:

- Colaborar com uma abordagem interdisciplinar sobre fenômenos econômicos;
- Questionar como organizações coletivas podem configurar-se como espaços para projeção de novas trajetórias aos atores locais em contexto de ação pública e desenvolvimento local;
- Entender o papel da solidariedade e do conflito nas práticas de ação coletiva de grupos dentro do campo da ES;

A partir desses objetivos, esperamos realizar uma dissertação que enfoque os aspectos relacionais dentro do contexto de práticas econômicas solidárias, de modo a entender a interação entre diferentes atores, suas representações e seu território. Buscando analisar a complexidade social que envolve o tema, pretendemos contribuir academicamente para a pesquisa que se ocupe dos campos de administração pública e de economia solidária. A investigação será realizada a partir do estudo qualitativo de caso único (STAKE, 2005) de uma cooperativa de segundo grau, a COOPERCENTRAL VR, fixada na região do Vale do Ribeira, ao sul do estado de São Paulo, e que congrega diferentes cooperativas singulares de produtores da Agricultura Familiar. Essa organização foi criada visando acessar o PNAE — Programa Nacional de Alimentação Escolar, e serve de estrutura política e econômica dos agricultores da região. Há ainda outras políticas que também se fazem presentes nesse território e estimulam ações dos agentes, como é o caso do Programa Microbacias II — Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável — Acesso ao Mercado e do PRONAF — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Com isso, procuramos contribuir também para o conjunto de estudos realizados na região, mas que não trataram dessa organização específica (ANDRADE, 2017; CHIODI, ALMEIDA e BAMBINI DE ASSIS, 2020; GRIGOLETTO, 2018; SAUSSEY, 2017).

#### **b) *Justificativa***

A escolha do tema da economia solidária para compor o presente estudo se deu por diversas razões. A primeira delas é o potencial da ES de tocar diferentes problemas sociais que se mostram urgentes em nosso tempo. Exemplos disso são a crise da representatividade e da participação política (FRANÇA FILHO, 2004; LAVILLE, 2001); a pobreza e a exclusão social da população rural (KUYVEN, 2016; MARTÍNEZ *et al.*, 2012), e o desenvolvimento econômico sustentável (SENA *et al.*, 2017). Trata-se de um campo cujas experiências sociais

envolvem relações econômicas alternativas, difundindo-se pela participação ativa da sociedade civil e movimentos sociais em diferentes localidades do mundo. Acreditamos que o tema se mantém na ordem do dia para pensarmos intervenções públicas, ao passo que seu lastro empírico nos dá os contornos da produção intelectual a seu respeito, mostrando-o como um campo que possui materialidade e que continua a se desenvolver.

Ao tratarmos dessas experiências no contexto brasileiro, parece-nos particularmente interessante explorar o objeto junto a seu momento histórico. Com o enfraquecimento da SENAES a partir da MVP n°870/2019<sup>6</sup>, que trata da reforma ministerial da atual gestão, assistimos a uma desinstitucionalização do tema na agenda do Governo Federal. É certo que esse movimento já vinha se desenhando desde, pelo menos, 2016, com o rebaixamento da SENAES à forma de subsecretaria dentro do MTE. Com a extinção deste último na reforma ministerial de 2019, pouco sobra de espaço institucional para as políticas públicas nacionais de fomento à ES, relegando-a à área de assistência social e cidadania, o que fez com que se perdesse a proposta inicial da pasta de fomentar uma alternativa em termos de desenvolvimento social e econômico<sup>7</sup>. Os treze anos de existência da SENAES podem ser entendidos como um acúmulo importante no aprendizado em torno da ES, tanto no que tange a estruturação de políticas públicas e capacidades estatais (SILVA e NAGEM, 2011; SINGER, 2014), quanto a produção de informações com cobertura nacional sobre o setor (GAIGER, 2013). Ao fim e ao cabo, as próprias características da economia solidária — notadamente seu caráter enraizado no território e sua manifestação em ações da sociedade civil — carregam as contínuas possibilidades de apreensão do fenômeno em contextos subnacionais.

Dada a multiplicidade de manifestações alternativas de gestão, a ES apresenta um campo fértil de investigação sobre a construção e reconstrução de práticas e formas organizativas partindo da interação entre diferentes atores. Do ponto de vista da pesquisa científica sistematizada (MARSHALL e ROSSMAN, 1989), mostram-se relevantes a ampliação do conhecimento sobre o próprio tema e a geração de melhor entendimento sobre questões centrais para as ciências sociais, tais como a solidariedade humana e a ação coletiva. Daí que, para a área da administração pública e gestão, bem como para a sociologia econômica, acreditemos ser possível avanços teóricos quando analisado o objeto.

---

<sup>6</sup> [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/Mpv/mpv870.htm). Acesso em 28/05/2019

<sup>7</sup> Leonardo Pinho, presidente da Central de Cooperativas UNISOL Brasil. <https://diplomatie.org.br/economia-solidaria-e-a-reorganizacao-do-governo-bolsonaro-o-caminho-e-a-mobilizacao/>. Acesso em 15/08/2019.

## II. DEBATENDO A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O estudo da economia solidária é um amplo campo de investigação sobre formas alternativas para o modo de organizar o trabalho, a produção, a distribuição, o consumo e o financiamento, procurando debruçar-se sobre casos e práticas em que está pressuposta a solidariedade entre os atores envolvidos nesses processos. O campo pode se estender de forma transnacional, em suas experiências reais e também (ou sobretudo) na produção acadêmica, possuindo traços distintos a partir de suas localidades (KRIMERMAN, 2009; LAVILLE, 2010). Por conta da ampla variedade de casos, o termo ES pode ser entendido como um conceito “guarda-chuva” para iniciativas heterogêneas, sendo necessárias a investigação e a ponderação a respeito de seu significado, que, como veremos, não é consensual, apesar de existirem balizas que lhe dão certa coerência. Delimitaremos tais balizas e tentaremos desenhar os limites necessários para a apreensão do objeto partindo de uma revisão da produção científica a seu respeito<sup>8</sup>. Para tanto, foram realizadas pesquisas em cinco bases de dados: Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, *Google Scholar*, Plataforma Scielo (selecionados apenas artigos), Sistema *Redalyc* e Plataforma *Web of Science* (selecionados apenas artigos). A revisão bibliográfica foi realizada entre novembro de 2018 e maio de 2019, em decorrência de trabalhos anteriores que dão sustentação à atual pesquisa.

Depois da delimitação da economia solidária baseada em nossa revisão bibliográfica, apresentaremos como esses temas se relacionam com outras importantes áreas que tocam nossa pesquisa: a ação pública e os territórios rurais do país. Por fim, daremos atenção à questão em aberto encontrada em nossa discussão: a conceituação da solidariedade no campo.

### *a) O campo da economia solidária: definindo limites conceituais*

Para a apresentação do objeto, e inspirados no recurso argumentativo utilizado por Suddaby (2006), seguimos a estratégia de delimitar um assunto complexo a partir do que ele não é. Utilizando esse formato podemos tratar de discussões importantes para o campo de nosso interesse, algo que, muitas vezes, surge na forma de polêmicas recorrentes no debate teórico.

---

<sup>8</sup> Para um balanço bibliométrico sobre o campo, ver: Alves *et al.* (2016); Araújo, de *et al.* (2017) e Calbino e Paes De Paula (2013). Para uma discussão teórica centrada nos principais autores, ver: Pinheiro (2013). Para uma revisão do campo e do estado da arte da ES, ver: Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018).

### ***Economia solidária não é uma reprodução do modelo de mercado capitalista***

Em primeiro lugar, a economia solidária adota um modelo de funcionamento diferente da economia capitalista ortodoxa: ela não está centrada na maximização de lucros como finalidade da atividade econômica, ou mesmo na competição entre firmas e produtores (SINGER, 2002). Suas práticas de funcionamento, como a posse coletiva da propriedade e a democratização da tomada de decisão, são um consenso no campo, apesar de haver divergências sobre seu caráter ideológico anticapitalista, como apontam Menezes (2007) e Wellen (2008), que interpretam a ES como um reforço da exploração do trabalho (*apud* PINHEIRO, 2013, p. 91).

Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018), ao realizarem um estudo sobre o estado da arte e da trajetória do campo de pesquisa, expõem que houve uma disputa política acirrada no momento de despontamento do termo ES na Academia; quer dizer, um período de construção de críticas à sua idealização ou, de modo contrário, de ceticismo teórico em relação ao tema, ambas com “certo cariz teleológico” (FERRARINI, GAIGER e SCHIOCHET, 2018, p. 169). Todavia, com o amadurecimento do campo de estudo em torno da ES, é possível concebê-la como um objeto consolidado e “amparado por uma visão partilhada das principais questões e perspectivas que envolvem o tema” (*idem*, p. 169).

Tomada a produção bibliográfica, é possível perceber uma tendência crítica ao potencial emancipador da ES (FARIA, 2017; HILLENKAMP, 2015), apesar de ser este um posicionamento minoritário dos teóricos. Esses autores apontam para uma limitação teórica e prática da ES segundo os termos do capitalismo; porém, eles partilham do entendimento de seu funcionamento a partir de uma lógica organizativa heterodoxa para tecer suas contraposições. Entende-se a economia solidária, conforme tal orientação, como um conjunto de práticas, técnicas, discursos e racionalidade que se propõe a oferecer uma alternativa ao modelo vigente capitalista.

Nesse sentido, Cruz, Alves e Delbridge (2017) realizaram um levantamento da literatura e da discussão, dentro dos estudos organizacionais e de negócios, sobre propostas e possibilidades alternativas ao capitalismo. Em suas considerações, os autores identificaram dois grupos distintos desse tipo de proposta: as alternativas incrementais, aquelas que de forma mais branda se contrapõem ao modelo exclusivamente voltado para a acumulação e para o lucro das empresas tradicionais, tal como empresas sociais; e as alternativas que se contrapõem às características fundamentais do capitalismo, aquelas que tentam romper com os pilares do sistema econômico dominante, a partir de propostas como a propriedade coletiva de empresas



e o não direcionamento para a acumulação de capital. A partir dessa distinção, os autores encaixam, neste último grupo, tanto o movimento de cooperativas de trabalhadores, quanto as propostas alternativas de economia, como a economia solidária, exatamente por seus conteúdos direcionados para a autogestão, a formação de redes de apoio e o interesse público.

Historicamente, a bandeira de uma economia social e solidária não é nova no debate político internacional, havendo um acúmulo de experiências passadas desde a ação de sindicatos ingleses surgidos após a Revolução Industrial (SINGER, 2002) à proliferação de iniciativas cooperativas e de ajuda mútua na França do século XIX (LAVILLE, 2001). Inspiradas na proposta dos socialistas utópicos, como Robert Owen, Charles Fourier e Pierre Leroux, as iniciativas coletivas tiveram como objetivo intervir sobre os efeitos negativos da industrialização e sobre as vulnerabilidades às quais os mais pobres estavam expostos, sobretudo nos momentos de crise do capitalismo, prezando dessa forma pela forte mobilização para regulações do sistema e pela autonomia dos trabalhadores. Chamando a atenção pública para a condição desses atores, deu-se a construção do Estado de bem-estar social, ou Estado-Providência, na Europa, momento em que sua institucionalização, por um lado, e sua adequação aos termos de mercado, por outro, levaram a um enfraquecimento do movimento socialista de ação direta até a segunda metade do século XX (LAVILLE, 2001).

No cenário brasileiro, o tema ganha corpo a partir da abertura comercial dos anos 1990, da reestruturação do setor produtivo e dos altos índices de informalidade e desemprego característicos da época, levando a questão do trabalho para o centro do debate político. Em conjunto com o momento econômico, a redemocratização se mostrou um terreno fértil para a proliferação de movimentos sociais reivindicatórios, e o termo *economia solidária* deu identidade a demandas econômicas de diversos grupos (SILVA e NAGERN, 2011). Alguns já realizavam experiências antes mesmo da consolidação de uma rede de atuação em torno do tema. A combinação desses elementos tomou forma e teve como seu marco histórico o I Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre — RS, em 2001. O evento possibilitou o contato de diferentes atores e culminaria, dois anos mais tarde, no estabelecimento da SENAES (SILVA, 2018).

À luz de uma leitura sobre a história e os símbolos mobilizados pelo movimento, suas propostas fundamentais de organização e suas práticas, além do contexto de seu desenvolvimento no Brasil e no mundo, o que se confunde com a oposição às políticas atuais de precarização das condições de vida e de trabalho, podemos posicionar a ES dentro de um grupo de alternativas ao modelo de produção capitalista e à regulação social feita pelo mercado.

### ***Economia solidária não é sinônimo de cooperativismo***

Uma confusão conceitual comum é vista na vinculação da ES como cooperativismo. Isso é recorrente no Brasil por conta da história pregressa de seu movimento de cooperativas, que pouco se relacionou com o desenvolvimento do campo de ES tal como hoje está delimitado nos círculos acadêmicos. A forma jurídica da cooperativa é a terceira opção escolhida pelas iniciativas de ES, como mostrado no Segundo Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, analisado por Gaiger (2013). De acordo com o autor, os grupos informais e, em segundo lugar, as associações são as formas mais comuns de organização. Ele ainda acrescenta:

Politicamente, a Economia Solidária tem questionado o cooperativismo oficial brasileiro por conta da incoerência entre os princípios doutrinários que deveria defender e o desenvolvimento histórico do setor no país, sobretudo em seus aspectos legais. Propugna-se um novo modelo, que viria a suplantando o cooperativismo tradicional e a recuperar as cooperativas desvirtuadas pela falta de democracia interna ou por terem sido criadas de modo fraudulento, como um estratagema empresarial de terceirização e de desoneração de custos sociais. (*idem*, p. 16)

A noção geral de economia solidária está amplamente associada aos valores de autogestão dos empreendimentos, difundida pela obra “Introdução à Economia Solidária”, escrita pelo economista Paul Singer, em 2002<sup>9</sup>. É importante notar que o próprio autor, que esteve à frente da SENAES como secretário por 13 anos, coloca como um dos pontos de conquista desta última a atuação junto à Secretaria de Inspeção do Trabalho para investigar falsas cooperativas que se utilizavam do modelo jurídico para a exploração de seus empregados, bem como a aprovação da Lei 12.690 em 2012, a chamada “Lei das Cooperativas”, que garantiu os direitos trabalhistas de trabalhadores cooperados (SINGER, 2014).

Como afirmam diversos autores (FERRARINI, GAIGER e SCHIOCHET, 2018; NEVES, 2016; SILVA e NAGEM, 2011), um dos maiores desafios para o atual cenário da ES é a adequação jurídica em relação à legislação que rege o tema do cooperativismo, além da elaboração de leis que possibilitem englobar os interesses e direcionamentos do campo no país.

Pode-se concluir que a ES não é sinônimo de cooperativismo, apesar de suas práticas adotarem modelos horizontais de organização e de propriedade coletiva do capital. Os temas se tocam, mas devem ser historicamente situados na evolução peculiar e independente que possuem. Por se tratar de apenas uma das possíveis formas jurídicas dentro das iniciativas do campo, percebe-se que a economia solidária vai além do próprio tema do cooperativismo, operando também em propostas que extrapolam o campo organizacional e se colocam no

---

<sup>9</sup> Essa obra é a mais influente sobre o tema, de acordo com o Google Scholar, possuindo quase cinco vezes mais citações do que a segunda mais influente, também de autoria do economista.

funcionamento da economia e da regulação social a partir da atuação cívica, bem como o desenvolvimento voltado para o social e para a sustentabilidade (GAIGER, 2004). Ainda, os atores que formam o movimento de economia solidária empreenderam importantes esforços para adequar a trajetória do cooperativismo brasileiro à proposta alternativa de organização e para buscar evitar fraudes.

### ***Economia solidária não acabou junto com a SENAES***

Nosso terceiro ponto é: a economia solidária não é (ou era) a SENAES. Evidentemente, sua história é imprescindível para entendermos o objeto, mas a consideramos uma manifestação da ES em sua forma específica de organização pública no âmbito federal, possibilitada pela ação do Movimento de Economia Solidária. Tal associação, principalmente ao tratarmos do campo de administração pública, representa uma amostra centrada exclusivamente no Estado em relação às políticas públicas. Como argumentam Andion *et al.* (2017), existe nesse campo uma concepção normativa de governo, “primordialmente associado aos agentes de Estado ou do seu aparelho administrativo (muitas vezes compreendido como uma coisa só) e àquilo que estes decidem ou não fazer” (ANDION *et al.*, 2017, p. 371). Nesse cenário, a ação da sociedade civil aparece apenas uma “coprodutora” ou uma apoiadora da ação estatal na resolução de problemas públicos.

O núcleo dessa questão é a *resolução de problemas públicos*, estejam eles alinhados com as atividades estatais ou não. Como argumentam diversos autores (LAVILLE, 2001; SILVA, 2018; SINGER, 2002), o surgimento da ES é notado exatamente quando há ausência do Estado na resolução de questões de relevância pública, no âmbito de necessidades materiais e econômicas. Essa origem, ainda que diferente de uma leitura europeia ou latino-americana, tem em si a ideia de suprir de maneira auto-organizada as demandas não atendidas pelo Estado ou pelo mercado, sendo considerado um novo modelo de gestão e de políticas públicas (CASTELAO *et al.*, 2013; FRANÇA FILHO, 2004). Assim se dá com as cooperativas, associações e *mutuelles* na Europa ou as ações de cooperativas agrícolas fomentadas por movimentos sociais no Brasil (SILVA, S. P., 2018).

Como argumenta Silva (2018), em sua trajetória do início dos anos 2000 até o presente momento, o movimento de economia solidária teve um crescimento substancial, construindo formas de representações em todos os estados brasileiros, diferentes inovações em seu repertório de ação e ocupando espaço dentro do governo federal. Após o enfraquecimento da SENAES em 2016, o movimento sofreu uma inflexão em sua mobilização e se encontra em um

momento latente no cenário nacional, ao passo que as organizações continuam suas mobilizações no nível local (p. 44). No entanto, é importante notar que ainda está em tramitação no Senado a Política Nacional de Economia Solidária (Projeto de Lei da Câmara n° 137, de 2017), além da existência leis regulatórias em mais de 40 municípios e 12 Estados<sup>10</sup>.

De todo modo, é importante ressaltar o caráter oficialista de uma visão centrada unicamente na atribuição de marcos legais para o funcionamento de ações públicas. Como argumentado anteriormente, o aporte que o movimento de ES conseguiu no que se refere à representação territorial espalhou seus símbolos e instrumentos por diversas localidades do país, principalmente se levarmos em conta a maneira transversal que dialoga com outros movimentos sociais, como os de luta pela terra e agricultura familiar (GRIGOLETTO, 2018), antimanicomiais (SANTIAGO e YASUI, 2015), coletivos de catadores (SILVA, S. P., 2018), entre outros. Considerando uma gama de diferentes atores que influenciam na ação pública, não podemos ignorar o fato de a ES ter se estabelecido como uma cultura alternativa em temas econômicos por diferentes grupos.

Outro ponto interessante a ser levado em conta sobre a economia solidária enquanto política pública no contexto brasileiro se refere a sua operacionalização nos contextos subnacionais, considerado o fato de tratarmos de iniciativas que possuem proposta transversal. Como expõem Silva e Nagem (2011), já nos últimos anos de existência da SENAES sua proposta de políticas diretas foi substituída pela integração de políticas transversais do governo Dilma, cujo marco foi a integração de suas práticas dentro das estratégias de inclusão produtiva urbana no Plano Brasil Sem Miséria. Junto com uma gama de outras práticas, o Plano previa realizar um direcionamento no combate à pobreza e à exclusão social no país. No entanto, é notório que as estratégias de inclusão produtiva acabaram sob responsabilidade das pastas de Assistência Social nos governos subnacionais, ocorrendo de maneira fragmentada (SOUZA, 2013), diferentemente de sua proposta original e da própria SENAES, que estava alocada no MTE.

### ***Economia Solidária não é uma utopia***

Ao passo que o projeto político da ES de ruptura com o sistema capitalista é caracterizado como uma utopia por parte de seus críticos, é preciso observar a ES como um fenômeno social que independe de elaborações teóricas ou de programática política, como argumenta Razeto (2010, *apud* PINHEIRO, 2013, p. 90). Esse autor define o objeto em três

---

<sup>10</sup> <http://saudeecosol.org/biblioteca/biblioteca-de-leis-da-ecosol/>. Acesso em 04/06/2019.

instâncias: uma realidade, uma teoria e um projeto. Ainda que não adentremos profundamente nessa categorização, ela nos será útil para desemaranhar algumas discussões a respeito do tema.

Ao tratar da economia solidária, Gago, Cielo e Gachet (2018) versam que “[e]sta visión suele contribuir a una configuración prístina de la alternativa que siempre queda frustrada ante las experiencias ‘realmente existentes’” (p. 12). Na concepção das autoras, temos uma teoria que surge como exigência exterior sob as economias populares que, por serem concebidas de forma peculiar, buscam encontrar um purismo inexistente na realidade observada — notadamente o caráter anticapitalista e autônomo dessas experiências. Os autores contrapõem a ES à noção de economia popular, sendo este último o objeto de estudo de seu artigo. Com isso, definem esta última como as estratégias das classes populares frente à crise econômica, empreendidas na informalidade e permeada por dinâmicas promíscuas e experimentais. Dá-se, então, a impressão, ao utilizarem o recurso de oposição, de estarem abandonando o campo do ideal, no caso da ES, e se debruçando sobre as estratégias reais na segunda, permeadas por lógicas *agarradas*, dinâmicas e contraditórias.

Compreendemos a aposta teórica dos autores na valorização do popular, isto é, a busca pela inversão da visão dos “sujeitos sobranes” em sujeitos inventivos<sup>11</sup>. Entretanto, ao argumentar contra a alternativa da ES, Gago, Cielo e Gachet (2018) aparentam reproduzir exatamente aquilo que criticam, desconsiderando as experiências empíricas das iniciativas solidárias, imersas em diversas contradições e desafios — ora próprios, ora semelhantes à economia popular. Caracterizar essas experiências simplesmente como “*la alternativa que siempre queda frustrada*” parece classificar como válidas apenas aquelas experiências que se enquadram em modelos teóricos ideais.

Dentro do campo de pesquisa de ES, temos o estudo de caso como método mais utilizado (CALBINO e PAES DE PAULA, 2013), sendo possível encontrar experiências que se mostram exitosas quando considerados os ganhos econômicos (FERNÁNDEZ ANDRADA e SATO, 2014), simbólicos (BARRETO e PAES DE PAULA, 2014) e políticos (TELLO-ROZAS, 2016), por vezes ocorrendo todos eles conjuntamente. Para além disso, outros métodos de pesquisa utilizando as bases construídas pelo SIES (Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária) também argumentam em favor dos efeitos positivos das ações de economia solidária como alternativa de trabalho para populações vulneráveis, podendo trazer

---

<sup>11</sup> A argumentação dos autores possui um forte direcionamento político e estético no que se trata da valorização da sociabilidade popular enquanto um ambiente inventivo e pujante, diferentemente de visões estigmatizadas que trazem seu conteúdo como algo ilegal, falso ou de valor reduzido. Assim, busca-se uma subversão de concepções preconceituosas sobre as camadas populares.

ganhos maiores do que o mercado formal em áreas rurais (KUYVEN, 2016). Obviamente, os sujeitos engajados na prática de formas alternativas de relacionamento econômico encontrarão frustrações e situações-limite ao empreenderem coletivamente uma iniciativa no ambiente de mercado. No entanto, parece-nos mais interessante tratá-las como uma possibilidade de ação coletiva, como um fenômeno social complexo que pode elucidar questões importantes para o próprio campo e para outros.

Retomando a definição proposta por Razeto (2010), aparentemente a maior parte das críticas que retornam à concepção utópica da ES visa criticá-la enquanto projeto político. Falando especificamente de seu histórico no Brasil, Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018) entendem que “a propulsão e a multiplicação de experiências ocorreram *pari passu* com a estruturação política do campo e de vários circuitos de emulação e intercâmbio de ideias” (p. 165). Ainda de acordo com os autores, diz-se o seguinte:

Por conseguinte, ela se mostra atualmente composta por uma miríade de atores socialmente distintos e politicamente interdependentes: trabalhadores, militantes de partidos políticos e de movimentos sociais, lideranças comunitárias, gestores públicos, ativistas da sociedade civil, universidades, simpatizantes e consumidores, dentre outros. O que se julga ou se vaticina a seu respeito depende da posição exercida por quem se pronuncia, sendo assim indispensável distinguir os discursos de afirmação política, ou francamente exortativos, dos balanços, avaliações e eventuais prognósticos com fins analíticos e compreensivos, antes do que preditivos. (FERRARINI, GAIGER e SCHIOCHET; 2018, p. 166)

Essa evolução foi progressivamente acontecendo, gerando o movimento de economia solidária e um ambiente institucional propício ao seu desenvolvimento, o que podemos entender como um *ecossistema da economia solidária*, ou um ecossistema de organizações alternativas (CRUZ, ALVES e DELBRIDGE, 2017).

Portanto, faz-se necessário considerar a estruturação e o desenvolvimento do campo em suas dimensões práticas, teóricas e políticas, o que, apesar de sua organicidade, coexiste com certo grau de independência — principalmente ao se propor a invalidar, ou mesmo negar, suas experiências reais.

### ***Economia solidária não é o mesmo que terceiro setor e economia social***

Por fim, a ES não é o mesmo que terceiro setor e economia social, apesar de esses conceitos por vezes se confundirem na bibliografia especializada. Três estudos tratam de delimitar tais termos: França Filho (2002), Lechat (2002) e Moulaert e Ailenei (2005). Essa diferença está diretamente ligada a suas construções históricas e geográficas. Por exemplo, para

os europeus Moulaert e Ailenei (2005), a concepção de economia solidária está fortemente atrelada a práticas não monetárias e voluntárias, como, por exemplo, os bancos de horas ou os sistemas de trocas locais (LETS). Tais estudiosos descrevem-na como uma nova formulação do que foi a antiga economia social. Enquanto esta última já foi assimilada pelo sistema, a economia solidária se mostra mais explícita na valorização da cooperação e no contraponto ao capitalismo. No entanto, aspectos importantes do entendimento latino-americano sobre ES, como a produção de bens e de serviços na forma cooperada e associativa, aparecem para eles dentro do espectro da economia social europeia. Quanto ao terceiro setor, os autores o conceituam como algo mais amplo, definido pela sua oposição ao primeiro e segundo setores, além de englobar uma diversidade de iniciativas (de organizações sociais a clubes esportivos).

Na literatura especializada brasileira, Lechat (2002) apresenta a noção de economia solidária sendo historicamente construída como o conjunto de atividades que reúnem tanto a provisão de bens e serviços, como o de crédito e consumo, além de haver a necessidade do engajamento na construção de outra cultura econômica, o que demonstra o desejo de construção de novas relações sociais e de uma nova sociedade. A construção brasileira do termo está ligada às iniciativas dos movimentos sociais e às experiências de autogestão no período da redemocratização.

O terceiro setor é visto por França Filho (2002) como um termo fortemente ligado à cultura política norte-americana, que acaba por compartimentar as atividades sociais fora do escopo do mercado e do Estado e, como consequência, serve de “justificação ideológica do desengajamento do Estado em termos de ação pública” (p. 11). O autor define a economia solidária e a economia social como herdeiras da tradição operária e associativista europeia, ou seja, na linha de uma cultura de resistência. Entretanto, assim como Moulaert e Ailenei (2005), o autor entende que o legado do que se denomina economia social perdeu seu lastro de contraposição à economia capitalista, confundindo-se em nível de estrutura burocrática com empresas privadas ou públicas, de modo a ser totalmente assimilada. Assim, a economia solidária aparece inscrita nas “novas formas de solidariedade”, abarcando marcadamente uma racionalidade diferente da capitalista — do mercado e da relação de preços — e indo de encontro à autogestão da riqueza local pelas comunidades (p. 14). Podemos também extrair esse raciocínio da diferenciação posta por Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018):

Para explicar essas conexões, convém lembrar uma peculiaridade da economia solidária em relação à economia social: nessa última, associações e organizações sem fins lucrativos obram por uma causa social, em geral beneficiando pessoas em situações de privação. Na economia solidária, de

modo geral são essas mesmas pessoas, pobres ou discriminadas, que se organizam para defender coletivamente seus direitos e interesses. Seu êxito nesta empreitada já significa cumprir uma função social em prol de pessoas carentes de renda e recursos. (p. 152)

Podemos compreender que esses termos tiveram seu desenvolvimento conceitual independente, marcados por diferentes tradições de pensamento. Enquanto a noção anglo-saxã de terceiro setor se mistura e se opõe, a depender do autor, com a ideia de economia social, a economia solidária é reconhecida na literatura, e em especial na leitura brasileira, pelo seu caráter produtivo (nos termos de bens e serviços), anticapitalista e proponente da construção de novas formas de relações econômicas, em que a solidariedade se coloca em seu centro.

### ***Delimitando o Objeto***

Por fim, cabe definirmos o que estamos querendo dizer ao tratar do conceito de economia solidária, dando um significado ao escopo desse estudo. Partindo do levantamento bibliográfico e dos importantes debates encontrados no corpo de artigos e trabalhos sobre o tema, a economia solidária é entendida aqui como um fenômeno social, manifestado em experiências, teoria e projeto político, em que formas alternativas de organização da economia são realizadas, buscando-se outra racionalidade que não a capitalista-utilitária. Esse fenômeno ocorre por meio da ação pública, em que diferentes atores buscam resolver problemas econômicos e sociais de maneira auto-organizada, podendo adotar variadas formas jurídicas e organizacionais. As ações são marcadas pela solidariedade, em vias de democratizar o campo econômico com forte conteúdo político.

Tal noção se alia à heterogeneidade do campo, que engloba diferentes práticas em cada “momento” do fazer econômico. Exemplo disso se encontra no Projeto de Lei da Política Nacional de Economia Solidária<sup>12</sup>, que trata desde requisitos internos da organização produtiva, destacando-se a importância da autogestão e da democracia interna, a temas como comércio justo, finanças solidárias e formação dos trabalhadores. Isso nos leva a entender que a autogestão e o cooperativismo, elementos identitários essenciais da ES, não são suficientes para dar conta de todo o campo, uma vez que não tratamos apenas de relações internas às organizações, mas também do relacionamento entre elas. Assim, a cooperação, o interesse social e a ação política complementam sua identidade, reunindo-se em torno do termo

---

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=559138>. Acesso em 16/08/2019.



**solidariedade**, operado como um conceito político, no sentido de direcionar a ação a todas as facetas de sua prática, teoria e projeto, como demonstrado no Quadro 1:

Unidade de Análise	Componentes do campo Economia Solidária
Solidariedade interna à organização	Cooperativismo; Associativismo; Organizações Informais; Autogestão.
Solidariedade entre organizações	Comércio Justo; Finanças Solidárias; Incubação de Cooperativas; Fomento a Parceiros Cooperados; Ações Educativas e qualificação; Políticas Públicas Locais.
Solidariedade enquanto projeto político	Movimento Social de Economia Solidária; SENAES; Outra Economia.

↑  
 Solidariedade integra todos os componentes, relacionando-os  
 ↓

Quadro 1: Organização do campo da ES referenciada pela solidariedade. Elaboração própria

### ***b) Políticas públicas para a economia solidária***

Nessa seção, acreditamos ser necessário nos aproximarmos das estratégias da ES executadas pelo poder público, analisando casos em que ele aparece como um ator primordial. Considerando a bibliografia especializada, podemos ver diferentes abordagens, entre elas os estudos avaliativos da atuação da SENAES e aqueles voltados a governos subnacionais.

Iniciaremos a exposição pelos estudos que fazem um balanço dos avanços da economia solidária dentro do governo federal. Em um texto de 2014, Paul Singer fala da experiência de dez anos como secretário da SENAES (SINGER, 2014). Como principais conquistas nas políticas construídas, o economista elenca a atuação junto à Secretaria de Inspeção do Trabalho para investigar falsas cooperativas que se utilizavam do modelo jurídico para a exploração de seus empregados; a aprovação da Lei 12.690, em 2012, chamada de “Lei das Cooperativas”, que garantiu os direitos trabalhistas de trabalhadores cooperados; a criação do SIES e seus dois levantamentos nacionais estatísticos sobre a economia solidária no país; a elaboração da seção de Inclusão Produtiva Urbana no Plano Brasil Sem Miséria; e, por fim, o decreto que aprovou o Sistema Brasileiro de Comércio Justo e Solidário. No âmbito projetivo, Singer via as conquistas e o cenário da ES com bastante otimismo, encerrando seu texto com uma perspectiva de consolidação do sistema de crédito solidário e de bancos comunitários, o que apontava para o fim de gargalos de financiamento.

Em contrapartida, e partindo de uma perspectiva mais estrita de análise de políticas públicas, Silva e Nagem (2011) avaliam a secretaria a partir dos elementos de agenda, de execução orçamentária e das capacidades estatais da SENAES. Como resultado, os estudiosos apontam a fragilidade financeira da secretaria e de suas políticas. Além de uma alocação

marginal de recursos em relação ao MTE, que não chegou a 1% do orçamento total do ministério entre 2003 e 2010, os autores ainda apontam para sua baixa execução orçamentária, o que relegou tais políticas a um estado de instabilidade e descontinuidade. Eles argumentam, igualmente, que a melhora dos indicadores de emprego a partir de outras estratégias do governo federal atribuiu um papel quase simbólico da SENAES dentro do MTE durante os governos petistas (SILVA e NAGEM, 2011, p. 28). Tal concepção é reforçada pelo episódio de mobilização para que a SENAES não fosse alocada dentro da Secretaria de Micro e Pequenas Empresas ainda durante o governo Dilma, em 2011, o que lhe tiraria muita relevância dentro do ministério.

Os autores ainda discorrem sobre a construção de capacidades estatais da SENAES, argumentando que foram estabelecidas parcerias frágeis para manter a pauta na agenda do governo, não conseguindo a adesão de outros ministérios, apesar de seu caráter transversal. O mesmo argumento é encontrado em Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018), ao versarem sobre a contradição da luta por reconhecimento da pauta de ES dentro do governo e o decorrente fechamento em si mesma, não aderindo de maneira efetiva às propostas de articulação intersetoriais — tal como se deu com a assistência social e a saúde mental. Esse fechamento provavelmente aumentou a fragilidade da pauta frente à mudança abrupta de orientação do governo após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016 (p.173).

Tratando também da avaliação da SENAES, Mota (2017) aponta que, durante o governo Dilma (2011-2016), houve uma redução significativa dos programas de ES dentro do MTE. Executando uma estratégia de pesquisa centrada em entrevistas com *policymakers* da secretaria, o trabalho descreve a mudança de estratégia no plano federal, o que levou à desarticulação do Programa de Economia Solidária em Desenvolvimento e, conseqüentemente, deixando a SENAES sem um programa específico. Como alternativa, houve a adesão dentro do Programa de Desenvolvimento Regional Territorial Sustentável e Economia Solidária, postulando a construção de programas mais integrados. Essa alteração fez com que a ES perdesse espaço no Planejamento Plurianual de 2012-2015. No entanto, esse movimento foi visto pelos entrevistados como um avanço na direção de trabalhar em políticas de caráter mais transversais, a exemplo do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. A avaliação dos *policymakers* apresentada pela autora é de uma continuidade em relação ao período anterior, dotadas de mudanças incrementais.

O principal consenso que observamos nas avaliações realizadas parece ser a carência da aprovação de uma legislação substancial que abarcasse toda a complexidade da ES, sendo a Lei

12.690 insuficiente para tamanha tarefa, de modo a contrariar o argumento de Paul Singer. Adentrando o campo de estudos comparativos, converge com essa análise o diagnóstico de Neves (2016), pautado no olhar para a construção da ES na Espanha. A autora mostra que naquele país houve forte intervenção estatal seguida de incentivo para que as cooperativas competissem abertamente no mercado, o que levou ao seu fortalecimento. Nessa esteira, as características sociais brasileiras, como a falta de formação da população, dificuldade no acesso a crédito e barreiras institucionais, são limitantes para seguir o modelo espanhol. A autora argumenta ainda que se deve promover uma mobilização e um planejamento do fortalecimento de redes no longo prazo, com políticas públicas consistentes que encarem esses gargalos e sustentem as iniciativas no decorrer do tempo de sua maturação. Para isso, uma legislação específica seria necessária para direcionar tais esforços.

O papel do Estado surge aí como algo primordial na manutenção e no fortalecimento de iniciativas de ES no médio e longo prazo. É o que mostram estudos realizados no contexto europeu sobre iniciativas locais (ESCHWEILER *et al.*, 2019; WAHLUND, 2019). O primeiro deles aborda como o ambiente institucional de legitimação da ES nos territórios e no acesso a fundos públicos regulares pode ser decisivo nas características de reciprocidade dos empreendimentos, tornando-os mais participativos ou gerenciais. Já Wahlund (2009) mostra, em estudo recente, uma perspectiva sobre o papel do governo a partir de recortes territoriais urbanos. Baseando seu estudo na cidade de Barcelona, a autora realiza a comparação entre os empreendimentos existentes e a divisão por renda e por gentrificação no espaço. Como conclusão, observa que as iniciativas da sociedade civil, sob o discurso da ES, se apresentam como uma resposta à crise econômica e às medidas de austeridade, estruturando uma diversidade de organizações. No entanto, ao contrastar a questão da renda, a autora mostra como unidades compostas por setores de renda média tendem a sobreviver durante os anos, enquanto os substratos de renda inferior possuem dificuldade para sua manutenção. Dessa forma, a autora aponta o governo local como o ator chave para direcionar financiamentos e políticas de suporte para esse público específico, de modo a alcançar uma redistribuição de renda e a promover o desenvolvimento urbano mais igualitário.

Em âmbito nacional, estudos também investigam o papel de governos subnacionais no fomento à ES. É o caso do estudo de Guerra (2011), que demonstra como a prefeitura de Osasco (SP) integrou estratégias de inclusão produtiva urbana junto a políticas de transferência de renda. Aliando o Programa Bolsa Família — PBF ao desenvolvimento de um ambiente institucional de fomento aos empreendimentos e à formação profissional, integrando ações da

secretaria do Trabalho e da Assistência Social, foi possível a incidência simultânea de ações da prefeitura para o público de baixa renda. A articulação possibilitou a obtenção de resultados positivos quando acessados os indicadores de trabalho e renda do município. Da mesma forma, contou com a criação de diferentes instâncias participativas e uma gama variada de atores na construção das estratégias de inclusão social do governo, sendo alçadas também para discussões de envergadura nacional sobre inclusão produtiva e economia solidária.

No que diz respeito a governos estaduais, Oliveira e Santos (2015) realizam um estudo comparativo das ações de compras públicas sustentáveis (CPS) como instrumento de distribuição de renda e fortalecimento de aspectos ecológicos e sociais. Esse trabalho é de especial importância para o presente estudo, que também lida com as CPS como intervenção pública. Enquanto os autores se mantêm em um nível mais afastado dos casos<sup>13</sup>, mostram o caráter de novidade e pouco desenvolvimento dessas ações na realidade brasileira. No que diz respeito ao estado de São Paulo, o espaço para cooperativas e empreendimentos de economia solidária existe na legislação; além disso, elas possuem vantagem no critério de desempate em propostas de mesmo valor ou superiores em até 5% ao valor da melhor oferta (p. 202).

Contudo, os autores argumentam que as iniciativas de ES poderiam ter muito mais espaço nesses instrumentos, uma vez que estão alinhados com os princípios da sustentabilidade. As resistências e os obstáculos ao fortalecimento estariam, em primeiro lugar, na objeção de setores empresariais que veem nesse tipo de política benefícios especiais por parte do poder público. Os estudiosos também elencam o alto nível de corrupção nas práticas de licitação do país, a necessária transformação cognitiva e organizacional para sua execução e a dificuldade de encontrar fornecedores que cumpram os requisitos das legislações.

Concluimos assim que as iniciativas governamentais podem adotar diferentes sentidos no apoio e no fomento à ES. Tais ações englobam: a legitimação do campo, seja por meio de legislação adequada ou de espaços institucionais na agenda de governo, como também pela inclusão desse tipo de empreendimento em políticas transversais; pela produção de um sistema de informação contínuo; pelo acesso a recursos públicos na forma de políticas redistributivas; e na facilitação de condições para o desenvolvimento dos EES com políticas de formação e compra de equipamentos. A literatura nos mostra que essas ações não se restringem ao âmbito federal, sendo também protagonizadas por governos subnacionais.

---

<sup>13</sup> Os autores selecionam os casos de forma arbitrária por terem legislações mais avançadas no tema. Compõem esta seleção Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e São Paulo, estados a partir dos quais os estudiosos realizam uma análise de conteúdo sobre as legislações de cada estado.

*c) Diálogo entre campos: economia solidária, agricultura familiar e desenvolvimento rural brasileiro*

Um diálogo necessário para dar suporte a nossa pesquisa se situa na intersecção da economia solidária com a questão rural brasileira, tratando de dois assuntos que recorrentemente dialogam: as populações que formam a chamada agricultura familiar e as iniciativas de desenvolvimento rural. É preciso, antes de qualquer coisa, delimitar tais conceitos. Como exposto por Andrade (2017), a categoria de “agricultor familiar” não é uma construção identitária formulada pelos próprios sujeitos do campo; antes foi atribuída por uma política de Estado que teve lugar a partir dos anos 1990 e incorporada pelos próprios agricultores, marcando uma diferenciação entre o camponês tradicional e o novo agricultor (p. 29). Assim, de acordo com a definição de agricultor familiar dada pela Lei da Agricultura Familiar, de 2006, lemos o seguinte:

A Lei da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006) determina os seguintes critérios — que devem ser atendidos simultaneamente — para o enquadramento do agricultor no segmento familiar: “I — não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II — utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III — tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e IV — dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família”. (ANDRADE, 2017, p. 29)

Segundo a discussão proposta pelo autor, o elemento central para se pensar o modelo produtivo do campo e o campesinato — hoje, a agricultura familiar — é a autonomia em relação ao trabalho e à terra. Baseado em Wanderley (2004 *apud* ANDRADE, 2017), Andrade identifica duas rupturas ao lado de duas continuidades nesse marco de transformação da identidade campesina. Entre as rupturas, a primeira estaria na capacidade de investimento dos agricultores, a depender da sua integração com a cidade e com os mercados (p. 28); em segundo lugar, estaria a mudança no padrão de consumo, dada, dentre outros motivos, pelo acesso a outros produtos via mercado. De forma análoga, as continuidades são sentidas na manutenção da cultura do rural, no que diz respeito ao tempo de trabalho e no elemento familiar como fator produtivo, bem como na indivisibilidade dos rendimentos da produção<sup>14</sup>.

Dentro da relação com os modelos centrados no mercado, o autor realça principalmente a necessidade de se criarem alternativas para a agroindústria e para a ação de atravessadores.

---

<sup>14</sup> A indivisibilidade de rendimentos é entendida pelo não discernimento entre rendimentos do trabalho, do investimento de capital e da renda da terra, como uma categoria única de renda proveniente das três atividades (p.21).

Ele elenca, tendo em vista os caminhos para a autonomia dos agricultores, o uso de cooperativas enquanto “espaços de adaptações” para a valorização da produção desses atores (p. 31). Aqui, acontece o cruzamento possível entre a economia solidária e a agricultura familiar.

Como expõe Grigoletto (2018), a adesão aos princípios do coletivismo e da produção compartilhada no campo não se deu sem conflitos. Com base em Stédile e Fernandes (1999 *apud* GRIGOLETTO, 2018, p.7), em relação a diferentes momentos em relação à cooperação agrícola mobilizados pelo Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o autor apresenta a transição de um modelo com visão romântica, fomentada no início da formação de assentamentos rurais no país no final de década de 1970 até a consolidação de sistemas de cooperativas no final do século XX. Durante essa trajetória, houve a transformação na intenção de implementação de um modelo ideal e externo às demandas próprias dos agricultores para uma proposta de manutenção de sua sociabilidade e valores primordiais em sua cultura. Entre estes valores aparecem a família, enquanto unidade de referência para se pensar o trabalho, o desejo pela propriedade da terra e a autonomia sobre ela.

O posicionamento de ambos os autores converge para a necessidade de se pensar no histórico cultural e simbólico dos sujeitos nos processos de desenvolvimento econômico, social e institucional no campo. Colocam-se, assim, as estratégias e apropriações dos agricultores segundo uma perspectiva dinâmica da sociabilidade com o campo e da relação com o Estado e o mercado. À luz das categorias de um “agricultor moderno”, na visão de Andrade (2017), ou do “rural reformado”, em Grigoletto (2018), podemos apreender as mudanças em curso nas últimas décadas nos territórios rurais. Nesse sentido, a ES aparece como uma alternativa de resistência (ANDRADE, 2017, p. 31; GRIGOLETTO, 2018, p. 45), não sem ser problematizada diante de seu contexto local.

Considerado o desenvolvimento local, o conceito diz respeito a uma linha epistemológica que pretende evidenciar as relações entre sujeitos e instituições no em seu processo. Parte-se do pressuposto de que essas relações e, principalmente, o contexto importam para se pensar nas possibilidades de ações, sejam elas públicas ou privadas (FAVARETO *et al.*, 2015). Ou seja, busca-se tratar os territórios a partir de suas especificidades, refutando a ideia de um modelo único como receituário. Da mesma forma, o termo desenvolvimento está para além de seu fator econômico, ampliando as dimensões de seu significado também para a

estrutura social (MELLO, 2018), para o acesso a serviços públicos (FAO, 2018) ou para capacidades dos indivíduos (SEN, 1998)<sup>15</sup>.

O conjunto das concepções críticas às ideias clássicas de desenvolvimento e de seus efeitos de reprodução de estruturas desiguais pode ser entendido pela insuficiência tanto das teorias provenientes do liberalismo, quanto do keynesianismo, as duas correntes dominantes do debate. Isso porque ambas as razões se limitam à dimensão do crescimento econômico (FAVARETO *et al.*, 2015). Mesmo que as correntes supracitadas sejam vistas como opostas, ambas primam pelo desenvolvimento de uma racionalidade instrumental como chave para a modernização nacional, adotando o Estado como unidade de análise e ator protagonista desse processo (SANTOS, 2019).

Como argumentam Favareto et al. (2015), desde os anos de 1970, avanços teóricos vêm sendo acumulados no sentido de problematizar o desenvolvimento apenas no âmbito do crescimento econômico, abrindo caminhos teóricos para uma concepção não linear e menos normativa sobre os fatores de desenvolvimento. Ao explorarem as possibilidades de se pensar o desenvolvimento a partir de uma lógica local, esses autores postularam alguns termos em torno do desenvolvimento que nos parecem interessantes (*idem*, p. 19):

- Pensar em uma lógica processual do desenvolvimento, evitando tomá-lo como um ponto de chegada ou um estado inato, ou mesmo como um fim único;
- Considerar o desenvolvimento segundo uma visada multidimensional, no sentido de tomar em consideração elementos para além da renda;
- Multiescalar ao tratar o processo partindo não apenas do Estado, mas também de uma “trama complexa” entre poderes locais e forças sociais múltiplas e de diferentes recortes territoriais;
- Ter como aspecto analítico decisivo a libertação ou restrição dos potenciais dos agentes e grupos sociais pertencentes ao território;
- Não tomar a ordem social como algo natural; antes, é preciso levar a cabo a necessidade de explicar as estruturas e a mudança em sua trajetória.

Logo se vê que as perspectivas de um desenvolvimento local são condizentes com alguns princípios da economia solidária. Por exemplo, ao tratar da categoria de emancipação para entender os efeitos simbólicos da ES no desenvolvimento local, Barreto e Paes de Paula

---

<sup>15</sup> Ainda que não rompa com o arcabouço teórico do liberalismo, o trabalho de Amartya Sen foi de extrema importância para questionar a noção de desenvolvimento apenas como crescimento econômico, como mostra Favareto et al. (2015).

(2014) procuram ir além da mera questão econômica ou de renda para pensarem as potencialidades da organização dos sujeitos em âmbitos rurais. As autoras investigam como a cooperativa, posto que espaço de encontro, possibilitou que as mulheres do Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, discutissem temas como a opressão de gênero, ou mesmo se organizassem de modo a acessar o poder público local, contribuindo com recursos simbólicos para o empoderamento do grupo, apesar dos retornos financeiros não serem constantes. Argumentos semelhantes se encontram nos trabalhos apresentados por Andrade (2017) e Grigoletto (2018), tal como este último resume:

O processo de experimentação tem valor, ainda que os resultados frustrem expectativas de mudança totalizante? Se considerarmos as cooperativas em sua dimensão processual como “lugares de resistência no sentido de atividade e ação” e como “as bases de reprodução da subjetividade” (SPINK, 1991, p. 28), resta evidente a relevância analítica de inquiri-las para além do seu potencial de transformação sistêmica. (GRIGOLETTO, 2018, p. 45)

Ainda que estejamos discutindo um panorama amplo de desenvolvimento, talvez valha a pena, para a nossa investigação, retomarmos o estudo de Kuyven (2016). Utilizando a base de dados da SIES do segundo levantamento nacional sobre ES, processo com que a autora se envolveu durante a sua elaboração, Kuyven realizou um estudo para conferir a hipótese de geração de renda nos EES. Como resultados de seu modelo, a autora não só identificou que a economia solidária é um instrumento eficaz para geração de renda, como também esmiuçou seus efeitos em diferentes categorias demográficas. Dessa forma, conseguiu observar que a ES possibilita acesso à renda superior ao setor formal nas populações historicamente mais vulneráveis: mulheres com idade avançada e baixa escolaridade, residentes de áreas rurais e distantes de centros econômicos. Portanto, a ES é capaz de auferir rendimentos maiores exatamente para aqueles não contemplados pelo mercado formal. A autora finaliza o texto indicando as áreas prioritárias para atuação junto aos EES que permitem maiores retornos: investimento em equipamentos, formação técnica e aumento da escolaridade de cooperados, além da formalização do negócio.

Como iremos tratar de organizações que se encontram na região do Vale do Ribeira, a aproximação com a questão rural se mostrou importante para prosseguirmos com a discussão a respeito da ES, considerando que ela toma contornos conforme o contexto em que se insere. Nesse sentido, o rural e o urbano se entrelaçam, configurando um feixe de múltiplas interações em que precisamos considerar sujeitos, organizações, território, cultura, poder público, mercado, entre outros fatores que formam essa trama complexa.



*d) As perguntas em aberto sobre a economia solidária: definindo solidariedade*

Tratando de problematizar de maneira teórica o campo de investigação (SANDBERG e ALVESSON, 2011), em nossa revisão bibliográfica foi possível identificarmos uma definição aberta e pouco precisa a respeito do termo solidariedade em grande parte dos estudos analisados. Como argumenta Ahmed (2015), recorrentemente o termo aparenta funcionar como um rótulo para diferentes atividades que compõe o campo da ES, sendo que muitos teóricos e trabalhos a seu respeito oferecem uma definição tautológica para o conceito. Operando de maneira circular, é classificado como solidário aquilo que integra a gama de atividades da ES; concomitantemente, as atividades pertencentes ao conjunto da ES são, automaticamente e sem maiores explicações, consideradas também solidárias. Nesse sentido, uma justificativa cobre a outra, impedindo o aprofundamento nos meandros de seu significado.

Partindo da análise dos autores do campo, a estudiosa argumenta em torno da necessidade de um caráter voluntário que deve predominar sobre a ação solidária, feita de forma livre e sem constrangimentos (p. 429). Para a autora, neste ponto estaria implicada uma visão sobre o livre-arbítrio e a autonomia como fonte de ação dos sujeitos. Indica ainda que essa nova forma de solidariedade é colocada como a superação individual do cálculo egoísta em direção ao estabelecimento da reciprocidade compromissada com a equidade social (p. 430). Desse modo, os autores se valem da necessidade de construção de uma nova solidariedade para além das formas de reciprocidade herdadas com base na comunidade (família, bairro, religião, ocupação, etc.).

Como síntese crítica a respeito dos limites acerca da proposição de novas formas de comportamento, Ahmed (2015) propõe que o estabelecimento de um padrão moral individual não é suficiente para estabelecê-las. A autora mostra que historicamente o estímulo a essa forma de economia floresce em localidades onde já existia uma cultura de luta; além disso, conforme a sua visada, na teoria está implícita uma forte carga de voluntarismo espontâneo, ao passo que são desconsideradas as formas verticais de solidariedade que configuram as ações dos indivíduos, priorizando apenas a solidariedade horizontal.

Os pontos levantados pela autora aparentam evocar a concepção de ação dos sujeitos a partir de uma leitura ligada à tradição da escolha racional, das formas de reciprocidade em detrimento do interesse próprio. Para tanto, o fator moral seria decisivo para a regulação desse comportamento, levando à priorização da solidariedade na forma de um ato democrático. Ainda nesse sentido, ela argumenta que o ponto central dessa empreitada política empreendida pelo movimento da Economia Solidária deva ser a consideração a respeito das instituições que balizariam tais escolhas, na forma de solidariedade vertical, constrangendo os atores. Apesar

da aparente dissonância com os pressupostos usualmente utilizados no campo da ES, a autora constrói toda a sua argumentação com base em excertos de autores renomados da área. Dessa perspectiva, a economia solidária teria um desafio moral de regular o comportamento naturalmente egoísta dos sujeitos.

A partir da bibliografia analisada, organizamos o Quadro 2 para sintetizar como os autores do campo problematizam, definem ou tratam da solidariedade dentro do tema:

Autores	Definição de Solidariedade	Conceito Emergente
Singer (2001)	“Por isso, a solidariedade entre os pobres substitui os seguros faltantes. As pessoas se ajudam mutuamente, porque se hoje tenho condições de dar, é provável que amanhã vou precisar que alguém me dê. A solidariedade entre os pobres não é calculista, nem sempre ela é motivada por avaliações realistas como a referida acima. Entre os pobres, a cultura da solidariedade se desenvolve ‘naturalmente’” p. 105.	Solidariedade como natural entre os pobres
Gaiger (2013)	“A solidariedade diz respeito antes de tudo à cooperação na atividade produtiva e à socialização — parcial ou plena — dos meios de produção, dissolvendo a separação entre capital e trabalho, típica do emprego assalariado.” p. 9. “a solidariedade rompe o isolamento econômico, social e político dos negócios informais, aumentando suas chances de sobrevivência. Por serem sociedades entre pessoas que se unem em paridade de condições, tornando a autogestão uma escolha racional, esses empreendimentos ativam a participação dos membros e, em contrapartida, tendem a uma distribuição equitativa dos ganhos, bem ao contrário das disparidades de renda que se verificam nas microempresas informais (GAIGER, 2011).” p.13.	Solidariedade como escolha racional pela autogestão
Sena et al. (2017) *baseado no Atlas da Economia Solidária (2005)	“solidariedade: expressa em diferentes dimensões, tais como na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base local, territorial, regional e nacional; nas relações com movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem-estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.” p. 659-660.	Solidariedade como valor político, ligado aos princípios da ES
Lisboa (2005)	“A solidariedade só é verdadeira se nasce da adesão voluntária. Ela não pode se dar de cima para baixo, apenas como resultado de políticas estatais. A socioeconomia solidária depende, primariamente, da adesão das pessoas aos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade.” p. 114.	Solidariedade como adesão aos princípios da ES
França Filho (2004)	“Estas novas formas de solidariedade fazem alusão à iniciativa cidadã em oposição, ao mesmo tempo, às formas abstratas de solidariedade praticadas historicamente pelo Estado, de um lado, e às formas tradicionais de solidariedade marcadas pelo caráter comunitário. Neste sentido, estamos diante de um fenômeno efetivamente inédito, segundo nossa hipótese, pois estas experiências não parecem orientar-se segundo o registro de uma socialidade típica da <i>Gemeinschaft</i> (comunidade), princípio comunitário (Tönnies), ou seja, uma socialidade comunitária (Weber), ou ainda, uma solidariedade mecânica característica das sociedades tradicionais (Durkheim). De fato, se um tipo de dinâmica comunitária marca essas experiências, sua expressão não parece se identificar apenas com o registro de um comunitarismo herdado (conforme nos lembra Caillé e Laville), ‘na medida em que ela emana de um comunitarismo muito mais escolhido como referência coletiva a um bem comum do que imposto pelo costume’” p. 247-248.	Solidariedade como novas formas de iniciativa cidadã

Andion (1998)	“O movimento solidário é fortemente ligado à dinâmica presente em cada sociedade. As iniciativas são originárias de ações locais, baseadas na ideia de comunidade. Esta é compreendida no sentido de partilha de um mesmo território, concebido ao mesmo tempo como espaço físico e como espaço de pertencimento a uma rede de relações constituída (Doucet & Favreau, 1991). Assim, a economia solidária assume configurações diferentes, segundo as ideias de base que lhe dão origem, bem como os contextos em que estão inseridas.” p. 14.	Solidariedade relacionada ao território e às relações estabelecidas
Colomé e Mayer (2016)	“A noção de solidarismo aqui utilizada remete-se ao conceito de solidarismo cristão, compreendido enquanto uma ideologia que propõe o dever de ação dos cristãos em favor dos mais desfavorecidos economicamente. Esta noção não se refere ao conceito de solidariedade desenvolvido por Durkheim.” p.588.	Solidariedade enquanto gramática de ação ligada a ideais cristãos
Gaiger (2004)	“Para suscitar formas de solidariedade duradouras e desejos de autonomia, a Cáritas vale-se do fato de que, nesses ambientes, o reconhecimento mútuo e a convergência de interesses apenas podem nutrir-se da convivência diária, dos laços de vizinhança e da partilha de culturas arraigadas. Em meio ao quadro degradante e anônimo da urbe, e com maior razão em meio rural, quando afeita a agricultores familiares depositários de uma tradição católica, a Cáritas encontra nos laços comunitários o terreno fértil para o desenvolvimento da solidariedade.” p. 815.	Solidariedade como reconhecimento mútuo e convivência, ligada a ideais católicos
Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018)	“A solidariedade é promovida entre os membros dessas iniciativas, que estabelecem entre si um vínculo social de reciprocidade como fundamento de suas relações de cooperação.” p. 162.	Solidariedade como vínculo de reciprocidade
Laville (2001)	“É nessa articulação entre criação associativa e referência à cidadania que reside, ao menos em parte, a explicação do recurso à terminologia da solidariedade. Mas o consenso em evocar o termo solidariedade (Vincent, 1997, p. 365) nos remete efetivamente a duas formas distintas de solidariedade, co-presentes desde a origem das associações modernas e sobre as quais a Inglaterra e a França surgem como dois casos emblemáticos.” p. 57-58.	Solidariedade filantrópica e democrática; reciprocidade enquanto fluxo econômico.
Eschweiller et al. (2019) *baseado em Gardin (2014)	“The analysis focuses on solidarity as reciprocity and, in particular, how it is affected by such factors as actor motivations, internal participatory functioning, resource mix and political legitimacy.” p. 549.	Solidariedade como reciprocidade, em três formas: desigual, entre pares e multilateral
Lechat (2002)	“O termo solidariedade pode também ser decomposto a partir de suas formas, que Hegner (1986) define como de reciprocidade, de lealdade e de altruísmo. Só nos dois primeiros casos, temos uma dependência recíproca de fato. Nestes casos não se comprova a desigualdade entre os pares. A solidariedade só indica que, no momento de sua aplicação, há desigualdade de situação entre aquele que dá e aquele que recebe, mas não indica uma desigualdade intrínseca.” p. 129.	Três tipos de solidariedade: reciprocidade, lealdade e altruísmo

Quadro 2: Tratamento do conceito de “solidariedade” pelos autores do campo de ES. Elaboração própria.

Como visto, podemos identificar tratamentos diferentes dos autores em relação à solidariedade, tanto no que diz respeito à presença de sua conceituação nos textos — o que acontece na menor parte da bibliografia analisada, sendo que, na sua ausência, buscamos destacar sua utilização de modo a nos aproximarmos da concepção dos autores —, quanto no sentido atribuído ao conceito. É possível identificar três tendências dentro do conjunto de textos do Quadro 2, como exposto a seguir.

A primeira delas faz referência a autores que se debruçam sobre as diferentes formas de solidariedade, explicitando a polissemia do termo (ESCHWEILER *et al.*, 2019; LAVILLE, 2001; LECHAT, 2002). Esse grupo de autores se preocupa especialmente com as características

com que cada uma dessas expressões afeta o vínculo social, tendendo a modelos mais igualitários e horizontais ou a modelos verticais e desiguais. O tema é tratado por Laville (2001), ao se referir às diferentes formas de solidariedade existentes na sociedade europeia. Esboçando uma genealogia de cada caso, o estudo destaca a *solidariedade filantrópica* de origem inglesa como uma tendência ligada ao voluntarismo e a uma regulação moral da sociedade. Esta seria a ajuda caritativa, de cunho privado, mas criticada pelo autor por reproduzir uma relação de gratidão sem limites por parte dos subalternos. Assim, o sujeito benevolente ajuda um terceiro, e este outro se manteria em sua relação de inferioridade. Já a *solidariedade democrática*, de origem francesa, possuiria forte cunho de interesse geral e igualitário. Ela é exercida em âmbito público, por uma concepção de dívida social, indo além da mera igualdade política liberal. Contudo, Laville indica que os autores ligados a essa segunda corrente atribuíram peso desproporcional ao Estado como vetor solidário primordial, atuando através dos mecanismos de redistribuição. A sociedade civil seria, então, uma terceira via que não amarrada ao Estado ou ao mercado, atuando na intermediação deles — atividades privadas de interesse público. Aqui, está alocada a economia solidária dentro da concepção do autor.

Em trabalho recente, Eschweiler *et al.* (2019) se utilizam da noção combinada de solidariedade como reciprocidade e realizam uma análise exploratória a partir de empreendimentos de três países da Europa (Dinamarca, Hungria e Escócia). A partir de Gardin (2014), descrevem a existência de três tipos diferentes de reciprocidade:

- Reciprocidade desigual: quando o grupo dirigente diverge do grupo atendido, usuários ou consumidores;
- Reciprocidade entre pares: quando os grupos se mostram homogêneos e auto-organizados, compondo um mesmo grupo de atores;
- Reciprocidade multilateral: quando uma gama variada de atores se junta em relações simétricas, exercendo laços de solidariedade.

A análise dos autores consiste na ideia de que diferentes fontes de recursos, além das condições políticas de legitimidade da ES nos ambientes institucionais em que ocorrem (incentivos e leis regulatórias), influenciam as formas diversas de reciprocidade exercida pelos empreendimentos. Tais elementos, considerados externos, estão relacionados também com elementos internos: os atores envolvidos, as atividades realizadas, as motivações e a forma organizativa adotada. Como conclusão do estudo, os autores pontuam que a reciprocidade multilateral é potencialmente fomentada em ambientes políticos onde as instituições de suporte à ES são consistentes e confiáveis, existindo a possibilidade de acesso a fundos públicos, e

também em situações em que os atores possuem um grau elevado de autonomia e as decisões são realmente tomadas de forma horizontal. Além disso, eles apontam que uma dependência dos recursos próprios, advindos do mercado, pode levar a formas mais gerencialistas e menos participativas de gestão, enquanto financiamentos na forma de patrocínios, com pouca autonomia interna de decisão, podem levar a formas verticais de solidariedade e características de caridade.

A segunda tendência de tratamento para o conceito de solidariedade diz respeito a uma definição normativa sobre seu conteúdo (GAIGER, 2013; LISBOA, 2005; SENA *et al.*, 2017; SINGER, 2001). Afora as pequenas diferenças, esses autores baseiam-se na ideia de uma adesão aos valores e princípios da economia solidária por parte dos atores sociais, como a partilha da propriedade, dos excedentes de produção, da igualdade e da preocupação pela justiça social e ambiental. Nesse sentido, dão forte conotação ao caráter voluntário da escolha, enquanto o aspecto normativo se faz presente ao passo que essa adesão se refere à dimensão única do conceito. Por conta disso, os autores parecem restringir a discussão ao próprio campo da economia solidária, não expandindo seus limites conceituais.

Dentro desse grupo, Singer (2001) parece não colocar os termos a partir de uma adesão voluntária, mas como uma característica presente nos estratos inferiores da sociedade — os pobres. O uso do recurso de naturalização do comportamento solidário, a partir da ausência de recursos de capital dessa população, justifica o entendimento da solidariedade enquanto recurso e fator de produção. Essa visão possui semelhança com o argumento de Laville (2001), que se baseia na ideia de *fator C* proposta por Razeto (1998 *apud* LAVILLE, 2001), ao fomentar práticas cooperativas e estimular a geração de capital social nas organizações:

Com esse título, o capital social formado a partir das relações de solidariedade não pode ser negligenciado na economia. É um fator de produção que pode contribuir para melhorar os resultados da combinação produtiva, segundo as palavras de Razeto Migliaro (1998) que o denominou de “fator C” como cooperação. (LAVILLE, 2001, p. 85-86)

Dentro da tendência normativa, podemos identificar, portanto, a sua atribuição enquanto recurso ou até mesmo como propriedade — algo que organizações ou comunidades possuem.

Por fim, a última tendência identificada diz respeito a uma noção relacional de solidariedade, construída a partir das relações presentes nos territórios e sendo dependente delas (ANDION, 2009; COLOMÉ e MAYER, 2016; ESCHWEILER *et al.*, 2019; FRANÇA FILHO, 2004; GAIGER, 2004). A respeito da concepção de França Filho (2004), que trata a solidariedade como um fator de adesão em seu sentido cívico, entendemos que o autor consegue realizar uma diferenciação das concepções normativas ao enquadrar o fenômeno a partir de um

tom de multidimensionalidade. Em sua leitura, verificamos o fator relacional de sua proposição quando essas novas formas estão para além das concepções de solidariedade mecânica e orgânica, tal como proposto por Émile Durkheim, para um sentido de ação comunitária aberta ao espaço público, isto é, relacionada aos outros sujeitos (p.3). Em contraposição à leitura clássica do sociólogo francês, que estabelece a solidariedade como um fator de coesão social externa ao indivíduo, França Filho enxerga a adesão à sua prática algo situado na dimensão da comunidade, além de servir como afirmação dos sujeitos<sup>16</sup>.

Andion (2009) e Gaiger (2004), por sua vez, dão ênfase aos fatores territoriais da solidariedade. O conceito é relacionado ao local onde se manifesta o fenômeno, tendo forte relação com a existência de laços contínuos de convívio e com as características da cultura local. Da mesma forma, Colomé e Mayer (2016) abordam a solidariedade como uma gramática de ação no ato do consumo crítico — em simultaneidade com outras gramáticas — e também a inscrevem num conjunto de símbolos compartilhados e relações sociais no território estudado. Consideramos ainda que Escheiweller *et al.* (2019), ao tratar de fatores internos e externos aos grupos analisados, também apresentam elementos de uma tendência relacional, ao demonstrar como diferentes contextos podem afetar a forma de relação e de solidariedade praticadas pelos atores.

Assim, a presença de um histórico cultural e coletivo propicia a ação solidária entre os atores. A isso se referem Ferrarini, Gaiger e Schiochet (2018) quando afirmam o seguinte:

Por outro lado, estudos constataram que, contrariamente a visões correntes, carências materiais eram insuficientes para a emergência de empreendimentos econômicos solidários; esses surgiam e, sobretudo, tendiam a sustentar-se quando dispunham de predisposições culturais prévias, vincadas em padrões de mutualidade e, do ponto de vista das lideranças, da partilha de valores alternativos e de ideais de transformação social (GAIGER, 2004) (p.163)

É, de fato, interessante a presença de valores cristãos e católicos tal como apontado por Colomé e Mayer (2016) e Gaiger (2004). Vale ressaltar que ambos os estudos se referem ao contexto do estado do Rio Grande do Sul, local onde houve grande número de experiências solidárias. De todo modo, é notável a influência de linhas da Igreja Católica na construção da ES no contexto latino-americano.

Ao tocarmos na tendência relacional de tratamento verificada em tais autores, não estamos nos referindo apenas a um relacionamento entre sujeitos e seu grupos fora de um dado

---

<sup>16</sup> Mais adiante, exploraremos outra leitura a respeito das formulações de Durkheim.

contexto, ou mesmo a uma tendência natural; antes, nos referimos a um conjunto de relações estabelecidas em função da cultura, dos vínculos sociais, bem como do próprio território<sup>17</sup>.

A partir da discussão levantada e por meio do diálogo direto com a última tendência teórica identificada, pretendemos pensar o campo da ES colocando a solidariedade em seu núcleo de interesses, o que incide de maneira diversa nas diferentes situações em que há relacionamento entre os atores e seu contexto.

---

<sup>17</sup> Como coloca Andion (1998, p. 14), não apenas como espaço físico, mas como espaço de pertencimento.

### III. REFERENCIAL TEÓRICO

Posicionamos nossa pesquisa a partir de uma lente analítica crítico-interpretativa, considerando esta uma posição propícia para enquadrarmos a complexidade do tema escolhido. Tal abordagem aparece em Pozzebon e Petrini (2013). As autoras realizam um estudo a respeito de abordagens qualitativas de pesquisa, argumentando em especial em favor da frutífera combinação entre teoria crítica e interpretativismo, mostrando as possibilidades desse campo epistemológico e suas convergências:

Abordagens interpretativas ou construtivistas objetivam produzir investigações detalhadas da maneira pela qual uma determinada realidade social tem sido construída. Abordagens críticas concentram-se mais explicitamente na dinâmica do poder e ideologia que cercam as práticas sociais. Longe de ser incompatível, o limite entre uma abordagem interpretativa e uma abordagem crítica pode ser visto como uma questão de grau: muitos estudos construtivistas (interpretativistas) são sensíveis às relações de poder, enquanto os estudos críticos incluem uma preocupação em relação aos processos de construção social que sustentam os fenômenos de interesse (PHILLIPS E HARDY, 2002), os quais estão intimamente ligados ao poder. (p. 03)

No que se refere ao caráter crítico adotado em nosso estudo, buscamos recursos teóricos suficientes para *desnaturalizar* as concepções ortodoxas relacionadas ao funcionamento econômico que atribuem ao comportamento dos sujeitos uma orientação autointeressada, bem como uma noção reificada sobre a racionalidade humana. Acreditamos que tais argumentos dão sustentação a uma concepção equivocada e limitada sobre os sujeitos e as organizações, implicando em uma simplificação da complexidade social e uma coação à sua forma de mercado (GUERREIRO RAMOS, 1989). Junto a isso, buscamos evitar uma leitura que trate das relações sociais de forma demasiadamente funcionalista, tornando-se importante que sejam entendidas as estratégias adotadas reflexivamente pelos atores em sua ação, concepção da qual se extrai abertura para o interpretativismo. Assim, daremos ênfase aos processo de construção social, concebendo os atores como “respondentes ativos dentro de sistemas encadeados e sobrepostos” (EMIRBAYER e MISCHÉ, 1998, p. 969 — *tradução própria*). Enfatizaremos o caráter relacional de processos intersubjetivos. Esse posicionamento corresponde a uma visão dinâmica sobre a reprodução de estruturas e a ação de agência dos atores sociais, de modo que se pretende uma leitura não hierarquizada entre esses dois elementos.

Buscamos encontrar uma estrutura conceitual e teórica adequada para pensar nas formas de relacionamento econômico praticadas por atores imersos em experiências de ES, o que identificamos como práticas alternativas ao mercado (BIGGART e DELBRIDGE, 2004). De



maneira geral, a abordagem sociológica relacional, que pretende problematizar o dualismo entre estrutura e agência presente nas ciências sociais, será nosso pano de fundo no referencial teórico para a investigação. Com isso, buscamos compreender a relação entre os condicionantes do contexto social e a construção de estratégias por parte dos atores. Como base de sustentação para a nossa lente, utilizaremos as contribuições de outros campos para suplementar nosso *framework* teórico. O desenvolvimento dessa estrutura será apresentado a seguir.

**a) Agência e estrutura na abordagem sociológica relacional**

Nesta sessão abordaremos as noções de ação social, estrutura e agência, o que comporá nosso arcabouço de análise. Partimos da argumentação teórica que se expressa através do posicionamento ontológico de uma leitura relacional sobre os processos sociais. A posição se justifica ao explorarmos a questão da *solidariedade* como objeto de investigação, pois a tratamos como uma categoria de interação: um ator não é solidário por si só, como uma propriedade que detém, mas é solidário em relação ao outro (PRAINSACK e BUYX, 2018). Na mesma lógica, uma prática econômica não pode ser classificada como solidária apenas em essência, uma vez que as formas de solidariedade e sua manifestação estão inseridas em determinado tempo e espaço, condicionadas às condições históricas e à convergência entre os modos de trabalho e o relacionamento entre atores. Assim, temos que a solidariedade não é natural ou pré-concebida, mas embebida em processos de construção social (MORGAN e PULIGNANO, 2020).

Uma leitura relacional da sociedade significa o entendimento do corpo social a partir da dinâmica interativa entre seus atores, instituições e estruturas. Dessa forma, como manifestado por Emirbayer (1997), o objeto de investigação deve ser entendido dentro de uma *teia* de relações sociais, que não irá *definir* suas características de uma maneira essencialista, mas sim posicioná-lo dentro de um cenário, em que sua apreensão se dá em termos relativos a outros elementos com o qual interage e compõem um processo situado historicamente. Em outras palavras, trata-se de encarar os elementos de investigação social enquanto fluxos em constante produção e reprodução, que são resultados de um acúmulo de trajetórias. Dentro destas trajetórias, se encontram: padrões de relações cristalizadas pela repetição interativa, que desenham suas configurações e lhes dão estabilidade (LAVALLE, 2011); atores que performam papéis sociais e utilizam recursos de acordo com seu posicionamento no campo (MARQUES, 1996); e uma configuração espaço-temporal que serve como cenário para estas interações, bem como elemento de relação (JESSOP, 2001).

O entendimento do mundo social composto por um conjunto de processos interrelacionados propicia um olhar para a construção contínua de estruturas e configurações de campos, encarando o posicionamento dos atores, as desigualdades e as estratégias utilizadas nesta interação. Como aponta Favareto *et al.* (2015), a abordagem relacional é propícia para o entendimento da manutenção ou da mudança de trajetórias históricas ao expor a interdependência entre seus elementos, argumento trabalhado na obra de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. A compreensão desta interdependência significa observar a ação de agentes que reproduzem ou questionam as estruturas sociais na tentativa de sua dominação e enfrentamento, respectivamente, e que justamente por estas ações são definidos. Adicionalmente, a ação destes atores se relaciona com outros elementos, tal qual o território, o tempo histórico, as práticas, identidades, discursos e os recursos materiais disponíveis.

De fato, a consideração a respeito do dualismo entre agência e estrutura está presente em grande parte da discussão sociológica. Um exemplo é a teoria da estruturação de Anthony Giddens, em que o autor expõe a interdependência entre estas duas, mostrando que uma é reforçada e construída pela outra. No seu modelo teórico, não apenas a estrutura inibe ou possibilita a agência humana, como também a agência é o fator que irá reproduzir continuamente as estruturas sociais. Em contraponto a este autor, Jessop (2001) argumenta, partindo de uma leitura relacional-estratégica, que a teoria de Giddens acaba priorizando uma interpretação da agência em detrimento das considerações sobre a estrutura, dado que o autor está voltado mais para os sentidos individuais produzidos pelos atores do que para um olhar sobre os sistemas de dominação. Jessop também argumenta que a teoria da estruturação acaba por homogeneizar a ação dos atores frente a estrutura, escapando uma diferenciação mais elaborada de suas racionalidades. Outro ponto de tensão explorado por Bob Jessop se dá a partir de uma consideração materialista a respeito da teoria da estruturação: a abordagem demasiadamente linguística desenvolvida por Giddens para a definição das estruturas, classificadas como um conjunto de regras e recursos, acaba por não problematizar a escassez destes últimos na dinâmica interativa, e, mesmo quando abordada a escassez, toca de maneira muito estrita as questões de poder que são sistematicamente exercidas (p. 1222).

Visando avançar na discussão e propondo adicionar uma lente sobre o exercício do poder na dinâmica social, Jessop, autor de tradição marxista, chama atenção para a construção de repertórios de ação a partir do posicionamento dos atores no campo, que se movimentam perante a estrutura articulando discursos, identidades, práticas e recursos. Em seu modelo de análise, um ponto fundamental está no privilégio que determinadas estratégias terão na

dominação do campo, enquanto outras apresentarão mais dificuldades para se estabelecer dado os contextos socio temporais que estão inseridas, conceito que ele denomina como dominação ecológica:

Ecological dominance exists to the extent that other systems are obliged to adapt more to a given system than this is obliged to adapt to them: in this sense they assume a dominant role in shaping the coevolution of the ecological system as a whole. It has been argued that the economy is the ecologically dominant system in the modern world. (JESSOP, 2001, p. 1231)

Como apresenta Tirelli (2014), a abordagem relacional foi incorporada por diversos estudiosos brasileiros na década de 2000 em pesquisas sobre associativismo e sociedade civil, buscando problematizar uma leitura essencialista a respeito da ação coletiva de atores sociais utilizando observações empíricas. Segundo a autora, buscou-se olhar para a sociedade civil enquanto um “campo multifacetado de relações envolvendo atores e intencionalidades variadas, os quais apresentam distintas adaptações e apropriações das oportunidades e restrições políticas que se colocam em cada contexto específico” (p. 27 – 28). Estes estudos avançaram na discussão de duas maneiras: no entendimento da complexidade acerca da racionalidade, a depender de seus atores e do seu contexto; e na percepção de uma diversificação das formas de relacionamento entre Estado e sociedade na construção destes campos. Assim, elementos institucionais puderam ser acionados a fim de enriquecer as análises sobre a ação coletiva: a importância do *path-dependence* para a construção de repertórios; a abertura espaço-temporal para definição de novas trajetórias advindas de conjunturas críticas; e o papel das contingências na restrição ou ampliação do espaço de ação dos atores.

Uma vantagem possibilitada por uma leitura relacional se dá no nível de análise empregado. Aqui, optamos ativamente pela escolha de uma abordagem epistemológica que nos posiciona em uma distância de médio alcance do processo social, ou seja, operando entre os condicionantes estruturais em nível macro e leituras individuais, nos orientando no nível relacional e organizacional do caso, também visando a construção histórica do posicionamento dos agricultores no campo de análise. Preterimos uma investida na direção do individualismo metodológico, presente em leituras ortodoxas do campo da economia, que isola o indivíduo do seu contexto social. Contrariamente, consideramos o indivíduo embebido em seu entorno social. Em outro sentido, uma abordagem de nível médio significa que também não lançaremos nossa atenção principal para questões acerca da totalidade dos determinantes sociais, como é praticado em larga escala na tradição marxista e suas correntes filiadas. Este posicionamento se motiva pelos interesses de pesquisa: não se trata de negar ou omitir a existência de mecanismos

amplos de dominação e ideologia que subjetivam uma realidade dissimulada no tecido social, baseada na exploração do homem pelo homem. Pelo contrário, estes elementos nos são caros, de maneira que adotamos um posicionamento crítico na pesquisa. Contudo, acreditamos que, apesar de uma determinação anterior no posicionamento dos atores, dado o acúmulo histórico e o funcionamento de mecanismos que privilegiam atores dominantes na reprodução de sua dominação, atores subalternos possuem capacidade de agência para a ação estratégica, reelaboração e reposicionamento dentro de seu contexto específico. Com isso, instauram uma realidade incrementalmente diferente da anterior. Este posicionamento teórico é reforçado em nossa abordagem metodológica, ao optarmos pelo estudo empírico da ação coletiva.

Utilizaremos o referencial desenvolvido em Emirbayer (1996) e Emirbayer e Mische (1998) como pano de fundo para nossa lente teórica. Tratando do debate entre estrutura e agência, os autores definem as relações sociais como elemento dinâmico frente ao dualismo anunciado, sendo que elas viabilizam ou constroem a ocorrência de mudanças em sistemas que se autorreproduzem. Assim, nossa abordagem também se justifica pela busca de uma explicação em relação às mudanças no contexto econômico, social e cultural, e não apenas na sua composição (FAVARETO *et al.*, 2015).

Os autores compõem um modelo teórico que qualifica tanto estrutura como agência em três categorias cada, ainda que ambas influenciem a ação social. Neste modelo, o contexto estrutural – formado pelo ambiente cultural, ambiente socioestrutural e ambiente sociopsicológico – condiciona as capacidades de agência. Por sua vez, a agência é caracterizada pela capacidade dos atores de alterar o foco de sua percepção temporal – entre passado (ação iterativa), presente (ação prático-avaliativa) e futuro (ação projetiva) (EMIRBAYER e MISCHE, 1998).

Nossa intenção é articular a discussão presente nos dois estudos. Em Emirbayer (1996), encontramos uma elaboração mais profunda sobre a tripla composição da estrutura. Em seu texto, o autor busca resgatar e atualizar a teoria social de Émile Durkheim, sob a justificativa da contribuição que seu arcabouço sociológico oferece a investigações de temas como sociedade civil, mecanismos de solidariedade social, microssociologia das emoções e a noção da organização social por redes (p. 110). O aporte teórico do sociólogo francês também é interessante quando levamos em conta o papel da cultura na estrutura social. No mesmo artigo, o autor esboça uma teorização sobre o caráter da agência utilizando referências durkheimianas. No entanto, é em outro artigo, escrito junto com Anne Mische, em 1998, que uma teoria a

respeito é realmente sistematizada. Neste novo texto, os autores centralizam a noção de agência a partir de sua composição simultaneamente temporal e relacional.

A seguir, na Figura 1, apresentamos o esquema que une os dois artigos citados:

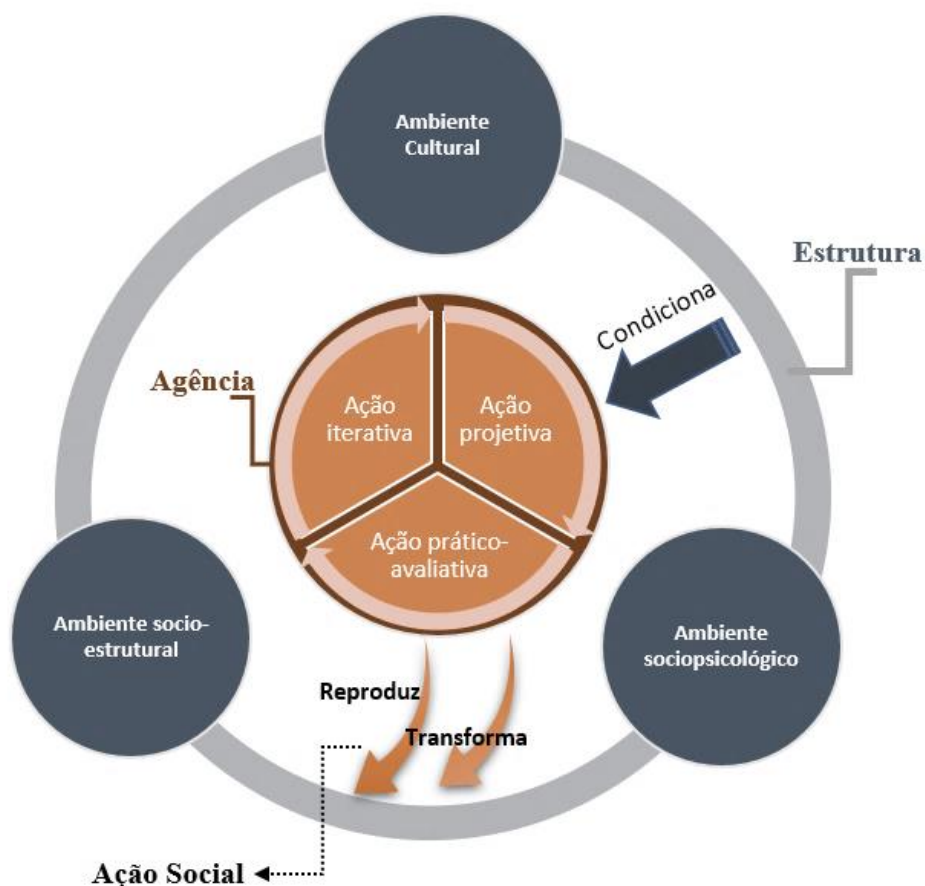


Figura 1: Relação Estrutura, Agência e Ação Social. Baseado em Emirbayer (1996) e Emirbayer e Mische (1998). Elaboração do autor.

Seguindo a definição de Emirbayer (1996) sobre os elementos da estrutura (p. 110), temos o seguinte esquema:

- *Ambiente cultural*: reúne padrões simbólicos, estruturas e formações (discursos, gêneros, idiomas e redes conceituais) que constroem ou viabilizam a ação por estruturarem os compromissos normativos e o entendimento de mundo dos atores e suas possibilidades nele;
- *Ambiente socioestrutural*: reúne as redes de relações sociais que configuram os padrões interpessoais ou interorganizacionais de ação. Comporta desde a estrutura socioeconômica até a morfologia social — distribuição no espaço, acessos de comunicação, densidade populacional, ambientes urbanos ou rurais (p. 118);
- *Ambiente sociopsicológico*: reúne estruturas psíquicas que constroem ou possibilitam a ação por regular os fluxos de energia emocional. Inclui relações duradouras e

interpessoais de simpatia, compromisso e solidariedade, bem como hostilidade e agressão.

Ao qualificar a estrutura em três ambientes diferentes, o autor ressalta a intersecção entre eles, não definindo nenhum tipo de hierarquia. Os ambientes são delineados como imbricados e ao mesmo tempo autônomos. Apesar de relacionados, por vezes dispendo de influência mútua, eles operam de acordo com a própria lógica (*idem*).

Na obra de 1996, Emirbayer também define em termos gerais qual sua concepção de agência a partir das categorias de Durkheim. A agência é definida como a capacidade dos atores de se perceberem no mundo e não apenas reproduzirem as estruturas em que estão imersos, bem como a sua capacidade de promover ações em direção à mudança. Guiado por uma interpretação alternativa da obra de Durkheim, Emirbayer enfatiza os fatores simbólicos da dinâmica social e a energia emocional gerada pelas interações entre os sujeitos. A possibilidade de alteração estrutural se dá pela ressignificação de símbolos cristalizados, em momentos em que eles se tornam pontos abertos de conflito.

Nessa esteira, o autor enfatiza a especificidade dos momentos de “efervescência coletiva”, pois são tomados como situações em que há um aumento no volume de relações sociais, significando uma alteração na capacidade de agência dos atores. O autor aproxima o pensamento de Durkheim da discussão sobre sociedade civil e movimentos sociais (de Tilly, Cohen e Arato — p. 112), indicando a disputa de símbolos coletivos por meio da reformulação de *frames* e rituais. Aqui, a solidariedade aparece como elemento definidor da ação coletiva, pois aumenta as fronteiras integrativas do grupo e fortalece seus laços emocionais, gerando energia para a mobilização (p. 119)<sup>18</sup>.

Contudo, em 1998, a agência foi teorizada de maneira mais aprofundada a partir da imagem dos *três acordes temporais*. Os autores definem agência humana como algo

(...) informed by the past (in its habitual aspect), but also oriented towards the future (as a capacity to imagine alternative possibilities) and towards the present (as a capacity to contextualize past habits and future projects within the contingencies of the moment). (Emirbayer e Mische, 1998, p. 963)

Seguimos Emirbayer e Mische (1998, p. 971) na definição de suas divisões apresentadas na Figura 1:

- *Dimensão iterativa (orientada ao passado)*: elaboração de padrões passados e experiências vividas (individuais ou coletivamente) que darão expectativas ao presente e ao futuro: no primeiro caso, um sistema de classificação e compartimentação dos

---

<sup>18</sup> Um paralelo também pode ser traçado com a ideia de conjunturas críticas (TIRELLI, 2014: 30).

elementos emergentes através de esquemas construídos de maneira relacional; no segundo, a expectativa de que, agindo de uma determinada forma, as pessoas agirão como esperado. É o elemento que mantém as estruturas sociais e sustenta identidades, interações e instituições no decorrer do tempo;

- *Dimensão projetiva (orientada ao futuro)*: capacidade de criação imaginativa dos atores sobre futuras trajetórias de ação, em que estruturas de pensamento podem ser criativamente reconfiguradas de acordo com as expectativas, desejos e receios em relação ao futuro;
- *Dimensão prático-avaliativa (orientada ao presente)*: respondendo às contingências, dilemas e demandas da situação, trata-se da capacidade de realizar julgamento prático e normativo sobre as alternativas disponíveis de ação.

A alteração da orientação temporal dos atores será estimulada pela necessidade de tomada de decisão frente a situações que fogem ao roteiro de expectativas construídas com as relações passadas, como nas conjunturas críticas. O exercício realizado é de se imaginar alternativas (orientação no presente) e projetá-las em ação de maneira coletiva (orientação no futuro).

Não apenas situações inesperadas estimulam a ação de mudança. Os autores colocam a sociabilidade como fator para o desenvolvimento de uma consciência reflexiva (p. 969). Essa concepção remete à ideia de que agentes em situação de interação estão expostos a orientações temporais diversas, uma vez que seus respondentes podem estar imersos em outros contextos temporais. O processo de interação comunicativa pode aumentar a capacidade de agência, uma vez que novas possibilidades podem ser imaginadas em coletivo.

A capacidade de especulação e simulação de cenários é o fator que possibilita a ação transformadora dos agentes. Subdividindo a ação projetiva em seus acordos internos, a teoria propõe que os atores se baseiam em narrativas e na capacidade de imaginação (liberdade de pensamento e de projetar situações, separar e reordenar conceitos) sem necessariamente se comprometerem com a ação, criando hipóteses de verificação limitada sobre o futuro e um possível plano para tal.

Destarte, a ação social para a efetuação de mudanças na estrutura ocorre mediada pela comunicação e, por isso, ela é *fundamentalmente coletiva*, ou seja, se refere a transformações no contexto em que os atores estão imersos, e não apenas uma mudança individual de comportamento.

Abordando a influência da estrutura sobre a capacidade de agência, os autores seguem a lógica apresentada no artigo de 1996. Nessa visada, as condições estruturais condicionam diferentes maneiras com que os agentes se percebem no mundo, no modo como se relacionam e na capacidade de projetar trajetórias alternativas. Como destacado por Emirbayer e Mische (1998, p. 985),

Our premise is simply that the specific culturally embedded ways in which people imagine, talk about, negotiate, and make commitments to their futures influence their degree of freedom and maneuverability in relation to existing structures (i.e., it matters to what degree they understand time as something fixed and determinate, or conversely, as something open and negotiable).

É preciso assinalar que o conceito de solidariedade não é propriamente tratado em Emirbayer e Mische (1998). Conforme a sua perspectiva, o texto se dedica primordialmente a teorizar a composição da agência humana, estando fora de seu escopo a especulação em torno da noção de ação social. Todavia, os mesmos se referem no início de seu texto ao modelo apresentado em Emirbayer (1996), o que faz considerarmos que ambos referenciais podem ser tomados de forma articulada.

A orientação epistemológica para formulação de uma teoria da agência temporalmente referenciada está vinculada às contribuições da tradição *pragmática americana*, de John Dewey e George Herbert Mead, e da *fenomenologia social* de Alfred Schultz (p. 967). Emirbayer e Mische argumentam em seu texto que essas foram as escolas filosóficas que melhor conseguiram superar o dualismo kantiano entre ação instrumental e normativa, uma importante influência sobre o debate em torno da ação humana. Nas suas palavras, esse dualismo é uma falsa distinção, “uma vez que todo objeto e propósito humano são necessariamente construídos pelo significado e valor social” (p. 968 — *tradução própria*).

Tal noção nos é particularmente importante ao tratar de modelos econômicos alternativos, posto que rompa com a divisão conceitual entre a ação voltada para fins materiais em oposição àquela movida por valores. Entendendo que as trocas se caracterizam em um espaço definido de forma relacional, o arcabouço teórico apresentado nos dá condição de interpretar a ação econômica imersa em estruturas de relações sociais, não havendo uma divisão clara entre esses tipos ideais. Buscaremos discutir e ampliar a visão sobre o funcionamento do mercado e suas alternativas para então amarrarmos nosso *framework* com a investigação proposta.



### ***b) Possibilidades além do mercado tradicional***

A abordagem sociológica sobre a economia tem se mostrado um campo interessante para o questionamento do *mainstream* ortodoxo. É o que nos mostra Serva e Andion (2006), em seu artigo sobre as diferentes frentes que constroem o que se entende como o ressurgimento da sociologia econômica nas últimas décadas. A reaparição deste campo de investigação se deu no final do século XX, depois de um hiato iniciado na década de 1920 que manteve a sociologia afastada de temas econômicos, em decorrência da ascensão do fordismo e do crescimento no número de estudos do campo da administração de caráter funcionalista. Segundo os autores, a contribuições da sociologia para a leitura econômica se dão no questionamento de uma visão estritamente utilitarista dos fenômenos a seu respeito. Compreende-se que “toda ação econômica é uma ação social; a ação econômica é socialmente situada; e as instituições econômicas são construções sociais” (LÉVESQUE, BOURQUE e FORGUES, 2001; *apud* SERVA e ANDION, 2006, p. 13).

Paralelamente, foi a partir dos anos 1960 que concepções críticas no campo dos estudos organizacionais começaram a questionar as relações de poder e controle presentes na disciplina, tomando as organizações como sistemas sociais complexos. Serva e Andion buscam realizar uma aproximação entre esses dois campos. Considerando o potencial que a sociologia econômica pode alcançar em associação com os estudos organizacionais, seguiremos a recomendação dos autores para fundamentar nossa leitura sobre a construção de sistemas econômicos alternativos.

É nessa medida que Biggart e Delbridge (2004) demonstram que não existe uma forma única denominada mercado, mas sim diversos sistemas de trocas qualitativamente distintos. Os estudiosos fazem isso a partir da discussão de três correntes: a neoclássica ortodoxa, em seu desenvolvimento próprio; a crítica das redes sociais, com base na sociologia; e a análise do fator cultural, com base nos trabalhos neoinstitucionalistas. Desse conjunto, afirmam o papel da cultura na definição do interesse individual e na forma de se relacionar com o outro, variando de acordo com o contexto que se observa. Tais elementos são combinados com o dualismo proposto por Max Weber em relação aos tipos de racionalidade, *instrumental* e *substantiva*. Estas seriam as duas racionalidades básicas adotadas pelos sujeitos ao tomar uma decisão: a primeira seria a racionalidade calculista voltada para os fins, concretização de um pensamento estratégico em busca da maior eficiência nas escolhas — geralmente definida pelos pensadores da tradição da *escolha racional* como uma orientação universal; a segunda, a racionalidade substantiva, se configura pela ação guiada por parâmetros éticos e morais, amplamente

conectados com as emoções e não necessariamente realizados de maneira calculista. A partir dessas definições, os autores montam um modelo classificativo com quatro possibilidades: sistemas de preço, sistemas associativos, sistemas morais e sistemas comunais<sup>19</sup>. Nas diferentes classificações, os tipos de ação se combinam com duas possibilidades de estruturas de relações: universais ou particulares.

		Structure of social relations	
		Universalistic (act toward all the same)	Particularistic (act toward outsiders differently)
Basis of action	Instrumental rationality (means calculus)	<b>1.</b>  <i>Price system</i>	<b>2.</b>  <i>Associative system</i>
	Substantive rationality (calculus in relation to an end)	<b>3.</b>  <i>Moral system</i>	<b>4.</b>  <i>Communal system</i>

Figura 2: Systems of Exchange. Fonte: Biggart e Delbridge (2004).

A classificação proposta deve ser tomada como um modelo tipológico, ou seja, como uma redução da sua complexidade a fim de codificá-la e podermos observar seus pontos críticos (p. 32). Daí que as quatro definições sejam analiticamente distintas, enquanto no mundo social podemos observar comportamentos mistos e sobrepostos. Ao pensarmos na ES, é possível enxergar diferentes sistemas operando. Como um exercício para nosso caso de pesquisa, podemos pensar sobre a formação de redes de ES e ver o funcionamento de sistemas comunais, favorecendo trocas por afinidades políticas de modo a fomentar a estruturação de um sistema alternativo. Por outro lado, ao pensarmos na inserção dos EES dentro de um sistema capitalista, temos limitações para imaginar a ausência da racionalidade instrumental. Ou seja, esses sistemas coexistem de forma sobreposta dentro de uma mesma estrutura, rede ou de uma mesma organização.

Como destacado anteriormente, consideramos que as nuances entre as racionalidades são menos demarcadas do que o proposto, como ressaltam Emirbayer e Mische (1998). Nesse

<sup>19</sup> Os autores classificam as experiências de ES dentro do sistema moral de trocas, exemplificando com as experiências dos LETS europeus. Isso significa que os sujeitos seriam movidos pela racionalidade substantiva ao tomar a decisão econômica, ao mesmo tempo em que esse padrão valeria para todos da mesma forma, sem diferenciar laços próximos ou distantes.

mesmo sentido, Granovetter (2007) propõe uma leitura da estrutura social que considera as trocas econômicas também como laços relacionais, que estão imersos no tempo e no espaço, formando redes de relacionamento.

O autor se mostra resistente tanto à ideia da regulação social por meio de uma autoridade externa quanto às visões estruturalistas e atomizadas da ação econômica. Padrões contínuos de relações sociais seriam, segundo o seu raciocínio, mais propensas a moldar os comportamentos. A noção de vínculos sociais na ação econômica é importante, de forma a não nos restringirmos à noção estrita do sistema de preço para a regulação da produção. Granovetter (2007) propõe a existência de mecanismos adicionais à troca mediada pelo mercado, como trocas simbólicas motivadas pela reciprocidade. Para o autor, mesmo setores de alto escalão executivo se orientam para além da racionalidade instrumental, e, muitas vezes, os laços sociais se sobrepõem aos laços comerciais a partir da contínua interação. É o que ele nos diz no seguinte trecho:

Os atores não se comportam nem tomam decisões como átomos fora de um contexto social, e nem adotam de forma servil um roteiro escrito para eles pela intersecção específica de categorias sociais que eles porventura ocupem. Em vez disso, suas tentativas de realizar ações com propósito estão imersas em sistemas concretos e contínuos de relação social (GRANOVETTER, 2007, p. 9)

Aqui fica explícita a postura relacional adotada pelo autor. Contudo, está fora de seu escopo sistematizar ou classificar possibilidades para além do mercado tradicional, como nos aponta Serva e Andion (2006, p. 13).

Pensando em ampliar os fluxos para além da atividade econômica e sistemas de trocas no mercado, Laville (2001) propõe uma tipologia integral sobre o funcionamento da economia que consiga evidenciar recursos que ocorrem para além da própria troca mercantil. O sistema é denominado de Economia Plural e possui lastro entre autores da ES brasileira. Seu modelo está disposto em três dimensões: o fluxo de mercado e de troca; o fluxo de redistribuição, via Estado; por fim, o fluxo de reciprocidade, ocorrida a partir dos relacionamentos entre atores. No modelo estão presentes trocas monetárias e não monetárias:

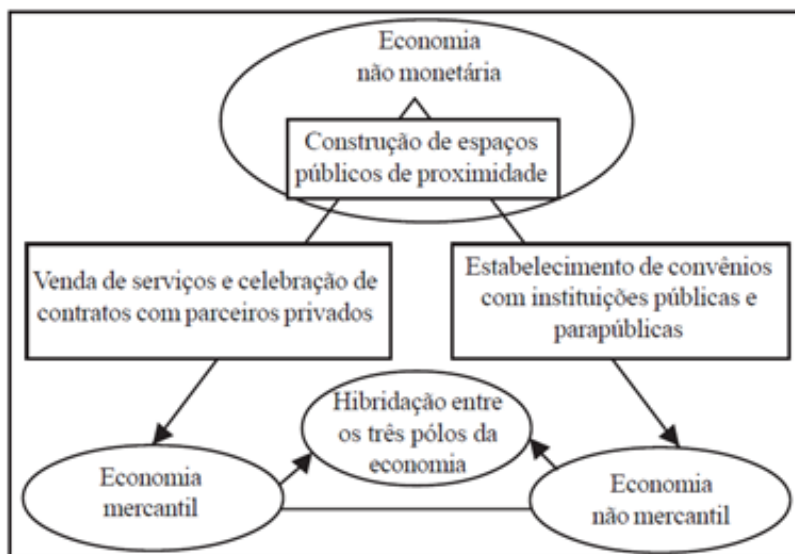


Figura 3: A Economia Plural. Fonte: Eme, 1991; Laville, 1992, 1994. Elaborado por Laville (2001).

Seu modelo é interessante para conseguirmos vislumbrar as práticas de Economia Solidária para além da própria unidade de EES, formando uma rede que leva em conta uma gama diferenciada de atores, de recursos e de relações. Comparando-o ao modelo de sistemas de trocas, proposto por Biggart e Delbridge (2004), alcançamos outra compreensão da complexidade econômica, pois não tratamos de fluxo único de trocas bilaterais qualitativamente diferentes; antes pensamos em uma multiplicidade de fluxos operantes em simultaneidade. No entanto, algumas considerações sobre a relação entre mercado e outras formas de fluxo exigem um aprofundamento teórico.

### c) *A tensão entre racionalidade instrumental e substantiva*

Um dos pontos essenciais de tratamento teórico de Guerreiro Ramos (1989), em seu livro *Nova Ciência das Organizações*, é a questão da racionalidade instrumental e substantiva. A tensão entre os elementos é o que mobiliza todo o desenvolvimento de sua proposição a respeito de uma ciência administrativa que leve em conta fatores mais amplos da vida humana, e não apenas sua redução à forma de mercado. O sociólogo argumenta que a caracterização da racionalidade, tal como entendida na ortodoxia das ciências sociais, isto é, seu caráter instrumental, é a fonte de diversas distorções na formação de sistemas sociais, atuando como uma normatividade naturalizada. Essa *unidimensionalização* da razão enquanto estratégia para maximização de ganhos utilitários, segundo Guerreiro Ramos (1989), nos leva à validação social apenas daquelas ações destinadas à transformação em mercadoria, considerado trabalho produtivo. Essa distorção seria responsável pela interpretação limitada sobre o sujeito, caracterizado pela mera representação de si mesmo no mercado — como atores que não sabem

quando estão atuando e quando estão nos bastidores, ofuscando grande parte da subjetividade humana.

O traço crítico empregado por Guerreiro Ramos nos ajuda a vislumbrar a tensão presente entre as diferentes racionalidades não apenas como uma questão de binaridade de orientação, como presente em Biggart e Delbridge (2004), mas sobretudo como uma relação de dominação. Retomando a discussão sobre sistemas de trocas, não tratamos de orientações *inatas* que se manifestam em diferentes localidades com atributos fixos, como proposta nas diversas formas de mercado posto pelos autores, mas de uma tentativa contínua da dominação da racionalidade instrumental sobre a noção de racionalidade como um todo, provocando um conflito constante entre as diferentes formas que fogem à lógica normativa<sup>20</sup>. Na realidade, como argumenta Guerreiro Ramos (1989), não existe apenas a luta pela validade de outra visão de economia, como também sua emergência é necessária frente à insuficiência do sistema de mercado para suprir esse conflito interno, gerando o que o autor denomina de uma *síndrome psicológica moderna*, que “surgiu como consequência de um esforço histórico sem precedentes para modelar uma ordem social de acordo com critérios de economicidade” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 52).

A possibilidade de existência dos fluxos redistributivo e de reciprocidade é diretamente relacionada à atuação da ES para além do mercado. Uma compreensão integral da economia está presente em Guerreiro Ramos (1989), ao propor seu modelo de paraeconomia e uma alocação de recursos sociais mais interessante. Esta é a proposta que se coloca à ES tal como a concebemos, de modo a dar uma outra visão ao funcionamento do sistema econômico, mais integrado com a vida social em sua múltiplas dimensões<sup>21</sup>.

O movimento de dominação da racionalidade instrumental sobre outras formas de racionalidade segue o mesmo argumento de Jessop (2001) sobre a dominação ecológica. Como afirma o autor em Jessop (2009), essa tendência deve ser encarada de forma “diferenciada, relacional, contingencial e reversível” (p. 30), ressaltando a disposição histórica desta dominação, dada como uma construção social, que tem entre seus fundamentos uma

---

<sup>20</sup> Essa tese é também o centro da Teoria da Ação Comunicativa do filósofo Jürgen Habermas. Alguns autores do campo da Economia Solidária se utilizam de sua teoria, principalmente no tocante à sociedade civil, como fundamentação teórica. Um exemplo é Eschweiler *et al.* (2019).

<sup>21</sup> França Filho também aproxima a noção de paraeconomia de Guerreiro Ramos à ES (FRANÇA FILHO, 2010). A paraeconomia consiste em pensarmos na organização de um sistema social que valorize outras ações que não apenas àquelas destinadas a formação de valor, como todo o espectro da economia do cuidado. Complementarmente, propõe a orientação deste sistema para questões mais amplas da vida humana, problematizando a noção de tempo como um recurso e a função das organizações como instrumentos de dominação.

determinação da vida voltada para o modelo centrado no lucro e na mediação social via o mercado – se desdobrando na dominação de uma classe por outra.

*d) Concebendo a ação solidária a partir da noção de reconhecimento*

Buscando sintetizar os pontos em aberto na argumentação desenhada até aqui, nota-se que exploramos uma gama de autores que irão tratar de diferentes racionalidades que compõe as ações econômicas, havendo uma clara oposição entre a racionalidade instrumental e a racionalidade substantiva no pensamento de vários desses estudiosos. Em contraposição, análises com uma visada relacional mais preponderante argumentam a contínua produção das relações econômicas a partir de processos intersubjetivos e que, portanto, uma separação dualista entre dois tipos de racionalidade seria meramente analítica, já que toda relação é construída socialmente. A oposição se dilui ao colocarmos o conflito em termos históricos. Como nos aponta Santos (2019), o desenvolvimento capitalista esteve cunhado na supressão de formas tradicionais de sociabilidade para a uniformização das relações a partir dos dispositivos de mercado. Essa construção histórica do capitalismo, que acompanha o desenvolvimento da modernidade, não atinge uma totalidade sobre o corpo social, deixando resquícios de outros tipos de sociabilidade e – como tratamos aqui – de racionalidades econômicas. Este é o mesmo argumento apresentado por Guerreiro Ramos e Jessop. Assim, não se trata de essencializar um pensamento estratégico-instrumental na noção abstrata do ser, mas de entender a sua formação como um fluxo histórico, colocada sobre uma perspectiva relacional.

No que, então, esta discussão pode nos ajudar? Primeiramente, abrimos espaço teórico para se pensar em outras formas de relacionamento econômico visando enquadrar a economia solidária. Em segundo lugar, a apreensão da solidariedade entre atores, sob a égide da ES, necessita ser também qualificada enquanto um aspecto relacional, isso é, como condicionada pelo seu contexto. Essa leitura diverge, por exemplo, da interpretação de Paul Singer (2001) sobre uma solidariedade natural. Isso porque necessitamos considerar tanto as diferentes forças e pressões da dominação da racionalidade instrumental sobre as relações sociais tradicionais no processo de individualização das sociedades modernas; como também as novas experiências de solidariedade, ao olharmos para o capitalismo contemporâneo. Este ponto é principalmente relevante numa perspectiva do *Sul Global* para a economia solidária, uma vez que tratamos de um projeto de modernização não concluído, com níveis elevados de escassez material e o convívio com modelos tradicionais de sociabilidade (SANTOS, 2019).

Ao falarmos sobre solidariedade, é necessário considerar as contribuições clássicas do sociólogo francês Emile Durkheim. Este autor aponta, em sua elaboração sobre a divisão do trabalho, que o papel do Estado no período moderno é o de fomentar o culto à individualização do sujeito (DURKHEIM, 1992 *apud* EMIRBAYER, 1996, p. 114). Em decorrência, o sociólogo francês emprega uma análise sobre as formas de solidariedade praticadas, tendo-as como o elemento central que mantém as sociedades coesas. No caso da formação das sociedades modernas com alto grau de divisão do trabalho, essa coesão social deixa de ser mediada por valores tradicionais ou costumes – conjunto denominado de solidariedade mecânica –, e passa por uma regulação por meio de códigos e regras de conduta instaurados através do direito e, portanto, pelo Estado, bem como pelo valor social da função do trabalho, pelo mercado – o que o cânone denomina de solidariedade orgânica (DURKHEIM, 1893 *apud* PRAINSACK; BUYX, 2017, p. 3).

Todavia, como nos apresenta França Filho (2004), ao tratarmos da ES estamos pensando também em *novas formas de solidariedade*, que vão além do sistema formal-legal ou de formas tradicionais. A solidariedade pública que trata o autor, calcada na ação econômica de reciprocidade, nos parece melhor explicada a partir da ideia de *reconhecimento*, conceito trabalhado pelo filósofo Axel Honneth (1995). Para ele, o reconhecimento é o motor das lutas sociais por emancipação. A partir de processos intersubjetivos de reconhecimento do outro, paralela na própria formação do *self*, os sujeitos fomentam laços de identidade que motivam a ação conjunta. Assim, as lutas por reconhecimento estariam fundadas a partir da percepção de um desrespeito comum, na identificação de um outro desrespeitado, e a motivação da ação estaria calcada na supressão desta situação a partir do reconhecimento desta identidade dentro da esfera pública<sup>22</sup>.

Podemos entender a solidariedade presente na ES, sob uma perspectiva latino-americana, como uma ação motivada pelo reconhecimento do direito à vida econômica. Se tratamos de um reconhecimento que vai além do *status* jurídico, complementando um reconhecimento de estima social (HONNETH, 1995, p. 113), tratamos também do acesso aos meios de vida que ultrapassam a formalidade de mercado. Nesse contexto, a formação de relações de solidariedade na ES se transforma em ação prática para enfrentar as desigualdades produzidas pelo capitalismo.

---

<sup>22</sup> O autor segue em grande parte os trabalhos de seu tutor Habermas. Faz isso atualizando a teoria habermasiana, utilizando a teoria hegeliana com a noção intersubjetiva do filósofo pragmático George Herbert Mead e a formação do *self* presente nos trabalhos do psicanalista Donald Winnicott. Em Hegel, dialoga diretamente com as categorias de reconhecimento intersubjetivo: esfera do amor, esfera jurídico-moral e esfera da estima social.

O conceito aparece também em Prainsack e Buyx (2017). As autoras, ao realizarem um levantamento extenso sobre diferentes tradições de pensadores que lidaram com o conceito de solidariedade, chegam à seguinte definição do conceito: “enacted commitments to accept costs to assist others with whom a person or persons recognise similarity in a relevant respect” (PRAINSACK e BUYX, 2017, p. 43). Ou seja, o elemento de reconhecimento aparece no centro da discussão sobre solidariedade<sup>23</sup>. Interessante notar que a noção de solidariedade elaborada pelas autoras diverge das formas mecânicas e orgânica de Durkheim: se supõe o reconhecimento de semelhança em algum aspecto relevante aos sujeitos, não por meio de elementos tradicionais que regulam a coesão social nem por mecanismos legais. Assim, elas não se eximem da possibilidade de conflito nestas relações. Em contraposição a Singer, não se assume uma relação solidária inata ao ser, mas sim dependente das condições de reconhecimento com o outro, através de processos intersubjetivos — e isso depende do contexto cultural, estrutural e relacional de que tratamos.

Quando falamos de uma perspectiva latino-americana da ES e da solidariedade, podendo se estender para o *Sul Global*, se tornam mais latentes os pontos de tensão relacionados ao fator material da ação coletiva e a escassez de recursos, retomando a discussão do início do capítulo. É importante notarmos as diferenças contextuais, materiais e simbólicas, ao transpormos teorias cunhadas nos países do *Norte Global* para uma realidade que foge a sua normatividade conceitual. Desta maneira, podemos pensar as sociedades do Sul enquanto um projeto de modernização inconcluso ou tardio, qual seja uma dissimulação do modelo do Norte, convivendo com uma herança de colonização e desigualdade (SANTOS, 2019); ou mesmo não havendo atingindo a inclusão e reconhecimento de seus estratos subalternos da população (HONNETH, 1995). Assim, podemos propor um nível de coesão social deficitário, diante da relação entre Estado, sociedade e mercado, relegando parte considerável de sua população à exclusão da esfera pública, com condições materiais irrisórias à organização da luta por reconhecimento. Expostas as fraturas do projeto de modernização, a solidariedade orgânica mediada pelo Estado não tem capacidade de dar coesão a este corpo social, e aí se manifestam as formas de solidariedades públicas propostas no direito à vida econômica. Para além das

---

<sup>23</sup> É prudente reforçar que as autoras se pautam na noção de reciprocidade em Charles Taylor, enquanto nós articulamos a mesma noção segundo Axel Honneth. Em que pesem as divergências entre os autores, podemos inferir uma aproximação de nossa visada sobre a noção de solidariedade para além do sistema legal: “This is where solidarity comes in: many scholars, including Axel Honneth or Jürgen Habermas, see reciprocity as the core constituting ingredient of solidarity. While reciprocity can be enforced by law – as is the case in contractual obligations or welfare state arrangements – there is a need for a broader reciprocity going beyond the remit of legal norms, and that is the remit of solidarity” (p. 28)



estratégias discursivas de mobilização e engajamento, a economia solidária aparece como uma ferramenta estratégica no quesito material da ação coletiva em nível local e regional.

Ao traçarmos um paralelo entre a noção de solidariedade movida pelo reconhecimento e a noção de solidariedade como geradora de energia motivacional na ação coletiva, podemos nos aproximar de uma leitura satisfatória sobre a proposta da ES. A refutação pelo modelo econômico baseado somente na mediação via preços, de caráter impessoal, por um modelo de proximidade e reconhecimento está na base da proposta de formação de sistemas econômicos alternativos.

Um último ponto de argumentação pode ajudar no enquadramento do conceito de solidariedade, que ainda aparece um pouco turvo no cruzamento entre o arcabouço teórico de diferentes autores: trata-se de diferenciar os níveis de análise do objeto. Este recurso nos ajuda a conceber qual a diferença entre as propostas de Durkheim e de Honneth, por exemplo. Este é o argumento trabalhado no estudo recente de Morgan e Pulignano (2020). Analisando a incidência da solidariedade no trabalho, os estudiosos colocam que essa não deve ser encarada como um fenômeno de qualidades imutáveis, mas antes como dependente de condições materiais para seu exercício. Classificam sua manifestação em três níveis de análise: no cotidiano de trabalho, na estrutura organizacional que lhe dá suporte, e como um *frame* no campo institucional. Assim, a forma do trabalho, em um primeiro nível, irá condicionar o volume da presença mútua, o contato entre os indivíduos e sua capacidade na criação de laços. Em um segundo nível temos o fator organizacional, que engendra a articulação destes laços de solidariedade na forma de redes, como exemplificado com o caso da atuação dos sindicatos durante a era fordista: unindo demandas de diferentes categorias e criando também laços estratégicos de solidariedade<sup>24</sup>. Por fim, num terceiro nível, essas demandas e manifestações de solidariedade atingem um patamar institucional, materializados em legislações, normas e símbolos que irão se difundir no corpo social<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> Baseado em Putnam (2001), os autores também trazem uma diferenciação interessante nos laços de solidariedade: na forma de laços [*bonds*] internos ao grupo e de pontes [*bridges*] externas ao grupo. Se trata de entender as qualidades positivas e negativas das formas de solidariedade: ao tempo que um grupo com alto nível de laços pode se tornar excludente para elementos externos, a formação de pontes com outros grupos demanda um certo grau de dispêndio de recursos e, caso a aliança solidária estratégica não tenha seus objetivos concretizados, essas pontes podem se colapsar ou atrofiar (p. 20 - 23).

<sup>25</sup> Os autores argumentam, a partir deste modelo, como a solidariedade social foi minada a partir das inovações praticadas na era do neoliberalismo sobre o modelo arquitetado nos países centrais durante o fordismo: contratos precários, terceirização e uso de plataformas – desestruturação num primeiro nível; enfraquecimento dos sindicatos e fragmentação das categorias – no segundo nível; transformações das leis trabalhistas e mediação das relações sociais sob um viés mercadológico – no terceiro nível.

Partindo deste modelo podemos diferenciar de que nível de solidariedade estamos tratando ao olhar para os trabalhos elencados até aqui. Durkheim, ao propor uma transição da solidariedade mecânica para a orgânica, narra também a complexificação da sociedade e sua expansão relacional, conectando territórios a partir da divisão social do trabalho. Assim, a instauração da solidariedade orgânica mediada pelo Estado é também a instauração do terceiro nível tratado por Morgan e Pugliano (2020), o nível institucional – ou a esfera pública. Paralelamente, quando França Filho (2004) fala de novas formas de solidariedade, sua manifestação ocorre em níveis locais (primeiro nível), regionais ou a partir de redes (segundo nível). O mesmo pode ser observado em Honneth (1995) sob a ótica do reconhecimento: os processos intersubjetivos acontecem no nível do contato pessoal, em um primeiro nível. A organização da mobilização se daria no segundo nível, mas mirando o reconhecimento identitário no espaço institucional, no terceiro nível. Traçando um paralelo para pensarmos na proposta da ES como um movimento social e no seu modo de organização, podemos vislumbrar a operação relacional dos três níveis, assim como apresentamos no Quadro 1 deste estudo (p. 31).

*e) Modelo teórico: ação pública e economia solidária*

A discussão teórica apresentada nos parece apropriada para atingirmos nosso objetivo de pesquisa. A lente voltada para elementos culturais, socioestruturais e sociopsicológicos pode sustentar uma leitura interessante sobre diferentes tipos de mudança empreendidas na estrutura pelos atores no decorrer da criação de mercados alternativos e na sua ação social. Da mesma forma, conceitualizando a agência em sua referência temporal, seremos capazes de melhor interpretar as estratégias utilizadas para que essas estruturas sejam movimentadas. É importante ressaltarmos o caráter interativo da relação, uma vez que mudanças na estrutura são, simultaneamente, mudanças nos condicionantes de capacidade de agência dos atores, dando-lhes novas condições de planejar, experimentar e executar trajetórias alternativas àquelas de um cenário inicial.

Em vias de finalizar a elaboração teórica deste capítulo, necessitamos trazer o conjunto de considerações levantadas até aqui para nosso foco de investigação de maneira mais efusiva, com a problematização da atuação coletiva em torno da economia solidária na fronteira entre Estado e sociedade. O instrumento conceitual para esta aproximação será a noção de ação pública, que permite um olhar complexo para esta fronteira.

Spink (2014; 2019) discute a ideia de como se constitui o que chamamos de “público” dentro do debate em torno de governo, Estado e sociedade. Partindo da noção de linguagens de ação pública, o autor questiona a noção da agenda pública enquanto algo determinado unicamente pelo governo. Em contraposição, uma multiplicidade de linguagens, formas e práticas de ação se desenham sobre os territórios, ora cooperando, ora competindo, ora apenas coexistindo, de modo a manifestar-se a respeito do que podem ser considerados problemas públicos. Partindo das contribuições de John Dewey sobre a publicização, a ideia de ação pública remete a uma linha — ou fronteira — recorrentemente negociada por diversos atores sobre os limites entre o público e o privado: o que necessita ser tratado pelo coletivo e o que se resolve entre os particulares. A ideia de linguagens de ação pública remete à pluralidade de repertórios que constroem a noção coletiva da esfera pública. Nesta visada, dizer que algo está sendo tratado pelo Estado não significa dizer sobre um esforço unilateral de resolver tal questão, mas sim a abertura de uma problemática complexa envolvendo um campo de atores interessados no tema. Assim, o autor argumenta a composição híbrida do fazer público, em que organizações estatais e não-estatais compartilham a execução de políticas públicas.

Ao tomarmos, por exemplo, a ação pública dentro de sua perspectiva cognitiva e discursiva (NONATO, 2015), podemos entender o efeito de políticas públicas não apenas em sua dimensão técnico-material com a destinação de recursos, mas também em seu aspecto simbólico. Isso nos é bastante caro, uma vez que tratamos de políticas que incentivam lógicas alternativas ao mercado tradicional. Assim, a destinação de uma política para esse tipo de empreendimento não incide apenas na estrutura socioeconômica da região, mas também na legitimação de sua forma organizativa. Contudo, vale ressaltar que dentro da noção de linguagens da ação pública os gargalos materiais para sua manifestação continuam carecendo de maior atenção, persistindo o ponto em aberto na discussão colocada tanto na teoria da estruturação quanto na noção de solidariedade.

De certa maneira, pensar a partir da ação pública conflui com as discussões apresentadas por Tirelli (2014) a respeito da diversificação nas formas de relacionamento entre atores societários e atores estatais. Buscando alocar a sociedade civil de uma maneira contextualizada, portanto fugindo de uma essencialização ou de padronização no seu *modus operandi*, a teoria da ação pública busca dinamizar a divisão analítica entre Estado e sociedade e permite enxergarmos tanto posturas combativas, de enfrentamento realizado por atores locais, como também convergências e cooperação. E aqui cabe a argumentação teórica que estamos construindo: existe um espaço de solidariedade entre atores governamentais e atores societários

no âmbito da economia solidária. Atores internos ao estado, dentro do seu raio de discricionariedade ou, em outros termos, dentro da sua reflexividade estratégica, dada a posição que ocupam, também atuam ativamente facilitando ou dificultando o acesso ao público para as decisões do Estado. A solidariedade será fomentada dentro do padrão de relacionamento, o contexto estrutural que se dão, e as capacidades dos atores em realizar estratégias e movimentos para o fomento de laços de reconhecimento na fronteira Estado-sociedade.

É fundamental pensarmos a composição da solidariedade a partir de uma visão relacional. Nosso *framework* colabora para tanto ao tratar de forma integrada a relação entre cultura local, relações interpessoais e condições socioeconômicas. Esses elementos são adicionados à noção do reconhecimento de semelhanças entre os sujeitos. Não perdendo de vista a lógica de dominação da forma de mercado frente a seus desafiantes (JESSOP, 2001), acreditamos que, ao conceituarmos a solidariedade junto ao reconhecimento, considerando-a fonte de energia mobilizatória, desenvolvemos uma chave interessante para pensarmos elaboração de estratégias econômicas alternativas de caráter coletivo. Essa mobilização não se faz apenas por atores sociais frente ao Estado, mas também por meio de vínculos criados com atores internos ao governo. Assim, conflito e solidariedade aparecem como elementos constituintes de ação pública em um cenário complexo e relacional. Daí o seguinte modelo analítico proposto neste trabalho:

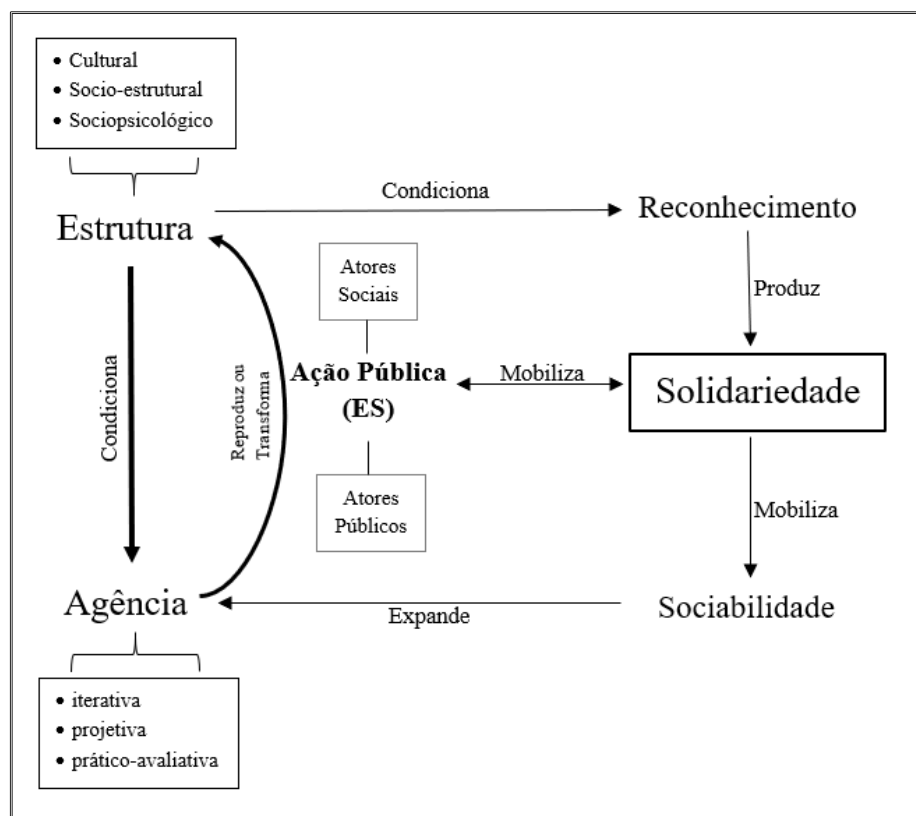


Figura 4: Modelo Analítico. Elaboração própria.

## IV. METODOLOGIA

### a) *Estratégia geral de pesquisa*

O presente trabalho tomou a forma de um estudo de caráter qualitativo. Para tanto, foi realizado, inicialmente, um esforço teórico partindo de formulações de diferentes campos do conhecimento, visando delinear um modelo analítico que avance na discussão sobre a economia solidária e sua relação com os agentes públicos. Posteriormente, realizamos uma investigação qualitativa de caso único (STAKE, 2005), elegendo como objeto a COOPERCENTRAL VR e as políticas públicas que estimularam sua formação por parte dos agricultores familiares na região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo.

No que diz respeito à elaboração teórica, partimos da revisão bibliográfica sobre o tema da economia solidária para fundamentar um *gap* de pesquisa, utilizando a noção de *solidariedade* como conceito central no desenrolar argumentativo. Depois dessa investigação, foram mobilizadas contribuições de autores de diferentes campos das ciências sociais — como a ciência das organizações, a sociologia, a administração pública e a teoria social —, visando ao desenvolvimento de um *framework* teórico próprio para nosso estudo. Dessa forma, partimos de uma elaboração e de um exercício intelectual prévio — a ida ao campo —, sendo importante ressaltar que a realização da coleta de dados esteve guiada por conceitos já construídos anteriormente.

Para a segunda fase da pesquisa, foram utilizados instrumentos de coleta de dados envolvendo entrevistas, análises de documentos e observação. A coleta foi realizada em diferentes cidades da região do Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, uma vez que se trata de uma central para cooperativas singulares, bem como na cidade de Santo André (SP), onde se encontra o centro logístico de distribuição da COOPERCENTRAL VR.

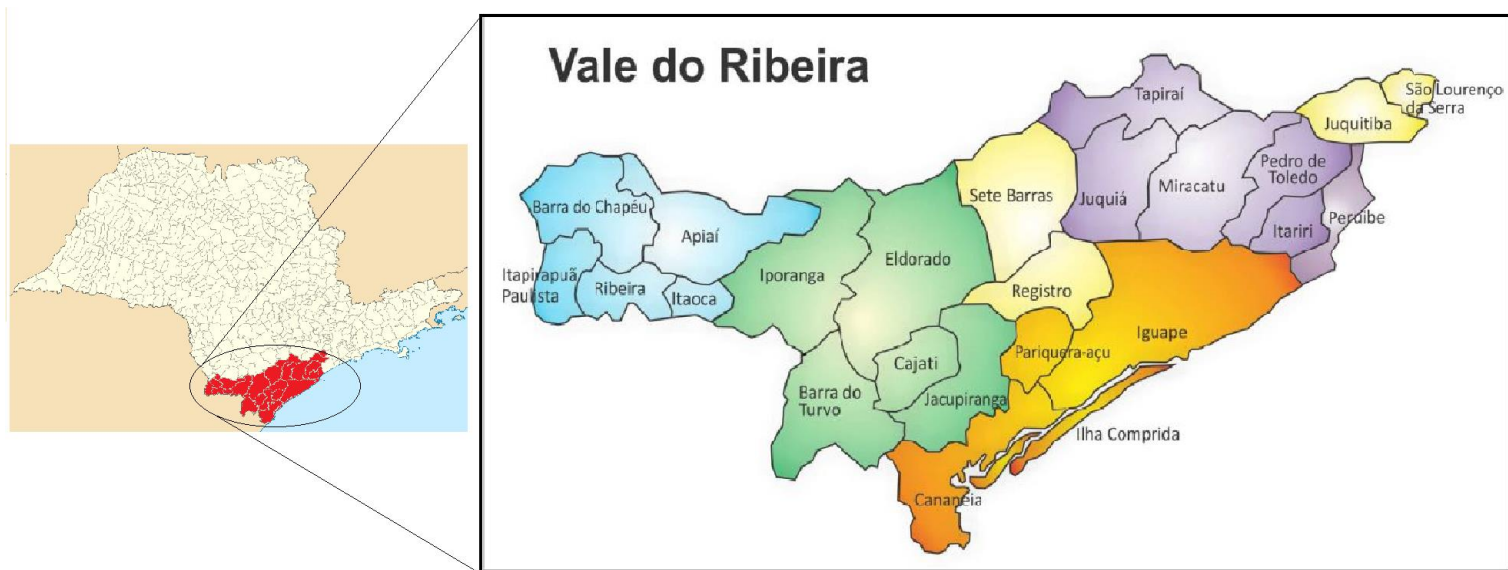


Figura 5: O Vale do Ribeira.

Fonte: Elaboração própria com base em imagens de Wikimedia Commons e [www.ovaledoribeira.com.br](http://www.ovaledoribeira.com.br). Acesso em 04/01/2020

Referenciado em Stake (2005), o estudo de caso qualitativo se propõe a entender diferentes contextos que perpassam um mesmo fenômeno, utilizando-se de instrumentos de coleta de dados para a construção de significados coletivos. A escolha da COOPERCENTRAL VR se deu pela aproximação prévia com atores e organizações da região, levando à seleção do caso para investigação. Acreditamos que a opção pelo *corpus* possa ser válida por diversos motivos, dentre os quais se destacam:

- A finalidade para qual a organização foi criada, já que se trata de um espaço de mediação política e econômica para o acesso a políticas públicas (mercados institucionais), e também estruturada por elas (Programa Microbacias II);
- A diversidade de atores presentes na organização, uma vez que se tem uma central que reúne cooperativas com diferentes culturas organizacionais e, por isso, nos leva à possibilidade de aprender sobre os conflitos na ação solidária em um nível interorganizações;
- A complexidade de operações da organização, como a partilha da logística, distribuição de contratos e de representação, pode ser classificada como pontos-chave para se observar as práticas solidárias.

A primeira motivação se alinha, mais frontalmente, com o objetivo principal da pesquisa. Trata-se de uma multiplicidade de políticas em que os atores buscam estratégias de acesso a elas, o que conduz a ação solidária e os ganhos comuns. As demais motivações se

alinham com nossos objetivos secundários, de modo a buscar a complexidade dessas interações e questionar como a solidariedade compõe o quadro geral de negociação.

A seleção da COOPERCENTRAL VR passa por um interesse instrumental do pesquisador (*idem*, p. 445-448), no sentido mesmo de que o caso serve como possibilidade de compreender o fenômeno mais geral da relação entre atores locais e governo, visando a um novo entendimento da dinâmica entre a ação pública e a ação coletiva de cunho econômico e solidário. Sendo um caso único que contém diferentes organizações e atores, seguimos a orientação de Stake (2005) sobre a interatividade presente nos estudos qualitativos (p. 452), de forma a entender as motivações das ações desses atores frente aos estímulos advindos de sua interação em seus contextos particulares. Com isso, busca-se a diversidade de percepções ao enquadrarmos o objeto analisado.

No que tange à relevância do caso único para a investigação, levamos em conta a possibilidade de aprendizado que ele oferece dada a sua complexidade, prezando, naturalmente, pela qualidade dos dados. O caso também condiz com as condições de acesso para coleta de dados, uma vez que se trata de um conjunto de atores que já possui um histórico de colaboração junto à FGV EAESP e ao CEAPG. Consideramos que essa relação favorece o acesso às entrevistas, aos documentos e às observações propriamente ditas. Dessa maneira, as condições de aceite por parte dos *gatekeepers* no território, bem como a relação de confiança entre pesquisador e participantes, estão contempladas (CRESWELL, 1997).

Por fim, pontuamos que a pesquisa foi conduzida de maneira iterativa, ou seja, alternando a teoria e as informações intuídas dos dados para a interpretação do caso. Tal posicionamento se justifica por não nos adaptarmos completamente a uma posição indutiva, buscando propor uma lente teórica que guia nosso olhar para o fenômeno.

### ***b) Coleta de Dados***

Considerando o contexto delineado, a coleta de dados se deu a partir de instrumentos qualitativos para a apreensão dos sentidos atribuídos pelos atores às práticas e episódios do caso (STAKE, 2005). Foram utilizadas entrevistas, análise de documentos e observação de campo. Dado que recorreremos a um olhar com base na ideia de ação pública (SPINK, 2014), dedicamos boa parte dos esforços de entrevistas e observação para os atores locais.

### **Entrevistas**

A ênfase das entrevistas se deu sobre o histórico e as práticas solidárias em relação ao acesso às políticas públicas, na sua influência na montagem da estrutura física e institucional da COOPERCENTRAL VR, nos conflitos presentes nesse processo e a percepção dos participantes. Dessa forma, as entrevistas foram o instrumento-chave para tratarmos de temas como: cooperação, solidariedade, relação com governos (diferentes níveis e organizações), histórico da organização, representação política, identidades em comum, território, conflitos e projeção para o futuro. No que diz respeito à relação com o governo, exploramos as políticas públicas de diferentes níveis e a contribuição de governos municipais e outras frentes do Estado a partir da indicação dos entrevistados. Assim, prezamos pela existência de espaço para os entrevistados guiarem alguns temas, adotando uma abordagem de entrevistas semiestruturadas (PATTON, 2002).

Os atores entrevistados estão apresentados no Quadro 3. Ao tratarmos da diversidade de organizações que compõe a COOPERCENTRAL VR, consideramos importante que as entrevistas contemplassem uma multiplicidade de visões, abrangendo as cooperativas filiadas para além do corpo diretor formal da central. Os atores públicos se mostram fontes interessantes para entendermos como se dá a relação da construção das políticas ao longo dos anos, bem como a cooperação entre governo e sociedade, além dos possíveis conflitos entre os diferentes níveis de governo. Também foram entrevistados atores da sociedade civil que tiveram envolvimento em políticas públicas, atuando dentro do escopo da ação pública voltada à economia solidária na região.

<b>Codiname</b>	<b>Organização</b>	<b>Cidade</b>	<b>Data</b>
Dirigente 1	COOPERCENTRAL	Santo André	30/10/2019
Dirigente 2	COOPERCENTRAL	Miracatu	11/10/2019
Dirigente 3	COOPERCENTRAL	Sete Barras	04/10/2019 <sup>1</sup>
Dirigente 4	COOPERCENTRAL	Sete Barras	04/10/2019
Gestor Público 1	CDRS	Miracatu	10/10/2019
Gestor Público 2	CDRS	Registro	07/10/2019
Gestor Público 3	CDRS	Sete Barras	20/11/2019
Gestor Público 4	CDRS	Registro	20/11/2019 <sup>2</sup>
Gestor Público 5	ICA	Registro	20/11/2019 <sup>2</sup>
Gestor Público 6	Prefeitura de São Paulo	São Paulo	24/10/2019
Gestor Público 7	Prefeitura de Mauá	Mauá	12/11/2019 <sup>3</sup>



Membro da Central 1	COOPERCENTRAL	Santo André	30/11/2019 <sup>1 2</sup>
Membro da Central 2	COOPERCENTRAL	Santo André	30/11/2019 <sup>1 2</sup>
Membro de Singular 1	COOPAFASB	Sete Barras	03/10/2019
Membro de Singular 2	COOPAFARGA	Juquiá	31/10/2019 <sup>2</sup>
Membro de Singular 3	COOPAFARGA	Juquiá	31/10/2019 <sup>2</sup>
Membro de Singular 4	COOPERVALE	Registro	07/11/2019
Secretário 1	Prefeitura de Juquiá	Juquiá	31/10/2019
Sociedade Civil 1	UNISOL SP	São Bernardo	05/11/2019 <sup>2</sup>
Sociedade Civil 2	UNISOL SP	São Bernardo	05/11/2019 <sup>2</sup>
Sociedade Civil 3	UNISOL Brasil	São Bernardo	05/11/2019 <sup>2</sup>

<sup>1</sup> Entrevistas realizadas sem a utilização de gravador

<sup>2</sup> Entrevistas realizadas em conjunto

<sup>3</sup> O gestor público da Prefeitura de Mauá respondeu às perguntas solicitadas por e-mail.

Quadro 3: Relação dos entrevistados.

Um total de 15 entrevistas presenciais foram realizadas durante os meses de outubro e novembro de 2019, com duração de 40 a 150 minutos. Em sua maioria, as entrevistas foram gravadas com o auxílio de dispositivo eletrônico e transcritas por meio do recurso disponibilizado pelo site *oTranscribe*<sup>26</sup>, salvo os casos destacados no Quadro 3. Para aquelas entrevistas que não foram gravadas, foi realizada a anotação por meio do caderno de campo do pesquisador e a verificação com os entrevistados sobre a correção de seu conteúdo. Quatro entrevistas foram ainda realizadas coletivamente e uma entrevista, à parte das 15 destacadas, foi realizada via email. Os roteiros de perguntas utilizados durante as entrevistas semiestruturadas estão disponíveis no Anexo 1 deste documento, diferenciados entre atores membros da COOPERCENTRAL VR e atores públicos (governo e entidades da sociedade civil).

### **Documentos**

Os documentos selecionados para análise correspondem a textos de lei referente às políticas que interessam a esse estudo; relatórios de resultado das políticas; atas de reunião relacionados à COOPERCENTRAL VR; e documentos elaborados pelos atores a fim da comunicação com instâncias do governo. Os dados estão apresentados no Quadro 4:

<sup>26</sup> <https://otranscribe.com/>. Acesso em 05/01/2019.

<b>Tipo</b>	<b>Título</b>	<b>Descrição</b>	<b>Fonte</b>
Ata	Ata de Constituição da COOPERCENTRAL VR	Ata Registrada para a constituição oficial da COOPERCENTRAL VR, com suas principais diretrizes e missão	Concedido pelos dirigentes da organização
Carta Pública	Manifesto referente à medida do Prefeito Bruno Covas para aquisição descentralizada na alimentação escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo	Carta Pública divulgada pela presidência da COOPERCENTRAL VR endereçada ao Prefeito Bruno Covas, do município de São Paulo, buscando esclarecer a importância da política pública das compras do PNAE, em vista das propostas de mudanças que iriam prejudicar a organização	Divulgada no Facebook da organização e concedido pelos seus dirigentes
Vídeo	CATI - Coopercentral VR final	Vídeo de divulgação dos resultados do Programa Microbacias II em relação à COOPERCENTRAL VR	<a href="https://www.youtube.com/watch?v=oQJ635HvKUo">https://www.youtube.com/watch?v=oQJ635HvKUo</a> (acesso em 05/01/2020)
Texto de Lei	LEI Nº 11.947/2009	Lei federal que dispõe sobre as compras da alimentação escolar	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm</a> (acesso em 05/01/2020)
Texto de Lei	DECRETO Nº. 56.449/2010	Instituição do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável - Microbacias II, autorização da celebração de convênios com Municípios do Estado de São Paulo e entidades que especifica e dá providências correlatas	<a href="https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-56449-29.11.2010.html">https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2010/decreto-56449-29.11.2010.html</a> (acesso em 05/01/2020)

Quadro 4: Documentos para análise.

### **Observação**

A coleta por meio da observação foi realizada no decorrer do campo, na oportunidade da realização de entrevistas e visitas à sede das cooperativas singulares e da própria COOPERCENTRAL VR. Além desses momentos, também foram coletados dados a partir da

participação em eventos relacionados ao caso. As datas das idas a campo e das observações estão descritas no Quadro 5:

<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Descrição</b>
19 e 20/05/2019	Sete Barras (SP)	Primeiro contato com o Vale do Ribeira e a COOPAFASB
24/07/2019	São Bernardo (SP)	Reunião entre UNIFORJA e COOPERCENTRAL VR, mediada pela Unisol-SP
14/09/2019	2º Encontro Regional de Agricultura Familiar, em Juquiá-SP	Contato com todos os principais atores e parceiros, discussão sobre AF no Vale. Gravada a fala do Rafael e do Marcelo.
30/09/2019	Sede COOPERCENTRAL VR em Santo André (SP)	Conhecimento do processos logístico e operacional, conversa com motoristas
03 e 04/10/2019	Sete Barras (SP)	Visita a COOPAFASB, COOPERVALE, COOPERQUIVALE e Comunidade Conchal Branco. Conversa com trabalhadores e diretores das cooperativas e observação da dinâmica organizativa
11/10/2019	Miracatu (SP)	Visita à ABAM, conhecimento dos processos organizativos
17/10/2019	Encontro ATER na Unicamp, Campinas (SP)	Discussão dos técnicos envolvidos em Assistência Técnica Rural sobre os principais desafios da área e da agricultura familiar
31/10/2019	Juquiá (SP)	Visita e conhecimento da COOPAFARGA; conversa informal com trabalhadores da CDRS
04/11/2019	Miracatu (SP)	Participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do município e assembleia interna da ABAM

Quadro 5: Observações de campo realizadas.

### **c) Análise dos dados**

Para a análise dos dados, seguiremos a estratégia narrativa propostas por Langley (1999). De acordo com a autora, essa estratégia é recomendada para estudos realizados dentro de uma perspectiva contextualista, isto é, que demanda maior atenção aos detalhes e diferentes elementos presentes em um caso. Procuramos caminhar em direção da complexificação do caso narrado, agregando elementos para que os leitores possam entender a fundo a maior parte das camadas que envolvem o assunto. Como se trata de um estudo de caso único de grande complexidade e que habita o campo de economias alternativas, acreditamos que essa estratégia seja interessante para possibilitar que o leitor se aproxime do texto e conheça experiências para além do *mainstream* econômico e organizacional.

A estratégia narrativa tem como exemplo clássico o estudo realizado por Chandler (1964), em que o autor narra a evolução e estruturação da grande empresa americana. Apesar das limitações do instrumental, em que se prioriza a descrição à generalização, o autor tornou-se uma referência na área de estudos organizacionais e industriais com a ideia da “empresa chandleriana”, ilustrando o caso da grande indústria fordista do século XX. No mesmo sentido, através do seu processo narrativo foi também possível a realização de uma generalização teórica, a ser observada a teorização sobre estratégia e estrutura. Outros autores contextualistas, dos estudos culturais e de teorias da mudança são igualmente adeptos dessa estratégia para estruturar um sentido comum a partir dos dados coletados (LANGLEY, 1999, p. 695).

Não projetamos uma pesquisa com final totalmente aberto (o que se configuraria uma estratégia de *grounded theory*, que não é o caso), mas sim com possíveis alterações em nossa lente de análise de forma responsiva ao apresentado pelo campo. Contudo, mantemos as perguntas e os objetivos de pesquisa como finalidade da investigação, tendo como referência a constituição e desenvolvimento do caso estudado, a COOPERCENTRAL VR.

A análise narrativa soma-se à estratégia abordada por Stake (2005), no que se refere à técnica de triangulação de depoimentos sobre o objeto. Ao entrar em contato com um caso que contempla múltiplos atores e perspectivas sobre os eventos, é necessária a consideração de que cada fala estará situada em seu contexto específico a fim de se obter uma variedade de interpretações. Posto que seja uma pesquisa qualitativa contextual, não adotamos a estratégia de triangulação para encontrar uma verdade definitiva sobre o caso; antes preferimos encará-la como possibilidade de encontrar verdades contrastantes e diversas, bem como convergências de interpretação, para assim entender a complexidade que envolve a ação econômica solidária. Os dados foram analisados utilizando técnicas de codificação, processados por meio do software *MAXQDA*.

Por fim, a estratégia de exposição dos dados se dá pela ampliação do conhecimento empírico (STAKE, 2005) a respeito do campo da economia solidária. Destinamos o estudo a diferentes públicos: tanto para pesquisadores do campo de ES como para gestores públicos de maneira geral, já que se trata de um caso que possibilita o questionamento sobre a categoria da *solidariedade* e as formas de sua manifestação, além de ser um caso em que políticas podem fomentar um processo de desenvolvimento local em suas múltiplas dimensões. Outros possíveis interessados são os praticantes da ES e atores locais, de modo a pesquisa possa lhes oferecer uma interpretação sobre o caso específico e fomentar a discussão sobre a operação da COOPERCENTRAL VR.

*d) Critérios para validação de pesquisa*

Partindo de um paradigma crítico-interpretativo, com base no trabalho de Pozzebon e Petrini (2013), utilizarei os seguintes critérios como parâmetros de qualidade e validação:

- *Autenticidade*: é preciso possuir um nível de contato satisfatório do pesquisador com o campo. As estratégias englobam a descrição dos significados sobre a relação com o governo e as estratégias de cooperação relatadas pelos entrevistados. Como já exposto, serão usadas triangulações das entrevistas entre os diferentes atores e documentos. Outra estratégia é o entendimento da influência do pesquisador no campo, que pode ser demonstrado a partir dos relatos do próprio pesquisador sobre suas interações, principalmente porque temos uma relação de reciprocidade entre participantes e membros da FGV-EAESP;
- *Plausibilidade*: está relacionada à contribuição para o avanço de uma área de pesquisa e sua coerência na apresentação de resultados. Como exposto na revisão bibliográfica, estudos sobre economia solidária carecem de maiores esforços no que tange à área pública e à manutenção de mercados alternativos. Nesse sentido, existe a consideração de diferentes estratégias de política e de ação econômica pelos atores. Além disso, o esforço teórico de encarar o problema de forma multidisciplinar, articulando análise crítica e construtivismo, pode ser fator de garantia da plausibilidade quanto aos contextos envolvidos no fenômeno.
- *Criticidade*: refere-se à capacidade do texto de levar os leitores a reconsiderar crenças e propor uma nova compreensão. Aqui a principal contribuição da pesquisa é um avanço no olhar sobre o papel do governo dentro do campo da economia solidária, levando em consideração os governos subnacionais em diferentes combinações, bem como a estratégia de atores na busca por essas políticas de forma ativa. Busca-se ainda uma contribuição teórica para o campo de ES ao abordarmos a construção e o caráter relacional da solidariedade;
- *Reflexividade*: trata da relação entre pesquisador e objeto. Para levar a cabo esse critério, será adotada, desde o princípio, uma abordagem que deixe clara nossa experiência prévia com o objeto, sendo esta a fonte do interesse de pesquisa.

## V. COOPERCENTRAL VR – A mobilização dos agricultores do Vale do Ribeira na formação de uma alternativa econômica e política

A Cooperativa Central dos Produtores Rurais e da Agricultura Familiar do Vale do Ribeira — COOPERCENTRAL VR se configura como uma central de cooperativas, ou uma cooperativa de segundo grau, formada por 9 cooperativas singulares e 4 associações da região do Vale do Ribeira, ao sul do estado de São Paulo, e que alcança cerca de 1200 famílias de agricultores. Fundada em 23 de outubro de 2017, possui sede no bairro de Utinga, no município de Santo André (SP), local onde fica o centro logístico que dá suporte para a distribuição dos produtos por toda a região metropolitana de São Paulo, Campinas e Baixada Santista. Seu principal ramo de atividade se concentra na venda de banana nanica e prata para mercados institucionais, isso é, compras públicas através do PNAE — Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Em sua constituição oficial, sete cooperativas iniciais acertaram a colaboração a fim de ampliar a escala de suas operações e facilitar a utilização recíproca dos serviços e equipamentos<sup>27</sup>. Seus processos comuns são: produção, beneficiamento, armazenamento, comercialização, transporte e distribuição dos produtos rurais. Neste primeiro momento, a COOPERCENTRAL VR se constitui como uma central de comercialização dos produtos, tendo como principal comprador a Prefeitura de São Paulo (PMSP). Com o avanço de sua operação, outras atividades se desenvolvem, tal qual o planejamento logístico e a representação em negociações com atores públicos para a abertura de novos mercados institucionais.

A COOPERCENTRAL VR, que hoje conta com 13 organizações, aparece como um ator relevante dentro do cenário da agricultura familiar no Vale do Ribeira. Entre as diferentes opiniões dos atores que a compõem, sua missão converge para três dimensões básicas: representação política e comercial; inclusão e protagonismo do agricultor familiar; e um motor de desenvolvimento local sustentável e socialmente justo. Daí que a organização seja representada como um vetor de mobilização dos pequenos agricultores da região para que façam valer sua voz e para que possam, através do coletivo, desenhar novas possibilidades de ação econômica. São membros da COOPERCENTRAL VR:

- AAGFAM — Associação dos Agricultores Familiares de Cajati
- ABAM — Associação dos Bananicultores de Miracatu

---

<sup>27</sup> Informações retiradas do Estatuto da COOPERCENTRAL VR, presente na ata de sua formação.

- AGUA — Associação de Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável do Guapiruvu
- COOBAM — Cooperativa dos Bananicultores de Miracatu
- COOPAFARGA — Cooperativa dos Produtores Rurais e Agricultura Familiar do Município de Juquiá
- COOPAFASB — Cooperativa da Agricultura Familiar de Sete Barras
- COOPERAGUA — Cooperativa Agropecuária de Produtos Sustentáveis do Guapiruvu
- COOPERASOL — Cooperativa Agroindustrial Solidária
- COOPEMAVIG — Cooperativa Mista Agroecológica de Vista Grande
- COOPERQUIVALE — Cooperativa dos Agricultores Quilombolas do Vale do Ribeira
- COOPERVALE — Cooperativa Mista dos Bananicultores do Vale do Ribeira
- Família Do Vale — Cooperativa Agroecológica dos Agricultores Familiares do Vale do Ribeira e Litoral Sul
- IVAPORUNDUVA — Associação Quilombo Ivaporunduva

É notável a diversidade de atores que compõem a central. Analisando o caso, podemos ver uma ecologia de culturas e práticas organizativas, abrangendo desde visões clássicas do cooperativismo, passando pela economia solidária, o anarquismo organizacional, até chegar a práticas de comunidades tradicionais, todas se misturando no fazer da COOPERCENTRAL VR. Mediar as possíveis dissonâncias dentro dessa multiplicidade é um dos principais desafios de suas lideranças, que desenvolveram diversos mecanismos para minimizar os conflitos, como veremos nas próximas páginas.

A estrutura física e os recursos que possibilitaram a formação da central de distribuição foi em grande medida alcançada a partir do “Programa Microbacias II — Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável — Acesso ao Mercado”, executado pela Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), recentemente renomeada de Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS)<sup>28</sup>, alocada na Secretaria de Agricultura e

---

<sup>28</sup> A alteração do nome da CATI para CDRS constituiu uma polêmica entre os técnicos envolvidos, como pode ser notado durante o Encontro de ATER realizado na Unicamp, em 17/10/2019. Acreditamos que a alteração do nome tenha desagradado os técnicos por conta de uma identidade já consolidada em torno do nome CATI, demonstrando o desejo de preservar sua história. Durante as entrevistas com os gestores, diversas vezes o nome CATI era deliberadamente utilizado ao invés de CDRS. Optamos por alternar entre os dois nomes a depender do tempo de nossa narrativa, uma vez que entendemos a importância da identificação da organização em suas ações. No caso, todo o projeto de Microbacias II foi executado pela então chamada CATI.

Abastecimento, em parceria com a Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), divisão da Secretaria do Meio Ambiente, ambas do Governo do Estado de São Paulo. Em linhas gerais, esse programa consistiu em um empréstimo fornecido pelo Banco Mundial e financiado pelo governo estadual, com duração entre 2010 e 2017. De acordo com o site do programa, temos a seguinte definição<sup>29</sup>:

Tem por objetivo ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas em todo o Estado de São Paulo, bem como organizações de produtores de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas. O Projeto pretende aumentar as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social e promover a conservação dos recursos naturais.

O programa Microbacias II forneceu máquinas e equipamentos para as cooperativas singulares que, após a estruturação de suas próprias organizações, optaram por unir os recursos que ainda dispunham em seus fundos para estruturar coletivamente a central, potencializando suas ações para assim “driblar as barreiras da competição”<sup>30</sup>. Os equipamentos se referem a veículos, caixas, paletes e câmaras de climatização, que viabilizaram a comercialização da banana por intermédio da sede em Santo André<sup>31</sup>. O complexo processo logístico movimentava entre 4,5 e 6 mil caixas de banana semanalmente, transportadas por entre 50 e 180 motoristas terceirizados, a depender da demanda, fornecendo o produto para mais de 3.000 escolas em todo o estado. O serviço é realizado de ponta a ponta, isto é, da terra do agricultor até a cozinha escolar<sup>32</sup>.

O fluxo de operações em Santo André se baseia em ciclos semanais: durante os finais de semana são recolhidas as bananas dos agricultores pelas respectivas cooperativas singulares, que as transportam do Vale do Ribeira para Santo André conjuntamente às segundas-feiras, diminuindo seu custo de logística. O produto é descarregado no galpão, para que nos dias seguintes seja transportado até as instituições de ensino. A operação varia em dois ciclos: uma “semana dos municípios”, em que se distribui apenas para escolas municipais; e a “semana cheia”, quando, além destas primeiras, há também o fornecimento para as escolas estaduais, aumentando o volume de operação.

---

<sup>29</sup> <http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto>. Acesso em 21/08/2019.

<sup>30</sup> <http://www.cati.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia/coopercentral-vr-a-fora-do-cooperativismo-que-driblou-as-barreiras-da-competio-e-fortaleceu-a-agricultura-familiar-do-vale-do-ribeira>. Acesso em 21/08/2019.

<sup>31</sup> Por exemplo, pelo amadurecimento climatizado da banana: “CATI — Coopercentral VR final”: [https://www.youtube.com/watch?time\\_continue=367&v=oQJ635HvKUo](https://www.youtube.com/watch?time_continue=367&v=oQJ635HvKUo) (aos 6’00”). Acesso em 21/08/2019.

<sup>32</sup> Valores de 2019.





Foto 1: Sede da COOPERCENTRAL VR. Arquivo próprio.



Foto 2: Sede da COOPERCENTRAL VR. Arquivo próprio.

Todo o planejamento logístico é realizado por membros da própria central, decisão tomada após a reincidência de atrasos e problemas com a terceirização do serviço. A COOPERCENTRAL VR conta com um corpo administrativo fixo para operação e mão de obra flutuante para o serviço de carregamento dos caminhões terceirizados. Dos trabalhadores, a

grande maioria é composta por agricultores ou filhos de agricultores do Vale do Ribeira, arranjo que funciona como um meio de geração de renda e vinculação dos jovens às cooperativas<sup>33</sup>.

Com relação aos contratos firmados com a Prefeitura de São Paulo, a principal compradora da central, o primeiro deles foi assinado em 2014 para o fornecimento de 700 toneladas de banana nanica e prata para o consumo de 674 escolas públicas do município, totalizando um valor de R\$1,9 milhões<sup>34</sup>. Já no segundo contrato, firmado em 2018, o valor chegou a R\$8,5 milhões. Ambos foram realizados sob a Lei Federal 11.947/2009, que trata do PNAE e define a exclusividade de 30% do total das compras para a merenda escolar para agricultores familiares, quilombolas e comunidades indígenas.

O PNAE representa, de fato, um verdadeiro divisor de águas na história das cooperativas do Vale do Ribeira. Como veremos mais à frente, esta política foi determinante para o processo de profissionalização das cooperativas a fim de disputarem as licitações dos mercados institucionais da alimentação escolar, em diferentes cidades do estado de São Paulo. O grande diferencial do programa, como levantado por vários entrevistados, foi o nível de exigência na fiscalização e na entrega dos produtos, o que levou ao aprimoramento dos processos de produção, conservação e logística. Contudo, foi apenas com a abertura do mercado na Prefeitura de São Paulo que realmente se consolidou a aliança dos produtores em torno da central, de modo a atingir um nível de oferta suficiente para cobrir a demanda da capital paulista.

Organizamos no Quadro 6 a transição do cenário 1, em 2014, época em que ainda operava a Aliança Solidária, embrião da COOPERCENTRAL VR, para o cenário 2, na atual configuração da organização:

	<b>Cenário 1</b>	<b>Cenário 2</b>
<b>Ano</b>	2014	2019
<b>Organização</b>	Aliança Solidária	COOPERCENTRAL VR
<b>Tipo</b>	Informal	Formal
<b>Nº de Organizações integrantes</b>	4	13
<b>Nº famílias de agricultores beneficiadas diretamente</b>	81	Próximo a 1200
<b>Valor Total do Contrato com a PMSP</b>	R\$1,9 mi	R\$8,5 mi

<sup>33</sup> “Aqui, como a maioria dos meninos e da equipe é de família de agricultor, todo mundo tem vontade de crescer. Vai até bater a meta, sem horário fixo. Todo mundo faz parte de uma cooperativa particular aqui. A maioria do pessoal é do Vale. Uma proporção de 70% e 30%.” (Membro da Central 1).

<sup>34</sup> <https://coopercentralvr.wordpress.com/noticias/>. Acesso em 21/08/2019.

<b>Nº escolas atendidas</b>	674 (São Paulo)	3,2 mil (2,4 mil em São Paulo + 800 nos demais municípios)
<b>Armazenamento</b>	CRAISA*: 270m <sup>2</sup>	Galpão próprio: 1000m <sup>2</sup>
<b>Logística</b>	Empresa contratada	Própria
<b>Nº veículos operando</b>	12 caminhões/mês	50 a 180 caminhões/semana

Quadro 6: Cenários da Central de Distribuição dos Agricultores do Vale do Ribeira (2014 e 2019).

Organização própria. Informações com base em entrevistas e pelos endereços eletrônicos: <https://coopercentralvr.wordpress.com/> e <http://www.cati.agricultura.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia/coopercentral-vr-a-fora-do-cooperativismo-que-driblou-as-barreiras-da-competio-e-fortaleceu-a-agricultura-familiar-do-vale-do-ribeira>. Acesso em 17/01/2020.

\*CRAISA - Companhia Regional De Abastecimento Integrado De Santo André.

É possível observar um claro movimento de expansão das atividades da central nos últimos anos, bem como um aprendizado organizacional. Com a consolidação de uma operação conjunta, os agricultores expandiram a gama de mercados em que operam e vincularam novas famílias às cooperativas singulares. No que toca à percepção dos atores integrantes da central, destacamos o seguinte discurso presente nas fontes virtuais<sup>35</sup>:

“Desenvolvemos um cooperativismo que é específico para a nossa região, tomando como perspectiva a solidariedade. Existe a necessidade de haver a mescla da visão empresarial com a solidariedade”, disse [...]. “Algumas pessoas gostam de dizer ‘amigos são amigos, os negócios são à parte’. Para nós, a amizade é a consolidação do nosso negócio”, concluiu. (Fala de um dos dirigentes da organização).

O depoimento ilustra um pouco da estratégia mobilizada pelos agricultores. A solidariedade interna se faz presente na divisão dos contratos entre as cooperativas, na diminuição da margem de custos a partir do compartilhamento de recursos, na propriedade compartilhada e na ação coletiva. Não houve apenas uma mudança no cenário econômico dos agricultores do Vale do Ribeira; houve também em seu poder político e na sociabilidade entre as cooperativas e produtores.

Em resumo, no caso analisado partiu-se da ação de agricultores atomizados para a sua aglutinação em associações e cooperativas e, posteriormente, para a superação da competição entre seus pares de modo a se exercer a cooperação e atuação em bloco, tendo a central como instrumento. Para entendermos qual o ímpeto que possibilitou tal movimentação, precisamos nos voltar para o território do Vale do Ribeira, suas representações e a circulação de ideias entre os agricultores, o papel das políticas públicas, as estratégias e os desafios nesse percurso.

<sup>35</sup> <http://www.cati.agricultura.sp.gov.br/portal/imprensa/noticia/coopercentral-vr-a-fora-do-cooperativismo-que-driblou-as-barreiras-da-competio-e-fortaleceu-a-agricultura-familiar-do-vale-do-ribeira>. Acesso em 06/01/2020.

Apresentada em linhas gerais a COOPERCENTRAL VR, podemos nos aprofundar na história que trouxe os agricultores até o cenário atual.

***a) Um passado compartilhado: os atravessadores e a condição do agricultor familiar***

*Se você perguntar nesse barracão e tiver mais de duas pessoas nunca tomaram um cano de atravessador, você vem aqui e dá dois tapas na minha cara! Se não fossem as cooperativas, muitos aqui estariam que nem mendigos hoje. (Conversa com agricultor após a assembleia ordinária na ABAM — notas de campo)<sup>36</sup>*

*Na agricultura você tem três pragas: sigatoka, levedura e o atravessador. Essa última é a pior. — disse, dando risada. (Conversa com agricultor da COOPAFASB durante os dias de observação — notas de campo)*

Os trechos acima destacam um assunto recorrente que circula entre os agricultores cooperados do Vale do Ribeira: a referência a um passado de condição subalterna frente aos atravessadores no campo (donos de empresas comerciais de intermediação de produtos que compram a banana dos pequenos agricultores por preços baixos e revendem para os grandes mercados e para o CEAGESP, com altas margens de lucro). Essa condição se dava — e ainda ocorre — por conta da assimetria de recursos e de informação para exercer a comercialização da produção. Como destacado por uma de nossas entrevistadas, as principais dificuldades do pequeno agricultor estão na falta de poder de negociação, a ausência de um preço base para a venda da banana e a imprevisibilidade do pagamento imposta pelos agentes. Dentro desse passado compartilhado, o atravessador aparece como o único meio de escoamento da mercadoria; ele é representado como um agente que os tem na mão: ou se vende para eles a “preço de banana”, como ironicamente relata uma das entrevistadas, ou não se vende e sua produção é perdida. São diversos os relatos próprios e as histórias de terceiros em que houve falta de pagamento e “calote”, preços abusivamente baixos, alteração de preço entre o acordado e o recebido ou a falta de opção de venda, elementos que levavam, em parte, à inviabilização da vida no campo<sup>37</sup>. O Dirigente 4, em sua entrevista, ilustra tal dinâmica:

*Nós queríamos comercializar para sair da mão dos intermediários, para sair da mão dos atravessadores, para sair da mão dos atacadistas, que não abrem planilha, né? Que sempre a margem deles é muito maior que a nossa... essa*

<sup>36</sup> Optamos por destacar em itálico as falas de participantes anotadas no caderno de campo, de modo a demonstrar que elas não foram registradas via dispositivo eletrônico e podem apresentar pequenas distorções na sua reprodução.

<sup>37</sup> Para um estudo aprofundado sobre as condições desiguais de comércio e as limitações que a atividade dos intermediários impõe aos agricultores familiares no Vale do Ribeira no “mercado convencional de banana”, ver Chiodi, Almeida e Bambini De Assis (2020). Os autores argumentam como as diferentes práticas e abuso do poder comercial dos atravessadores inviabilizam em parte o desenvolvimento da região.

história inclusive, que tem indicador, que cada dia a margem para dentro da porteira diminui totalmente. Quem que absorveu essa margem? Foi o atravessador, o atacadista, o vendedor de adubo... Então são as fábricas de insumo, são todos... o banco, o próprio banco que libera crédito, né? Quem libera crédito cobra o crédito muito alto. Você deixa sua margem a margem. Para dentro da porteira foi piorando, né? (Dirigente 4)

A atuação dos atravessadores e a impossibilidade de se viver da terra teve um impacto direto no êxodo rural das gerações mais novas do Vale do Ribeira. Os filhos de agricultores, ao não enxergarem perspectivas na atividade agrícola, se deslocaram para a cidade em busca de emprego, ou mesmo para propriedades vizinhas de grandes produtores, a fim de vender seu trabalho como mão de obra.

Uma questão interessante da condição do agricultor é entender quais pontos de tensão que motivam a formação da central. Como levantado por Andrade (2017), no debate sobre cooperativismo e a vivência do camponês moderno, vemos uma transição de foco da questão fundiária — de posse da terra — para as questões de comercialização e produção nas propriedades. Este fato é ilustrado pela recorrente menção aos atravessadores e pela quase total ausência, salvo durante duas entrevistas, da problemática do título de propriedade. Como relatado pela Gestora Pública 4, a maior parte dos títulos de terra no Vale são títulos de posse, o que leva a uma insegurança jurídica e a dificuldades de acessar linhas de crédito, por exemplo. Contudo, o que podemos perceber é uma linhagem de ocupação da terra de longa data, mesmo que dada dentro de limitações produtivas. Expõe o Gestor Público 5:

Os nossos parentes, e eu me enquadro entre eles, tinham uma quantidade de terra razoável. À medida que as gerações vão passando, vai tendo uma reforma agrária familiar. Vai dividindo entre os herdeiros. Hoje, você tem microprodutor aí que vive de banana, o cara aí com menos de 1 hectare, vivendo de banana. Então... e torna-se frágil, né? Porque você tem baixa produção, maior dificuldade pra venda, então é uma fragilidade muito grande. E isso a cooperativa e a política pública ajuda. Ajudou e muito.

A questão da terra não deixa de ser relevante para os agricultores, tampouco se revela uma situação superada. Contudo, é necessário ressaltar que a garantia mínima de ocupação da propriedade é condição para que novas estratégias floresçam no território. A configuração fundiária das famílias que ocupam pequenos lotes de terra exerce também um fator de identidade entre os agricultores familiares, criando um arcabouço comum pelo qual produzem seus discursos. Apesar das distintas identidades que perpassam os territórios dentro do Vale do Ribeira, os gargalos produtivos e a relação das famílias com a terra as diferenciam de grandes e médios proprietários da região.

A COOPERCENTRAL VR emerge de um acúmulo de mobilizações e tentativas prévias de comercialização que se espalham pelo Vale. As estratégias variam. A ABAM foi fundada em 1985 como um instrumento de mobilização dos médios e pequenos agricultores do município de Miracatu para fazer frente ao fim do leilão de banana no CEAGESP, espaço de negociação que servia de referencial para o preço do produto em todo o território nacional<sup>38</sup>. A COOPERVALE surge no mesmo ano, ainda que como uma organização de médios produtores com fins de exportação e que, semelhante à ABAM, permaneceu inativa durante vários anos. Em Sete Barras, mais especificamente no bairro do Guapiruvu, uma crise nos anos 1990 levou à mobilização das famílias com o intuito de tomar o protagonismo na ação social do território e manejar uma virada sustentável no projeto de desenvolvimento local, em parceria com diferentes organizações externas como a ONG Vitae Civillis no desenvolvimento da Agenda 21. A partir dos ideais de sustentabilidade e cooperativismo, foi nesta região onde foram incubadas as primeiras iniciativas de negócios solidários que serão expandidas gradativamente até chegarmos na atual concepção da central de cooperativas<sup>39</sup>.

As estratégias e os ensaios teceram histórias particulares do cooperativismo em cada cidade do Vale, construindo trajetórias que carregam a identidade particular das organizações que compõem a COOPERCENTRAL VR. As trajetórias de cada uma delas carregam frustrações, rupturas e aprendizados que servem de subsídio para a tomada de decisão dos agentes no cenário atual. Um exemplo disso são os limites estruturais daqueles que tentavam uma saída protagonizada pelos agricultores familiares, sentidos pela falta de recursos para operacionalização:

Então você vai ter que governar a produção, a logística e a comercialização. E aí cada uma dessas fases, elas têm variáveis específicas. Então, todas essas variáveis, você não consegue governar. Aí você começa a ter uma percepção que é a percepção institucional. Que é a percepção de departamentalização, né? De setorização, né? Quem vai fazer o quê? E como é que você vai fazer. Só que você não consegue fazer isso de um dia para outro. Primeiro que você não tem capital de giro; segundo que você não tem pessoas competentes. Então é como trocar — é um clichê, mas é verdade — trocar o pneu do carro rodando. (Dirigente 4)

A estratégia de aliança com os médios produtores se mostrou pouco vantajosa para os pequenos. Foi a situação enfrentada pela ABAM no início do advento das políticas públicas,

---

<sup>38</sup> Como relatado pelo Dirigente 2, o fim do leilão da banana prejudicou diretamente esses produtores, uma vez que as negociações passaram a ser feitas de forma individual, o que aumentou a assimetria de informação para os fornecedores.

<sup>39</sup> Para a descrição e análise detalhada sobre todo o histórico de mobilização no bairro do Guapiruvu, ver Grigoletto (2018).

em que a facilitação ao acesso, dada a informalidade de grande parte dos agricultores naquela altura, acabou beneficiando o primeiro grupo:

Muita gente acabou se aproveitando disso, pessoas que não tinham aquele perfil de agricultura familiar pegaram uma carona dessa flexibilização para entrar no sistema. A ABAM nesse primeiro período serviu um pouco esses interesses, e tinham algum produtores médios que não se enquadravam, mas sempre encontravam um jeito de burlar o sistema. É aquela máxima: a maior parte das demandas que vinham para a colheita vinham para esses poucos produtores que não se enquadravam e o que sobrava ia para os pequenos. (Dirigente 2)

O que pretendemos enfatizar é a ocorrência de sucessivos ensaios, avanços e recuos no que diz respeito à organização dos agricultores. É preciso levar em conta a transformação aberta pelas políticas públicas para o caso estudado, alçando possibilidades antes não alcançadas e combatendo as principais dificuldades desses atores através dos mercados institucionais. Contudo, partimos do entendimento de que o resultado da obra que analisamos é também produto de uma gama variada de histórias cruzadas no território, em que a sociedade civil já se movimentava previamente a chegada de tais políticas, criando condições por meio do acúmulo de mobilização e capital social nas décadas passadas. Com efeito, é na relação entre Estado e sociedade que podemos nos aproximar de um entendimento sobre a formação da COOPERCENTRAL VR.

#### ***b) A importância das políticas públicas***

É a coisa da sincronia da sociedade civil com quem está no Estado, quem está representando o Estado. Essa sincronia é fundamental. Então, o que você precisa ter? Tem que estar alinhado, e alinhado de forma emotiva inclusive. Você tem que ter uma empatia, né, que ultrapassa só a questão da burocracia. Entendeu? Ela tem que ser um alinhamento, né, que seja validado pelos dois lados. E isso é confiança, cara. (Dirigente 4)

Direcionando nosso olhar para as ações do Estado voltadas aos agricultores familiares no Vale do Ribeira, podemos encontrar políticas públicas e legislações que formam um conjunto de direcionamentos e que envolvem múltiplos agentes sociais em seus processos. É possível notar intervenções que atuam como normativas, programas de longa abrangência ou duração pontual, além de coordenações por parte de atores em diferentes níveis do governo, ou mesmo na sociedade civil. Essas ações não seguem uma única direção, isto é, a ação estatal que intervém na realidade pública. Retomando a ideia do Estado enquanto um conjunto de relações (JESSOP, 2001) e da noção de ação pública (SPINK, 2014), nota-se também que os atores locais estimulam políticas públicas, negociam, opinam em sua elaboração e fomentam inovações.

Visando organizar as principais políticas públicas que influenciam nosso caso de estudo, elaboramos na Figura 6 uma linha do tempo para guiar a compreensão desse conjunto.

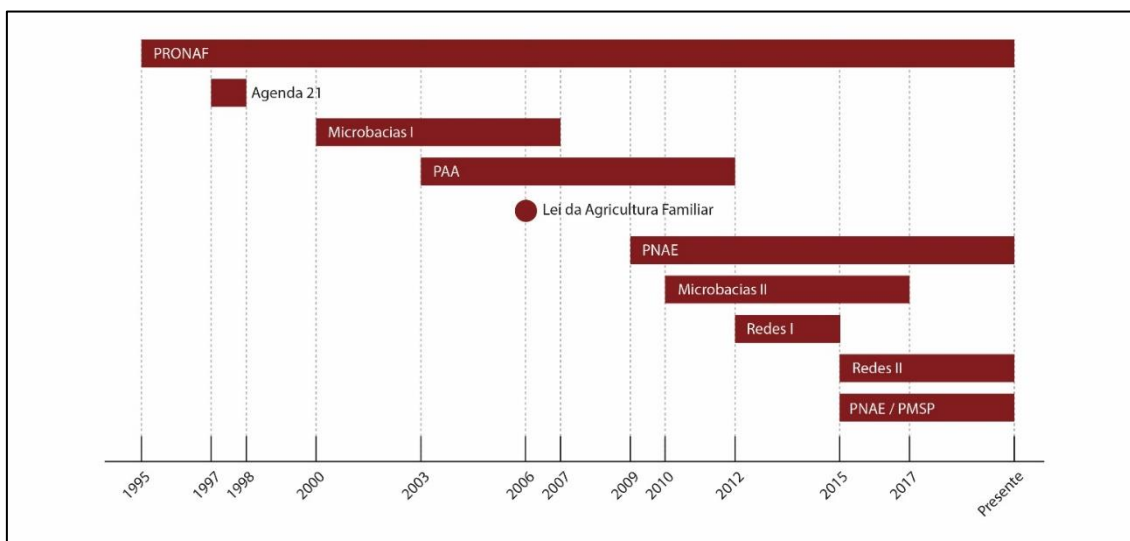


Figura 6: Linha do tempo – políticas públicas na formação da COOPERCENTRAL VR. Elaboração própria.

Cada uma das políticas possui direcionamento, alocação de recursos e hierarquias em sua execução e implementação, compondo normativas próprias. Contudo, ao nos aproximarmos do caso, podemos notar que essas fronteiras são mais maleáveis do que a normatividade impõe. Isso significa dizer que a vinculação relacional funciona, por vezes, de maneira mais efetiva do que a própria racionalização do Estado, construindo o cotidiano da relação pública dos atores. Assim, o reconhecimento com o território e suas relações tomam o primeiro plano na interação entre agentes públicos e societais.

Seguindo a linha cronológica como orientação, o PRONAF — Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar aparece ainda nos anos 1990 como um instrumento de fortalecimento da agricultura familiar. Ele oferece linhas de financiamento para a produção e para investimentos produtivos com taxas especiais. Criado em 1995, o programa foi uma das primeiras ações do governo federal à recém-criada categoria dos agricultores familiares, estando ativo até hoje e sendo buscada por agricultores que pretendem se formalizar e fortalecer sua produção enquanto um negócio. Em nosso caso de estudo, a principal menção ao PRONAF se dá por conta da DAP — Declaração de Aptidão ao Pronaf, uma certificação de que determinada família e sua propriedade se enquadram na categoria correspondente, e que, com isso, é liberada a sua participação neste e nos demais programas do governo para o setor.

Hoje, a DAP é regulada a partir da Lei da Agricultura Familiar de 2006, já mencionada no Capítulo 2. A declaração se faz importante por uma gama de motivos. Ela regulará não



apenas a condição de acesso da família como também o limite de venda aos mercados institucionais por parte das cooperativas. Com a posse da DAP individual, cada família pode comercializar até R\$20 mil anuais, por instituição e por projeto que integra, respectivamente. Não apenas isso, a declaração também garante os direitos básicos previdenciários dos agricultores e a tributação da produção. Para a obtenção do título da DAP, o produtor precisa estar em dia com seus registros de venda e sua renovação ocorre a cada dois anos, sendo emitida tanto pelo serviço de Assistência Técnica, quanto pelo sindicato rural dos municípios. De maneira geral, as famílias que integram a COOPERCENTRAL VR atuam em uma ou no máximo duas organizações, como nos relata o Membro da Central 2.

A DAP é um mecanismo legal primordial para a dinâmica produtiva e relacional em nosso caso, e isso por diferentes motivos. Primeiramente, é a partir de sua emissão que se dá o vínculo inicial dos técnicos da CDRS com os agricultores da cidade. Como relata a Gestora Pública 1, o serviço de emissão da DAP é um instrumento para que ela conheça as propriedades e as famílias do município em que ela está alocada. Dessa forma, a mediação inaugural da produção das famílias ocorre nesse encontro de certificação, concomitantemente ao mapeamento das famílias envolvidas nas políticas. Em segundo lugar, é a partir da DAP que as cooperativas elaboram suas ofertas segundo as licitações dos mercados institucionais, pois estão sujeitas à limitação do produto individual de cada família. Por fim, a DAP também pode funcionar como um mecanismo de garantia da regularidade no acesso às políticas públicas, como observado durante a reunião do CMDR em Miracatu<sup>40</sup>.

Cria-se um mecanismo de atuação pública das cooperativas enquanto mediadoras da formalização e registro da atividade comercial dos seus cooperados, atuando em conjunto com o poder público. Isso aparece em diversos depoimentos das lideranças das cooperativas, ao falarem sobre a crescente formalização dos agricultores ao entrarem nas organizações. Hoje todos os agricultores na COOPERCENTRAL VR estão regularizados, de acordo com o Membro da Central 2. Podemos observar em torno da DAP a atuação conjunta na regulação social da atividade produtiva da agricultura familiar no Vale, reafirmando uma concepção de ação pública que envolve o caso.

Seguindo a linha cronológica, temos o caso da Agenda 21, já mencionada, que serviu como plataforma para o fomento de modelos de negócios voltados para a economia solidária

---

<sup>40</sup> Na ocasião, após finalizarem as pautas da reunião, os conselheiros abriram a lista de solicitações de DAP, e os presentes atestaram o conhecimento das famílias e das propriedades. No caso de uma negativa, é encaminhada uma investigação sobre o produtor. Caso o solicitante seja aprovado no conselho, o pedido é encaminhado para o CDRS.

no território. Através dela foi elaborado o Planejamento Estratégico de Desenvolvimento Alternativo no Vale do Guapiruvú. Assim como a Agenda 21, o programa Microbacias I não teve muitas menções entre os entrevistados. Trata-se do primeiro edital lançado pelo Governo do Estado de São Paulo, mediado pela então CATI, para o desenvolvimento de áreas ao redor de bacias hidrográficas a partir do trabalho com associações. Foram beneficiadas diversas comunidades da região, como no Guapiruvu e em Eldorado. Dentro do debate a respeito da utilização da bacia, dos recursos hídricos e da terra, foram criadas a Associação Quilombo Ivaporunduva, em 1994, e a AGUA, em 1997<sup>41</sup>.

Apesar da baixa frequência com que são citados, os processos decorrentes dessas políticas se fazem presentes, se olharmos a partir da noção da circulação de ideias em torno das questões de engajamento e de projetos de desenvolvimento na região. Mesmo que não mencionados diretamente, as lideranças envolvidas nesse histórico são referenciadas enquanto uma “inspiração” (Dirigente 3); detentoras de um “*know how* político de engajamento” (Dirigente 2); ou mesmo como “pessoas que tem essa visão [de economia solidária] e traduzem isso nas atividades da entidade” (Gestora Pública 5). É possível entender o acúmulo de experiências e das ideias de um desenvolvimento sustentável e solidário nas bases ideológicas que formam a central. O percurso de ideias é apresentado pelo Dirigente 4:

Aqui em Sete Barras a gente conseguiu construir o que os ocidentais chamam de capital social, né? Aí você consegue... conseguir transferir mobilização. Transferir visão de futuro, transferir protagonismo no sentido da resistência, da resiliência, da perseverança, da esperança. Essa coisa do... já falei isso para você, da epistemologia e da ontologia, né? Quer dizer, a experiência e a esperança. Então você tem experiências concretas que vai gerando esperanças, né? E não é simples, porque você sobe dois, três degraus, aí você desce dois. Volta no primeiro degrau. Várias vezes aconteceu isso. (Dirigente 4)

Na mesma época em que o projeto Microbacias I foi executado no Vale do Ribeira, acontece o início do PAA — Programa de Aquisição de Alimentos. O programa, de nível federal, consiste na abertura de mercados institucionais por parte dos municípios para a formação de bancos de alimentos fornecidos pela agricultura familiar e comunidades tradicionais das zonas rurais. Em seu início, o PAA integrava uma das diretrizes do Programa Fome Zero e tinha como dinâmica ligar o combate à fome das populações vulneráveis em regiões urbanas com o desenvolvimento sustentável dos pequenos agricultores. Como relatado por diversos entrevistados, foi com o PAA que começam a se desenvolver as cooperativas do

---

<sup>41</sup> Uma mediação importante a ser feita: as disputas e tensões em torno dos projetos de desenvolvimento e dos recursos naturais merece maior atenção narrativa, mas está fora do escopo deste trabalho. Importante frisarmos que a relação entre Estado e sociedade neste período passou por diversos momentos, de forma a indicarmos as limitações do presente estudo no levantamento histórico das décadas passadas.

Vale do Ribeira, ao dar uma condição de venda que transcende os mercados convencionais. O PAA também é citado como um mercado bastante inclusivo para os agricultores, uma vez que o fornecimento abrange diferentes tipos de produtos, não havendo uma licitação prévia, tal como futuramente se desenharia no PNAE. Por fim, ele também atinge de forma definitiva as possibilidades produtivas dos agricultores ao oferecer um planejamento mínimo de venda, alterando a noção temporal e de planejamento das famílias.

Nesse momento vemos o início de uma ação mais direcionada do Estado na indução ao cooperativismo na região. Como evidenciado na entrevista com as Gestoras Públicas 4 e 5, uma das especificidades do PAA pode ser verificada em uma diretiva do CONAB — Conselho Nacional de Abastecimento, implementada incisivamente na região, que instituía que as associações não poderiam comercializar ou emitir nota fiscal. Com isso, aquelas associações que já estavam regularizadas e contavam com uma base de agricultores filiados foram levadas à transição para o modelo cooperativo para integrar o programa. É dentro dessa motivação que outros atores públicos aparecem na narrativa em torno da agricultura familiar do Vale do Ribeira, por exemplo o início das operações do ICA — Instituto de Cooperativismo e Associativismo do Estado de São Paulo, em 2009. Além disso, entre 2003 e meados de 2010, os depoimentos citam outras instituições de apoio técnico e fomento à profissionalização da agricultura, como o SEBRAE, o ITESP, o ISA e a vinda de novos técnicos para a CATI, cada qual atuando de uma forma distinta na assessoria aos produtores. Com as possibilidades abertas pelos mercados institucionais, as entidades de produtores vão surgindo e ressurgindo, como a COOPERAGUA, que inicia suas operações em 2003; a ABAM, reativada em 2009; e a COOPAFARGA, que começa a atuar também em 2009. Servindo como um impulsionador neste primeiro momento, diversos entrevistados relatam que o PAA “quase acabou”. Ele ainda existe no Vale, mas se restringe à compra de produto de poucas comunidades tradicionais.

A partir do início da década de 2010, a dinâmica das cooperativas no Vale do Ribeira atinge uma alavancagem antes não experimentada, contando com o protagonismo dos agricultores familiares. Parte das experiências está no desenvolvimento de mecanismos de mobilização e de atuação pública a partir de conselhos, como no caso do CMDR de Sete Barras. O município teve, em 2010, uma virada no que diz respeito à participação dos agricultores, favorecendo as políticas públicas para esse segmento em âmbito local, fato fomentado pela criação da Secretaria de Desenvolvimento Rural no município de Sete Barras em 2002, instituição ocupada por representante dos agricultores. Outro caso relevante foi a atuação dos movimentos e organizações no CONSAD — Consórcio de Segurança Alimentar e

Desenvolvimento Local, um órgão de mediação viabilizado pelo governo federal que envolvia cerca de 300 conselheiros do Vale e que serviu como instância para a decisão acerca das políticas públicas que seriam implementadas no território.

É notável uma dinâmica dupla de transformação na atuação dos agricultores nesse momento: um aumento do engajamento para ocupação de espaços institucionais e para disputa das políticas públicas, além da constituição e formalização de diversas cooperativas, incorrendo na transformação da ação econômica nos municípios por meio dos mercados institucionais. Aliado (ou relacionado) a isso, temos uma ampliação dos serviços de assistência por meio dos agentes públicos. Como relatado pelo Dirigente 4 e pela Gestora Pública 4, durante esses anos houve uma iniciativa preponderante do governo federal no direcionamento das políticas para o Vale do Ribeira, em resposta à mobilização crescente e ao engajamento das comunidades locais. Após o direcionamento, há em um segundo momento a entrada mais efusiva do governo do estado com a elaboração de políticas públicas locais.

Em 2009, foi aprovada a Lei nº 11.947 referente ao PNAE, abrindo ainda mais as possibilidades de mercados institucionais aos agricultores. Em sua resolução, a lei coloca como exigência ao setor público que um mínimo de 30% do total das compras institucionais para a alimentação escolar seja adquirido de agricultores familiares, comunidades quilombolas e indígenas, criando uma reserva de mercado para tais segmentos. No entanto, mesmo se tratando de uma lei de abrangência nacional, sua implementação e cumprimento não ocorrem de maneira mecânica, sendo necessária tanto a mobilização da sociedade civil, quanto a “adesão” dos gestores públicos dos municípios e estados para sua efetivação. Assim, mesmo com a aprovação da lei, a abertura dos mercados sofre um retardamento nos primeiros anos.

Como relatado por diversos atores sociais e públicos, a resistência dos gestores se dá por dois motivos. O primeiro é um desconhecimento a respeito da lei e da existência de fornecedores profissionalizados para suprir as demandas da alimentação escolar. O segundo seria uma resistência à inovação no setor público e um temor de “sair da zona de conforto” (Gestor Público 6; Secretário 1; Dirigente 1), levando a cabo novos processos licitatórios que demandariam uma adaptação inicial e mudanças nas rotinas de compras públicas. Este é o principal motivo que leva ao trabalho de engajamento e à abertura comercial por parte das cooperativas do Vale, articulando com os gestores públicos o cumprimento da lei e formalizando novos processos licitatórios.

O PNAE também foi responsável por uma mudança substancial nas práticas organizativas e nos processos produtivos e logísticos das cooperativas. Como relatam diversos

agricultores, a política impôs um nível de qualidade do produto bem acima do PAA, exigindo a adequação das cooperativas para evitar penalidades e multas nos contratos firmados com o poder público.

Seguindo com o expressivo aumento de atividade das cooperativas no mesmo período, em 2010 é formalizado o programa Microbacias II, firmado por um acordo entre o governo de estado de São Paulo e o Banco Mundial, visando à estruturação das cooperativas para o acesso ao mercado. Com o programa, novas instituições são formadas e se faz possível o desenvolvimento de toda a estrutura física que culminará na formação da central. Sua dinâmica envolvia o financiamento de um investimento produtivo pelo Banco Mundial, sendo que 70% do valor seria reembolsado pelo próprio estado e 30% pelas cooperativas. O programa durou de 2010 a 2017. Ainda em decorrência do programa, vemos relatos múltiplos de cooperação entre agricultores e atores públicos, sejam eles de municípios ou de nível estadual. Exemplo disso é a atuação do ITESP, ICA, SEBRAE e CATI na assessoria técnica para a formalização de estatutos de cooperativas, cursos de formação a respeito do cooperativismo e elaboração de planos de negócios. Da mesma forma, temos a atuação das prefeituras e conselhos para viabilização de terrenos para hospedagem das sedes das cooperativas, como nos casos de Registro e Sete Barras. É nesse contexto que são formadas a COOPAFASB, em 2011, a COOPERQUIVALE, em 2013, e é reativada a COOPERVALE, em 2015.

Aqui é o que a gente foi contemplado pelo projeto Microbacias [II]: foram 10 caminhões, 10 climatizadores de banana, 18.820 caixas de plástico, 12 veículos, 1 trator, 1 agroindústria, 3 cozinhas, equipamento de escritório nos locais e nos centros de distribuição. Então, foram totalizados mais de 5 milhões investidos nessas cooperativas e associações da rede. Então, talvez isso ajude a explicar um pouco como a gente conseguiu superar a questão da logística. (Trecho de fala pública de um dos dirigentes durante o Encontro de ATER em Campinas-SP)

O Microbacias II é destacado como uma política de extremo sucesso em sua execução, implementação e resultados. Ele é visto como uma política inovadora por conta do compartilhamento na decisão de compra entre os produtores e os técnicos públicos responsáveis, em contraste com as políticas antecedentes que concentravam a decisão final nas mãos dos agentes do Estado. Assim, gestores relatam que esta decisão compartilhada levou a um melhor aproveitamento do dinheiro público em equipamentos que tiveram uma utilização integral em cada unidade produtiva. Houve a necessidade de um “trabalho de base” com as comunidades, fato que levou a uma apropriação de conhecimentos específicos de processos do setor público e que compõe de maneira significativa as práticas das cooperativas e da central atualmente. De forma análoga, um fator inovador foi a propriedade dos equipamentos, não

ficando vinculados aos órgãos estaduais ou às prefeituras, mas diretamente às cooperativas. O processo de compartilhamento foi explicado pelo Dirigente 3 durante a visita a campo:

O caso foi especialmente importante ao tratarmos do Microbacias II, pois nesse projeto a *“técnica veio junto com a sociedade civil”*. A principal diferença dessa política foi que a comunidade necessitava se organizar para acessar a política e tinha **responsabilidade conjunta na compra dos equipamentos** prevista na verba do programa. Assim, esse processo deslançou também um movimento de **capacitação dos atores da sociedade civil** em torno de questões como as compras públicas. [...] Essa **transformação do poder decisório promoveu a confiança entre os atores e gerou reciprocidade**, o que o Dirigente 3 classificou como uma **tecnologia social**. Outro ponto importante dessa dinâmica é que ela possibilitou a transferência da tecnologia para a sociedade, com a apropriação dos processos e a formação de conhecimento, além dos próprios equipamentos, diferentemente de concentrá-lo entre os técnicos. (Anotações do caderno de campo — grifos nossos)

Em complemento às políticas até aqui descritas, foram executados outros dois projetos de caráter federal na região: o Redes I e II. O Projeto Redes foi financiado pela SENAES/MTE em parceria com o MDA, executado pela UNISOL-BR em parceria com as comunidades locais. O primeiro destes aconteceu entre 2012 e 2015, quando houve uma aproximação da instituição e o movimento de agricultores em Sete Barras, culminando no desenvolvimento do projeto da Rede Solidária Sete Barras e na formação dos NICOS — Núcleos de Integração de Cooperação Solidária<sup>42</sup>. Este modelo fundamenta a formação de redes de cooperação entre os agricultores. Basicamente, as redes têm por objetivo potencializar a ação econômica das famílias a partir de estratégias pautadas na economia solidária. Com o programa são ensaiados e colocados em práticas mecanismos como a auto-organização, o relacionamento de interdependência entre as cooperativas e associações do município, e a consideração pela autonomia de cada unidade quando da ação conjunta. Daí o entendimento de que, no Projeto Redes II iniciado em 2015, a estrutura de uma rede de cooperação transcende o município de Sete Barras e começa a fomentar as bases para a COOPERCENTRAL VR, através da Rede Vale do Ribeira.

Importante ressaltar que com essa exposição das políticas não se pretende supor uma direção do Estado em todo o processo aqui analisado. Pelo contrário, acreditamos que o encadeamento argumentativo que estamos desenvolvendo, com claro foco em um recorte temporal na ação do Estado sobre o território, toma contornos mais complexos na negociação e interação com os atores locais. Por exemplo, os processos de assessoria da UNISOL na formação das redes de cooperação têm uma característica diretiva da própria comunidade

---

<sup>42</sup> Hoje o município conta com 6 NICOS.

local<sup>43</sup>, uma vez que os dirigentes da organização enfatizam que suas ações na área da agricultura familiar se iniciam no mesmo período. Ou seja, havia uma predisposição e uma movimentação no próprio território, dadas as experiências acumuladas de engajamento e de direcionamento ideológico em relação ao tema, o que motivou a aproximação com a UNISOL e, com isso, o desenvolvimento do projeto Redes, moldando um processo interativo entre governo e sociedade civil. Assim, o desenvolvimento e a transferência das tecnologias sociais nesse momento seguiam um fluxo multidirecionado de uma organização para outra, seja da sociedade civil ou do próprio governo, como no caso da SENAES ou mesmo na relação cooperativas-CATI.

Dentro desse contexto, a construção de um consenso em torno da central e de um modelo de economia solidária foi (e ainda é) negociado por diversas vezes entre os atores. O debate em torno das práticas organizativas e do modelo de negócio contrasta os princípios do cooperativismo clássico e do modelo solidário no território. Um caso interessante foi a disputa ocorrida dentro dos mercados institucionais em torno da livre filiação das cooperativas. Em um primeiro momento, o edital lançado por São Paulo apresentava uma cláusula com resolução que direcionava as cooperativas à obrigatoriedade de filiação à OCESP, enquanto parte das cooperativas estavam mais próximas da UNISOL. O processo foi mediado pelo engajamento conjunto de atores da sociedade civil e gestores públicos, que conseguiram derrubar a cláusula de obrigatoriedade no município. O evento fez parte de um longo desenvolvimento participativo da política no município, como conta o Gestor Público 6. O processo se iniciou em 2014 e se estendeu por um ano em reuniões para definição de preço, processo logístico e exigências de qualidade — todos mediante participação dos agricultores. Como resultado, argumenta, há uma lei de PNAE que se adequa às demandas das famílias e do setor público, e que até o presente momento necessitou de poucas alterações.

De fato, é com o mercado de alimentação escolar no município de São Paulo que diferentes trajetórias de políticas, atores e ideias se encontram e culminam na formação da central das cooperativas. Com a implementação do PNAE na capital, em 2015, um mercado com demanda muito acima da capacidade produtiva de qualquer uma das cooperativas singulares é aberto. O encontro de trajetórias pode ser descrito da seguinte forma: primeiramente, há, desde o início das operações para o PNAE e para o PAA em outros municípios, um aumento da sociabilidade entre as lideranças das cooperativas, ao se encontrarem em processos licitatórios que, como relatado, acabaram virando eventos cotidianos

---

<sup>43</sup> *Community-led process.*

na operação das organizações. Esse momento inicial de competição gera, curiosamente, o contato e o reconhecimento dos atores entre si. Em segundo lugar, estão sendo desenvolvidas parcerias localmente, dentro dos municípios, de formação de redes entre as cooperativas mediadas principalmente na atuação de conselhos, na busca por políticas públicas e, especialmente em Sete Barras, através do Projeto Redes I. Em terceiro lugar, temos o desenvolvimento de tecnologias sociais através deste mesmo projeto, fomentadas pela interação entre organizações locais e externas ao território. Adicionalmente, as exigências de qualidade colocadas pelo PNAE em outros municípios levam ao desenvolvimento e ao aprimoramento de processos administrativos e logísticos das cooperativas. Por fim, ainda se encontra em execução o projeto Microbacias II, gerando a possibilidade de aproveitamento dos montantes restantes de recursos destinados ao investimento produtivo.

Como salientado por diversos gestores públicos, é a partir da própria sociedade civil que surge o ímpeto de inovação para a atuação no mercado de São Paulo.

***c) A central como uma tecnologia social: mecanismos organizativos***

O conjunto de políticas descrito acima foi um fator determinante para a consolidação da central de cooperativas no Vale do Ribeira. Como já salientado, houve a convergência das trajetórias do Estado e da sociedade civil em múltiplos pontos de interação, ora na ação de atores externos, ora na cooperação entre atores locais.

Resta entendermos seus mecanismos e como são contornados os principais desafios organizacionais para a operacionalização de uma estrutura que contém um coletivo diverso de culturas e atores. Entre os pontos de destaque, temos a importância do papel das lideranças enquanto mediadoras na relação das bases com a central; o uso de planilhas abertas e divisão de contratos que buscam equilibrar a simetria de informação e oportunidade entre os seus membros; e as vantagens de escalas trazidas pela operação conjunta, que atuam como um argumento de incentivo para a união dos atores. O desenvolvimento da organização está calcado na composição de uma história comum, com aprendizados que decorrem de sua operação e que fomentaram um crescimento exponencial já nos primeiros anos de sua existência.

***O mito fundador***

Como relata a Membro de Singular 2, havia uma disputa pessoal entre os diretores em cada edital, ao ponto que a outra cooperativa “*levava dois envelopes de proposta para as compras públicas. Se nós estivéssemos lá, ele [o diretor da concorrente] utilizava o outro*”. (Anotações do caderno de campo)



Eu lembro da história dos envelopes, ia um levava um envelope, a outra levava... Tinha que esperar abrir e eles falavam: “pô, a gente tá aqui lidando com todo mundo como se a gente fosse concorrente. Tá ruim isso. Não é porque um ganha que o outro tem que perder”. (Gestora Pública 5)

Ao nos aproximarmos da história das cooperativas no momento em que há a convergência de interesses e oportunidades, em meados de 2014, encontramos relatos similares a respeito de como se deu o processo de transição da competição à cooperação. Nos anos progressos, as cooperativas já estruturadas estão em ascensão, descobrindo novos mercados e disputando editais de municípios de pequeno e médio porte no estado de São Paulo. O aumento da atividade comercial proporciona encontros entre os diretores e representantes comerciais fora do território do Vale do Ribeira, antes impossibilitado pela limitação operacional. Nesses encontros, a sociabilidade e as estratégias na proposição da oferta, ilustrada pela figura dos envelopes, se tornam um cotidiano na rotina de trabalho. Um interessante fenômeno de reconhecimento começa a se materializar:

E aí que começou essa batida através de projetos. E aí você conhece muitas pessoas, acaba conhecendo inclusive as outras cooperativas, todo mundo trabalha nas suas bases. [...] Você conhece o trabalho deles na região, só que na hora ali você tem que defender o seu interesse e dos seus agricultores. E entravam na disputa. Brigavam, se estapeavam. No bom sentido, né? Nas mesas das chamadas públicas, mas depois a gente sentava, tomava um café, almoçava juntos. Mas cada um sempre defendeu seus interesses. (Dirigente 1)

O contato frequente começa a fomentar novas possibilidades de atuação entre os dirigentes das cooperativas. É percebido, sobretudo, que as possibilidades do mercado estavam para além da necessidade da competição e que, como cooperativas atomizadas, uma atuação em bloco a partir daquilo que as unia poderia ser mais interessante do que as estratégias de disputa.

Um tinha que achar um defeito no projeto do outro para ganhar. [...] Tinha a chamada de banana, as cooperativas e associações daqui sempre apareciam e ficavam um disputando contra o outro. E eles mesmos amadureceram essa ideia de que o mercado era enorme e que eles poderiam se organizar para ter maior representatividade e maior penetração no mercado unidos, ao invés de ficar um brigando contra o outro. (Gestor Público 2)

A conversa sobre uma operação conjunta tem espaço, pela primeira vez, em um evento público ocorrido em Jiquiá, no ano de 2013. A possibilidade se materializa de fato com a abertura do mercado do município de São Paulo. Nesse momento, a união passa de um caráter comercialmente interessante para se tornar essencial na escala de logística e a solidez institucional necessária no diálogo com os gestores da Secretaria de Educação paulistana. Negociando com tais atores, a união possibilitou que não falassem mais como cooperativas singulares, com cerca de 100 cooperados cada, mas como representantes de um conjunto de

cinco cooperativas — e, com isso, houve a necessidade de manter um discurso afinado para estimular o mercado da capital, até então “adormecido”. Assim se inicia, em 2015, a Aliança Solidária: uma instância informal que dá suporte às operações conjuntas. No início, os dirigentes passam por diversos aprendizados até encontrarem o modelo que hoje configura a central. Entre os casos citados estão: as dificuldades em encontrar um local para sua sede ao redor de São Paulo (uma exigência do edital); a logística terceirizada; e o evento de quando sofreram um saque de produtos na periferia da capital. Em 2016, os diretores tomam a decisão de alugar o barracão em Santo André para a operacionalização e passam a planejar a logística internamente. No final de 2017, é oficializada a criação da COOPERCENTRAL VR.

### ***Convergência em meio à diferença: entre bananas, anarquistas, cartesianos e legalistas***

Podemos considerar que a promoção de um espaço comum de diálogo entre pessoas que partem de microcontextos distintos é o grande desafio dos esforços organizacionais alternativos. Desarmar a contenda de interesses particulares em prol de um bem comum se torna um objetivo ainda mais desafiador se questionadas a hierarquia e as estruturas de comando e controle. Em contrapartida, a complexificação da operação produtiva exige a especialização de processos e a divisão do trabalho, a fim de maximizar a eficiência interna para assim garantir o retorno financeiro que mantém as estruturas em pé. As lideranças aparecem então como a mediação necessária para catalisar a opinião do extenso coletivo de pessoas e colocá-las em debate. A fim de não perder a conexão com suas bases, esses atores negociam o caminhar da organização por meio de decisões que, por vezes, não dispõem de tempo para maturação. A concentração de informação pode minar as bases daquilo que forma o fundamento institucional da organização alternativa. A necessidade de inovação confronta a responsabilidade depositada na representação, uma espécie de receio de se cometer equívocos.

O cenário descrito acima ilustra os principais desafios no cotidiano da COOPERCENTRAL VR. Os conflitos em torno do direcionamento e da tomada de decisões é, de fato, uma constante. De modo análogo, é consolidado o entendimento acerca de sua necessidade como plataforma de operação. O diálogo parte de um chão comum.

*A autonomia foi relativizada em busca de um bem comum. [...] A independência total das cooperativas significaria a competição total entre elas, o que não era interessante. (Dirigente 2 — Anotações do caderno de campo)*

Os atores da central citam a imagem como são vistos pelo olhar de seus pares, utilizando os mais variados adjetivos. Com essa imagem, brincam, se questionam e se identificam. Os

apelidos são variados: os “bananas” são aqueles que estão sempre pacificando os conflitos; “cartesianos”, quem segue uma linha de pensamento mais ortodoxa; e os “legalistas”, aqueles que fazem o papel fiscalizador dos processos. Ressaltam que é na dinâmica de um diálogo franco que se constrói o fazer da central. Contudo, diálogo franco não é sinônimo de convergência. Os entrevistados relatam que apenas com o desenvolvimento de comunicação sincera, o que denominam como “olho no olho”, foi possível mediar o conflito de ideologias e das diversas práticas entre as organizações. Isso foi observado nos momentos de interação envolvendo lideranças, em que os posicionamentos ideológicos eram discutidos de maneira aberta.

Como relatado pela Membro de Singular 2, o elemento básico que une as lideranças é a confiança na integridade das organizações e das pessoas envolvidas. Este padrão ocorreu mesmo antes da consolidação de uma CNPJ, quando eles ainda operavam informalmente e houve o compartilhamento da responsabilidade financeira e jurídica baseado em acordos conversados. Nos primeiros anos da Aliança, os contratos de aluguel e contas bancárias foram registrados em nome das singulares ou mesmo de pessoas físicas, com acesso aberto aos demais e dependência mútua em sua administração. Uma solidariedade moral prévia à solidariedade jurídica.

A transcendência da premissa contratual no estabelecimento de relações de reciprocidade é levantada como um questionamento: “*um papel que você assina vai então garantir que a gente vai se respeitar? Tem que ser na base da confiança*” (Dirigente 3). A confiança parece atuar como um sistema comunitário de garantias, na base do reconhecimento e da empatia, operando de maneira descentralizada, sem a necessidade de ser mediada por uma entidade ou força vertical, mas antes pelas contínuas interações. Tal discurso aparece de maneira muito forte quando transitamos entre as organizações que possuem um histórico de mobilização e engajamento político.

É a tal da economia da dádiva do Mauss. Porque se você cria essa empatia do ponto de vista da confiança, então não é o papel mais que vai resolver. O que vai resolver é a confiança ética entre os dois lados e o valor moral que cada um dos dois lados tem. Então, o papel passa a ser mero instrumento. (Dirigente 4)

A confiança é estabelecida quando se passa da estratégia de mobilização política pela via estrita do conflito para a via da convergência e do consenso — mudança que possibilita a cooperação e não a divisão do grupo. Este *know how* político, adquirido a partir da prática, constrói uma parte dos saberes compartilhados da central. Como observado, em diversas cooperativas singulares o processo decisório também se dá com base no consenso. A partir

disso, posicionamentos sobre o modo de operação se encontram muitas vezes de maneira conflitiva e são colocados em debate.

De modo geral, duas racionalidades são proeminentes na organização. De um lado, temos o pensamento mais engajado e voltado para a economia solidária, auto-organização e a subversão institucional, que adquire um direcionamento inovador. Tal discurso transita por entre os princípios de uma “*anarquia organizacional*” (Dirigente 3). Essa racionalidade pode ser percebida na forma do organizar que traz uma primazia da relação do agricultor com a terra e do relacionamento ético entre os trabalhadores. Dessa forma, se mostra uma contestação à forma convencional de organização que, pela crítica dos próprios participantes, tende a gerar dominação e desigualdade entre seus membros. A segunda racionalidade, de caráter mais administrativo, traz argumentos sobre a legalidade das ações e estratégias de eficiência na operação, tomando contornos mais conservadores<sup>44</sup> e se aproximando de princípios empresariais. Ambos são permeados por diversos posicionamentos e mesclas com referências práticas e teóricas, sendo instrumentalizados para a tomada de decisão dadas as situações emergentes. Oposições entre “comando-controle” e “sistemas auto-organizados”, inclusão social e excelência administrativa, posições “radicais” e técnicas são algumas das suas ocorrências, nomeadas conforme os depoimentos.

O encontro das duas racionalidades aparece como o conflito primordial do caso, tendo sido citado diversas vezes pelos participantes. Todavia, é possível enxergarmos que, além de um conflito, ele expõe dois posicionamentos que são complementares. Se entendemos que a confiança constitui um dos pilares da COOPERCENTRAL VR, a tríade se completa a partir da eficiência operacional e da democracia interna.

Então se você não cria operação, você não consegue criar uma ferramenta política. A ferramenta política, ela vem com a operação. (Dirigente 4, após citar o CONSAD, instância meramente consultiva, como uma experiência que não prosperou)

Eu aprendi muito que algumas vezes você tem que ser um pouco mais pragmático, mas sempre tem que gerar uma situação mais democrática e criar um diálogo maior, até para ter o apoio das pessoas. E em geral a democracia mesmo, de participação. [...] As pessoas têm que participar das discussões porque ela vai questionar se não der certo. E não é fácil, mas o aprendizado é esse. (Dirigente 1)

No arranjo da central, temos que a democracia interna é o fator que permite a existência de uma pluralidade de opiniões que se desenrolam como um aumento na variedade de estratégias e aprendizados, constituindo um patrimônio intangível e um acúmulo do capital

---

<sup>44</sup> O termo “conservador” aqui não é utilizado no seu sentido político, mas no proceder na tomada de decisão.

social interno. Complementarmente, a operação eficiente propicia condições materiais necessárias para a expansão da capacidade projetiva a respeito das possibilidades de futuro protagonizadas pelos agricultores familiares. Nessa dinâmica, o conflito, que, por vezes, é retratado como um entrave, apresenta-se como uma vantagem. Tal percepção é compartilhada por participantes externos à organização:

Hoje eu vejo que o Vale do Ribeira, se não atingiu o equilíbrio perfeito, ele está muito próximo disso. Por quê? Você tem uma concepção ideológica de um cooperativismo mais arraigado, dentro de um modo de produção pensando em uma visão mais socialista, mais tradicional. E você tem o outro que também favorece a organização, mas que é com um lado muito mais empreendedor. Vivemos em um mundo capitalista e temos que empreender e seguir determinadas regras e conceitos que o capitalismo nos impõe. Então, eu pude acompanhar reuniões onde teve debates históricos, mas que chegaram em um consenso. Eu acho que isso é fundamental, essa consciência que esse grupo está formando ao longo do tempo, ao longo da produção — e isso é muito importante — tá favorecendo a concepção de uma COOPERCENTRAL, de um funcionamento que faz isso. Eu acho muito legal isso. Pelo menos nos momentos que eu participei dessa discussão, é muito rico, muito elucidativo e construtivo. E as duas partes chegam em um consenso. (Sociedade Civil 3)

De fato, a contraposição entre uma visão racional-utilitária e uma visão político-emancipatória parece ser o cerne da própria economia solidária. A manutenção de espaços institucionais que comportem a subversão do modelo tradicional de organização figura como um persistente impasse quando vemos o ganho de escala nas cooperativas. Se a confiança é pressuposto para uma organização democrática, são os mecanismos de seu funcionamento que irão frear a dominação de um tipo de racionalidade pela outra, evitando a supressão de sua horizontalidade. Não dizemos que o debate interno na COOPERCENTRAL VR esteja resolvido, ou que haja uma hegemonia de ideais alternativos na sua organização. Contudo, é na própria possibilidade de existência de um debate vivo sobre os diferentes entendimentos que enxergamos como tais ideias se consolidaram em sua estrutura.

### ***Ferramentas democráticas e escala operacional***

Nos dedicamos a observar com enfoque mais técnico quais os instrumentos que compõe a tecnologia social da COOPERCENTRAL VR. Nesse exercício, encontramos uma gama de práticas que ajudam a compreender institucionalmente como os agricultores buscam enfrentar os dilemas internos entre ganho de escala e concentração de poder, algo que denominamos de ferramentas democráticas. Paralelamente, também buscamos entender quais as vantagens operacionais propiciadas pela ação econômica cooperativa, que servem como incentivo à adesão primária de novas famílias ao empreendimento.

Como explicam diferentes participantes, ocorre, em um primeiro momento, a busca pelas cooperativas a partir da necessidade — seja porque determinada família não consegue vender seu produto ou não consegue alcançar um preço minimamente viável, seja devido à estratégia comercial que vise um benefício maior. É justamente a partir da convivência, da adesão às regras, às práticas cooperativas e da participação engajada nas assembleias e conselhos que se inicia um processo pedagógico de empoderamento dos agricultores.

Como apresentado tanto em reportagens quanto pelos próprios participantes entrevistados (das cooperativas ou do governo), a grande atração dos mercados institucionais se dá, via de regra, por dois elementos: garantia de venda e preço. O primeiro, pela certeza na consolidação de contratos de longo prazo, com duração de um ano, por exemplo, possibilitando um planejamento desses agricultores e evitando a perda de produção ou a precipitação da venda por preços abusivos. É importante ressaltar, porém, que apenas os produtores com propriedades menores conseguem vender todas suas bananas para o PNAE. Agricultores familiares com lotes maiores devem direcionar parte da produção para o mercado convencional, principalmente nos meses de férias escolares em que a demanda é reduzida drasticamente. Ao mesmo tempo, pela ampliação de suas possibilidades de venda, as famílias possuem um poder de negociação maior, se comparadas à situação prévia a entrada nas cooperativas. Em segundo lugar, o preço de venda para os mercados institucionais remunera mais os agricultores do que os mercados convencionais, driblando a atuação dos atravessadores que faz haver uma grande distorção entre o preço de cotação da banana e os preços de fato acertados em sua venda. Os depoimentos apontam diversos valores quando se trata da diferença no preço de venda: 100% a mais de retorno do que os atravessadores; um valor entre R\$25,00 e R\$28,00 pagos pelas cooperativas contra algo entre R\$7,00 e R\$8,00 pago pelos atravessadores; de R\$8,00 no mercado convencional para R\$25,00 pelas cooperativas<sup>45</sup>.

Em relação às vantagens operacionais, especificamente no que diz respeito à operacionalização da venda às prefeituras, verifica-se que o compartilhamento do transporte, do galpão de armazenamento e do responsável técnico pela produção incide diretamente nos custos fixos de logística. Como exposto pela Membro de Singular 2, uma das exigências apresentadas no edital aberto pela Prefeitura de São Paulo em 2015 era a existência de um centro de armazenamento próximo à capital, bem como o laudo do técnico agrícola. Dessa forma, a operação separada exigiria galpões e técnicos para cada integrante. Com a união da

---

<sup>45</sup> Valores de 2019. Estes valores foram coletados de entrevistas com o Dirigente 3, com Membro da Singular 3 e por meio de vídeo institucional, respectivamente.

operação, uniu-se o trabalho do técnico aos custos de armazenamento e manipulação do produto, sendo seus custos compartilhados por todos e descontados do preço unitário da caixa de banana.

O volume de operação demandado pelos contratos com as prefeituras da RMSP levou à concentração dos processos e a um ganho vertiginoso de escala e planejamento logístico. Operando apenas na venda à PMSP, o valor total do contrato com as cooperativas atingiu, em 2019, o valor de R\$8,5 milhões. É no arranjo interno da central em seu trato com os contratos que conseguimos entender como funciona sua estrutura descentralizada. De acordo com diferentes depoimentos, o grande diferencial da COOPERCENTRAL VR está no fato de ela não operar com o sistema de centralização dos contratos para a sua posterior distribuição entre as filiadadas; antes, sua atuação restringe-se à operação logística e à representação comercial e política. Assim, os contratos com as prefeituras continuam sendo negociados diretamente com as singulares, de modo a manter a particularidade e as características de cada uma.

Essa central, o pessoal chega a brincar que é uma central que não centraliza nada. Porque a gente não tem contratos, eles continuam pulverizados nas singulares. A gente só centraliza a distribuição e administra um recurso da própria distribuição. (Dirigente 2)

Apesar de a central funcionar como uma organização “guarda-chuva” para todas as suas singulares no que se refere às questões políticas e comerciais, ela mantém a autonomia das filiadadas. Os contratos são distribuídos a partir de um acordo mútuo interno: caso alguma cooperativa fique de fora de uma licitação, ela terá preferência nas próximas. Da mesma forma, as ofertas são realizadas de acordo com a capacidade produtiva de cada organização. Um fato ilustrativo se deu quando, no acordo inicial que consolidou o pacto cooperativo, houve uma divisão das prefeituras segundo o critério que privilegiava o local onde cada organização já operava, mantendo o vínculo estabelecido das cooperativas com os poderes municipais.

A descentralização dos contratos aparece como um dos principais atributos democratizantes da organização. A partir dessa repartição, diferentes cooperativas singulares figuram como agentes ativos dentro da estrutura, em diálogo constante com a equipe gestora da central, minando a centralização da decisão<sup>46</sup>.

Um debate interessante ocorreu entre os representantes da COOPERCENTRAL VR e membros da UNIFORJA e da UNISOL, ocorrido em agosto de 2019. No episódio, foi feito um paralelo sobre o poder de atuação e formatação da COOPERCENTRAL VR com a atuação em

---

<sup>46</sup> Um processo que podemos entender como uma centralização horizontalizada, em oposição ao processo verticalizado onde há concentração do poder decisório e de informações em torno da entidade de segundo grau.

forma de cartel na divisão acordada de contratos. Como resolução, foi discutido que, além da previsão em lei da reserva de mercado para os pequenos agricultores, há um efeito progressivo no beneficiamento de um número crescente de produtores, bem como a contribuição para a diminuição dos preços pagos pelas prefeituras<sup>47</sup>. Assim, percebemos o reverso de uma atuação em cartel, em que haveria a concentração de capital e a manipulação de preço, para um modelo distributivo em que o aumento do valor dos contratos incide diretamente na expansão da base de famílias beneficiadas, dadas as limitações impostas pela DAP de R\$20 mil por família.

Além da questão contratual, outra ferramenta democrática apresentada foi a presença da *planilha aberta*. Essa ferramenta, que prevê a abertura total das contas e da descrição do valor de operação, remuneração e custos de cada caixa de banana manipulada, funciona como um método radical de transparência tanto para agentes internos, quanto externos. Desse modo, o agricultor sabe o quanto está vendendo e para onde sua produção se direciona, quais foram os gastos com climatização, transporte e manutenção da estrutura, ao mesmo tempo em que o poder público pode ter acesso às mesmas cifras. A planilha aberta faz parte da retórica de comércio justo, mote da economia solidária e da atuação política de seus adeptos no campo econômico:

Ninguém confia mais em ninguém nesse mundo, você percebe? Se você entra em um local para comprar uma roupa, você já vai com aquela ideia de que o cara está ganhando muito dinheiro, e que se ele está ganhando muito dinheiro ele vai te explorar. Então a sociedade vive nesse eterna disputa que gera desconfiança de que alguém está querendo meter a mão no seu bolso e ganhar de maneira excessiva. Então a gente tem que dar exemplo fazendo diferente. As pessoas têm que saber, é domínio público, se elas consomem elas têm esse direito de saber o que você está consumindo, de onde que vem o produto, o porquê de você estar pagando determinado valor naquele produto. Se a gente não fizer algo realmente diferente e não criar um novo modelo de relação, a gente não vai estar fazendo nada, porque ganhar dinheiro e comercializar não é novidade para ninguém, você não está inventando nada. (Dirigente 2)

Outros procedimentos praticados compõem a estratégia do comércio justo. A renúncia do lucro talvez seja a que melhor caracteriza o interesse público das cooperativas, retirando do preço apenas seus custos de operação. Aliado a isso, diversas cooperativas praticam o teto de ganhos individuais para atividades extras de gestão. Como exposto pelo Dirigente 3, o mecanismo incentiva a geração de renda e o aumento de oportunidades para os agricultores, uma vez que remunerações com maior isonomia possibilitam a abertura de novos postos de

---

<sup>47</sup> Essa fala é reforçada em diversos depoimentos, inclusive publicamente. As lideranças descrevem o estabelecimento de preços justos como um retorno ao que foi investido pelas políticas públicas nas cooperativas, em um compromisso com a sociedade.



trabalhos dentro das próprias organizações. Assim, podemos ver uma estrutura organizacional com níveis muito baixos de diferença salarial nas bases e na diretoria dos empreendimentos.

Outro grande mote da ação solidária diz respeito ao relacionamento entre as cooperativas do Vale. Como observado no rápido crescimento no número de filiadas à central, a organização pratica uma política de portas abertas às demais cooperativas, sempre prezando pelas práticas alinhadas com seu direcionamento ético. Da mesma forma, descreve a Membro de Singular 2 que as responsabilidades operacionais também são compartilhadas, havendo o aporte financeiro no caso de prejuízo, uma vez que não há o acúmulo via lucro.

Por fim, vemos o estímulo das organizações consolidadas ao fomento de novas organizações no município. É o caso da comunidade do Conchal Branco em Sete Barras. No bairro, a COOPAFASB auxilia a estruturação de um centro de recebimento do produto e uma sede administrativa própria. Como exposto pelo Dirigente 3, a relação que se busca construir com as novas cooperativas é a de um *sistema de interdependência* baseado na auto-organização de cada território: o benefício mútuo em lugar da dominação pelas cooperativas maiores. A organização de comunidades na busca por protagonismo e independência financeira também é observada em outras localidades, como no município de Miracatu com o estabelecimento recente da COOPEMAVIG. Essas relações de reciprocidade construídas no território nos levam a outro ponto chave do caso: o relacionamento com o público.

#### ***d) A atuação pública das cooperativas***

Ao explorarmos a atuação pública das cooperativas no Vale do Ribeira encontramos as fronteiras em que elas transitam: entre o privado e o público, o projeto econômico e o social, da atuação comercial à atuação política. Se a consolidação da COOPERCENTRAL VR alcançou novas possibilidades de publicização da condição estrutural e das pautas da agricultura familiar para outros níveis de círculos políticos, suas filiadas já atuavam localmente nesse sentido. Ainda, a atuação de outros atores também é importante para entendermos a direção pública da pauta da agricultura familiar, como atores do governo e da sociedade civil.

Como descrito por diferentes entrevistados, os conselhos são peças-chave para o desenvolvimento da agricultura familiar, tanto em âmbito local, quanto nos municípios compradores de alimentos. O perfil de atuação política via conselhos aparece em diferentes entrevistas como um espaço institucional que, uma vez tomado o protagonismo por parte dos agricultores, possibilita o direcionamento de políticas públicas para as propriedades de pequeno porte. Um exemplo de mobilização via conselhos é demonstrado pelo Membro de Singular 1:

O barracão [*onde operamos*] é da prefeitura. O caminhão foi a prefeitura que cedeu. A ideia dessa cessão aconteceu antes até da cooperativa. Já conseguimos, através do Conselho Municipal, tirar os tratores do pátio da prefeitura e deixar nas associações de bairro para facilitar a vida do agricultor. Porque cada vez que o agricultor ia usar o trator da prefeitura tinha que pagar uma taxa na prefeitura, ver a disponibilidade para poder usar, dar certo com o horário de trabalho do funcionário da prefeitura. Então, a ideia era de o trator ficar na associação e se o produtor quiser trabalhar as 5 da manhã, tendo curso pra isso e sendo habilitado, ele trabalha e não precisa esperar até as 8h que é o horário de trabalho da prefeitura. Toda manutenção dos tratores fica por conta da associação, a prefeitura não coloca mais diesel, não troca os pneus e o trator não fica ocioso. Temos 3 tratores cedidos para associação e mais 2 na cooperativa, ou seja, temos 5 ou 6 tratores e um caminhão. Isso mostra que a gente consegue. Não é qualquer cidade que consegue, mas a gente conseguiu. (Membro de Singular 1)

Um fator determinante do protagonismo dos conselhos por parte dos agricultores é o acesso direto ao executivo dos municípios, conseguindo aglutinar as pautas dos atores. Como observado em campo, durante a reunião do CMDR em Miracatu, sediada na COOBAM, o prefeito e o secretário de agricultura do município estiveram presentes para o diálogo direto com os produtores. A atuação das cooperativas e associações é essencial para um conselho realmente ativo, fenômeno reconhecido pelos atores públicos:

Os conselhos, para terem uma efetividade, normalmente dependem da participação principalmente de cooperativas e associações fortes dentro do município. Não necessariamente quando tem uma associação ou uma cooperativa forte o conselho acaba sendo forte, mas onde o conselho é forte sempre tem associações e cooperativas fortes, que são as entidades que realmente conseguem trazer da base, seus agricultores, as demandas para dentro de um conselho. (Gestor Público 2)

O Gestor Público 2 cita ainda a resistência por parte de algumas prefeituras do Vale em efetivar um conselho. No entanto, seu posicionamento e argumentação vão na direção de que, partindo da governança participativa, o executivo ganha legitimidade nas decisões políticas e acaba assegurando, para a própria administração, que as repercussões negativas não recaiam apenas em sua gestão.

O papel ativo dos conselhos também é observado na capital paulista. De acordo com o Gestor Público 6, são três conselhos que dão base para a política de alimentação escolar: Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional — COMUSAN, Conselho Municipal de Alimentação Escolar — CAE e a Comissão Gestora da Lei dos Orgânicos. A estrutura de participação social é o que possibilita a continuidade e a fiscalização de sua execução por parte da sociedade civil.

Por que essa política deu certo? Por que a política de compra da agricultura familiar tá dando certo? Por que o SUS, bem ou mal, funciona no Brasil?

Porque são todas as políticas que têm como base a demanda social, e têm como acompanhamento constante a população mediante conselho. (Gestor Público 6)

Como explica o gestor, principalmente através dos conselhos que foi barrada a descontinuidade — ou parte dela — da política no município após uma transição de gestão em 2018. Seus elementos principais são o poder e o alcance de mobilização dos conselheiros, que estão muito além da capacidade dos gestores públicos limitados pela linguagem de ação pública internos à administração. Este episódio é especialmente relevante ao pensarmos na capacidade estratégica da central, dado que, além dos conselhos, outros atores públicos foram envolvidos no caso: prefeituras locais, vereadores e deputados estaduais.

Esta composição de diferentes vínculos públicos nos leva a elaborar sobre o que leva estes diferentes grupos a “aderir” à pauta da agricultura familiar. Com efeito, percebemos que o aumento da capacidade política e organizativa dos agricultores do Vale do Ribeira, aliado a esforços próprios do movimento da agricultura familiar e de trabalhadores do campo, fortalece a solidariedade e o reconhecimento dessas pautas. Assim, a COOPERCENTRAL VR possui um papel ambivalente: a organização comercial e a potencialização da ação econômica dos agricultores, bem como o *advocacy* e a mobilização para as demandas do território, publicizando-as<sup>48</sup>. Este último elemento é fortalecido com o modelo atual de organização a partir da ampliação de seu capital social, cuja pluralidade interna de atores possibilita a existência de relações com diversos setores no espectro político-partidário – acesso reforçado por via de sua relevância econômica.

Antes vinha uma cooperativa de 30 produtores aqui, dava até para engambelar. Hoje vem uma cooperativa central com 1.200. [...] Então, ganhou um peso muito maior. Eles pensam: “esses caras podem fazer um movimento que, ou me ajuda, ou me atrapalha”. Quando a gente vai, por exemplo, em uma assembleia legislativa e conversa com o deputado. O cara praticamente larga o que está fazendo para te atender. (Dirigente 1)

Precisa construir pontes, entendeu? Precisa construir pontes. Com pessoas corretas, com... A gente precisa deixar um pouco essa briga de sociedade civil, essas polarizações de esquerda e direita. Não é pra ficar em cima do muro, eu não acredito nisso. Cê tem que se expor, a sua identidade, o que você defende. Mas na hora de dialogar, do ponto de vista do resultado pra quem precisa, não tem outro jeito. (Dirigente 4)

Aliado à atuação política direta, temos um processo contínuo de sensibilização através do desenvolvimento e da elaboração da retórica do agricultor familiar, dos trabalhadores do

---

<sup>48</sup> Um exemplo da retórica e da publicização de pautas específicas da agricultura familiar no Vale do Ribeira pode ser observada na carta endereçada ao Prefeito de São Paulo no episódio de mobilização em 2018 (Anexo 2).

campo e do movimento de economia solidária. Como percebido durante o percurso do campo investigativo, grande parte dos gestores públicos envolvidos na construção do caso havia tido contato com movimentos sociais, assentamentos, extensão universitária ou coletivos de atuação política em algum momento de suas vidas, por vezes paralelamente à sua atuação como servidores:

Pra falar de maneira segura, foi quando tive uma experiência do projeto do INCRA-ATER cuidando de alguns assentamentos na região de Sorocaba, Ipanema, Iperó, Itapetininga. Foi uma mudança radical e muito louvável na minha vida. Eu tinha uma concepção de movimento social que era adquirida por informações rasas, vista por manchetes de jornal. Quando me vi dentro do assentamento todo dia, ouvindo a história de como chegaram ali, falando com pessoas que são referência até hoje em cadeias produtivas e várias outras coisas, eu falei: nossa que experiência profunda e que mudança de visão a minha. (Secretário 1)

Assentamento da reforma agrária, por mais que os que eu trabalhei o movimento não estava tão presente, em algum momento foi muito presente. Os agricultores carregam a organização dentro de si, os assentados. Então eu via uma organização muito diferente, os assentados são politizados, organizados, sabem muito das políticas públicas, sabem dos direitos, é outro público. Acho que isso me ajudou muito na minha formação, por isso que eu sempre agradeço. (Gestora Pública 1)

Assim, entendemos uma disposição dos atores públicos em torno da mobilização dos agricultores familiares. A negociação constante acerca da linha do público e do privado é parte do cotidiano das cooperativas. Diferentes linguagens permeiam o caso da consolidação da central: seus dirigentes usam da estratégia de convergência, da retórica da justiça social e do peso político que possuem para montar sua atuação pública. Como notado em falas das lideranças em eventos, os principais argumentos estão na importância das cooperativas para o empoderamento e para a formalização dos agricultores, bem como no retorno social que o modelo de desenvolvimento participativo e de interesse público possibilita. Desse conjunto de elementos, destacam-se: os preços decentes para os trabalhadores da terra e mais baixos para a administração pública; a qualidade do produto entregue para as crianças nas escolas e a garantia de execução do serviço; e, finalmente, o fomento da economia local através da circulação da riqueza nos próprios territórios em modelos sustentáveis de desenvolvimento.

Este último ponto é de suma importância, dada a convergência entre o campo da economia solidária e pautas ligadas a questão ambiental, que tem na agricultura familiar uma prática produtiva de incentivo a sustentabilidade no uso da terra. Esse discurso agrega à retórica das cooperativas, que funcionam como uma mediadora na transição para o cultivo de alimentos orgânicos – incentivados tanto na identidade do agricultor em sua relação com terra quanto por

políticas públicas de incentivo a alimentação saudável, como é o caso das metas de ampliação para compra deste tipo de alimentos pela PMSP até o ano de 2026.

Porque você deixa a natureza, né? Na cabeça do ocidental cartesiano está que o mato é inimigo, que o lugar, uma floresta é... tem uma percepção de sujo, né? De omissão. E é o contrário: a floresta é onde tudo flui, são as conexões, são a sincronia da vida, né? Num lugar onde tem mato e tá afrondoso, é ali que tá a vida. Aí essa percepção, né? Aí começa essa percepção. (Dirigente 4)

***e) Os desafios e o futuro da Central: o que dizem os participantes***

Em vias de finalizar a reconstrução da trajetória da COOPERCENTRAL VR, com o traçado de uma narrativa que passa pela condição subalterna até chegar à consolidação do modelo atual de organização, acreditamos ser importante apontar os principais desafios e as projeções de futuro manifestados pelos participantes. Nessa esteira, as opiniões de atores internos e atores públicos divergem, colocando em evidência a múltipla funcionalidade da central em diálogo com as concepções de desenvolvimento, ação política e econômica no território do Vale do Ribeira. Ainda, projeções de futuro se misturam com desafios sentidos no presente: limites estruturais, legais e a necessidade de superar vulnerabilidades institucionais.

Uma das principais preocupações apontadas por diversos atores (em grande parte agentes públicos) está na vulnerabilidade comercial da central e das cooperativas em geral, que evidencia a dependência em relação aos mercados institucionais. De acordo com essa visada, toda a estrutura montada hoje pela central está voltada para o fornecimento da banana para a alimentação escolar dos municípios do estado de São Paulo. Contudo, principalmente pela situação de ameaça vivida na capital paulista em 2018, quando houve mobilização para que o edital fosse aberto, alguns gestores enxergam uma possível fragilidade da própria lei do PNAE caso venha a sofrer alterações. No caso da Lei Federal 11.947/2009, a obrigatoriedade dos 30% fornecidos por populações tradicionais da terra garante toda a estrutura legal para a operacionalização de dezenas de cooperativas. Disso se desdobram outras avaliações, como a possível “acomodação” dos agricultores nesse mercado, o que implicaria no baixo interesse em inovar nos produtos ofertados, bem como na dificuldade para diversificar os produtos processados e semiprocessados. Outro ponto reforçado ainda na linha dos mercados institucionais está na sua capacidade de expansão. No cenário atual, existem muitos mercados ainda “adormecidos”, com capacidade para absorção de novas famílias, mas se questiona ainda como o modelo reagiria frente a limitações de expansão da oferta.

A diversificação da atividade das cooperativas leva ao grande desafio de atuação em mercados convencionais. A atuação no varejo continua sendo uma dificuldade, apesar de

algumas tentativas de penetração neste setor por parte da central. Como relata o Dirigente 1, dois são os motivos de dificuldade frente aos consumidores e intermediários: o primeiro se dá por uma ressalva ou preconceito em torno da forma cooperativa de atuação. A visão malquista sobre o cooperativismo aparece em alguns depoimentos, como a leitura equivocada de que toda cooperativa se resume a um mote para a exploração dos cooperados por parte de seus “respectivos donos”. O segundo desafio está na inconstância do produto oferecido pelas cooperativas. Por se tratar de uma organização com grande lastro de famílias, que ocupam diferentes municípios e condições de produção, muitas vezes é difícil manter a padronização de oferta. Isso não significa apenas manter uma produção de altíssima qualidade, mas também se refere à relação estabelecida com os consumidores para que eles alinhem as suas expectativas em torno do produto que será comprado na central.

Seguindo entre os desafios que envolvem a atuação dos agricultores, vemos que certa vulnerabilidade jurídica é proeminente no modelo da central e, de alguma maneira, dentro de todo o campo da economia solidária. Como relatado pelas Gestoras Públicas 4 e 5, existe uma grande indefinição das regras jurídicas, contábeis e trabalhistas de modelos não convencionais de produção. A falta de uma normativa acaba gerando um grande entrave na segurança dos gestores das cooperativas quanto aos seus processos, muitas vezes tendo que descobrir por si só ou improvisar no modo como devem tributar a produção ou vincular os agricultores que fazem os trabalhos temporários, como no caso da manipulação da carga. A questão trabalhista ganhou corpo por diversas vezes, tanto em sua indefinição jurídica, quanto na forma da angústia compartilhada por alguns cooperados em relação à necessidade de alta carga de trabalho além do próprio lote e ao receio quanto ao futuro das condições de aposentadoria.

Outro grande desafio relacionado ao setor público está associado à apreensão que a falta de normativa trás para os gestores públicos. Além da própria resistência dos gestores públicos para a alteração dos processos de compras institucionais, como já explanado anteriormente, a insegurança jurídica mistura desconhecimento e receio da inovação institucional em operar em parceria com fornecedores advindos do cooperativismo e da agricultura familiar. Não à toa o processo de sensibilização feito pelos membros da central em “acordar” os mercados institucionais — mostrar a qualidade do serviço, a idoneidade das organizações e os exemplos de sucesso. Apesar de se pautarem em uma lei em vigor há 10 anos, seu cumprimento é relativizado em um misto de desconfiança, desconhecimento e resistência.

Internamente, o que apontam os diferentes Dirigentes, participantes da central e de suas singulares, os desafios estão na mediação dos conflitos, na convergência de projeto e na

comunicação interna. Eles relatam que há um consenso em torno da necessidade de união, mas que o processo de negociação é por vezes desgastante, além de constante. Tal processo ocorre de maneira mais evidente entre os dirigentes da organização e as pessoas próximas da diretoria. Um dos pontos levantados está no aprimoramento da comunicação com as bases, não significando que haja concentração de informação, mas visando a criação de canais de diálogos mais efetivos com o agricultores que não estão envolvidos na gestão.

Por fim, entre as possíveis soluções e caminhos de futuro que percorrem estes desafios, algumas ideias são postas à mesa: maior profissionalização da gestão; a comercialização direta ao consumidor por meio de pontos de venda distribuída pela cidade; a criação de sistemas curtos de comércio praticando as diretrizes do comércio justo e vinculando afetivamente os consumidores; a expansão do trabalho em rede para uma articulação em nível nacional dos produtores dentro do âmbito da economia solidária; o fortalecimento da mobilização dentro do Movimento de Economia Solidária. As expectativas e opiniões por vezes se confrontam.

O projeto em torno da COOPERCENTRAL VR figura em constante disputa entre os discursos técnico e político. No entanto, isso não inviabiliza a instituição. O fortalecimento comercial e a superação de fragilidades propiciam o projeto político, enquanto a afirmação de outro modo de produção caracteriza e dá o insumo à narrativa institucional da organização, fomentando avanços econômicos. Ao fim e ao cabo, a trajetória futura da central parece estar centrada na constante ambivalência por ela apresentada: a necessidade do projeto político de emancipação de se firmar cada vez mais consistente frente ao mercado. Do conflito e da pluralidade interna são produzidas suas tensões e potencialidades, que se firmam no terreno comum do reconhecimento e da reciprocidade da agricultura familiar no Vale do Ribeira, aliadas às estruturas democráticas herdadas da história de mobilização no território.

## VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar como se dá a interação entre atores da sociedade civil e atores de governos subnacionais no fomento e manutenção de formas alternativas de mercado, direcionadas às práticas da economia solidária. Para tanto, nos propusemos a desenvolver uma discussão teórica em torno do conceito de solidariedade, delimitando-o segundo uma perspectiva relacional e de acordo com uma análise narrativa do caso da COOPERCENTRAL VR, que concentra 13 cooperativas de produtores da agricultura familiar no Vale do Ribeira paulista. Nessa esteira, outros objetivos específicos também tomaram forma em nossa investigação: uma abordagem interdisciplinar que nos serviu para nos indagarmos a respeito de outras formas de racionalidade econômica para além da utilitária; o papel das organizações coletiva na projeção de novas trajetórias; por fim, o intercâmbio entre solidariedade e conflito na ação coletiva dentro do campo da economia solidária.

Tendo em vista o panorama descrito, podemos provocar algumas discussões em torno dos conceitos delineados e da construção do caso, problematizando alguns pontos e constatando outros em torno dos temas de nosso interesse. Posteriormente, serão apresentadas as limitações da pesquisa e as recomendações a serem investigadas futuramente.

### *a) Discussão*

Com base na interação entre Estado e sociedade, e de acordo com a noção de ação pública, investigamos tanto as estratégias de atores societais na região do Vale do Ribeira, reunidos em torno da COOPERCENTRAL VR, quanto a de governos subnacionais, presentes na figura de técnicos da CATI/CDRS, ICA (órgãos estaduais) e de prefeituras da RMSP e do próprio Vale. Nota-se, para os fins da presente pesquisa, que a manutenção e fomento de espaços solidários perpassa uma negociação ativa, além da estruturação de laços ao longo do tempo entre uma gama de diferentes atores. Por parte das cooperativas, foi com a diversificação das estratégias de interação frente ao Estado que novas conquistas foram alcançadas. Tal constatação se dá pela ocupação de espaços institucionais, principalmente dos conselhos municipais, bem como a negociação e a convergência política estratégica com os poderes executivos locais, na busca de interesses em comum. A atuação pública e em rede mostrou-se uma peça-chave para a consolidação de um ambiente propício para a economia solidária e para o cooperativismo na região, criando laços de empatia e reconhecimento que, com o amadurecimento das relações, alinharam o tempo da racionalidade estatal e da racionalidade



dos atores locais — fato observado em políticas como o PNAE/PMSP e o Microbacias II, por exemplo. A negociação ativa também demonstrou a importância do protagonismo por parte dos cooperados, construindo e publicizando pautas específicas para a agricultura familiar, processo que tomou um longo período para sua maturação, em meio a diferentes ensaios, tentativas e replanejamento.

Por parte do Estado, observa-se, primeiramente, que não podemos tomá-lo como agente uníssono ou uniforme. Em lugar disso, é interessante pensarmos em uma composição do Estado por meio de diferentes atores com agendas e interesses próprios, igualmente imersos em uma teia de relações contextualizadas por seu espaço e tempo. Diante desse fato, podemos entender as diferentes predisposições por parte de agentes públicos na facilitação ou na resistência à incorporação de pautas da agricultura familiar. Como exposto no capítulo referente à construção do caso, as experiências pessoais de sociabilidade com organizações camponesas ou movimentos sociais foram essenciais para que alguns atores criassem uma relação solidária com o discurso da ES e da agricultura familiar. Como relatado em algumas entrevistas, isso pode ser visto no tratamento diferenciado dado pelas prefeituras ao PNAE, cujas posturas vão desde a facilitação de espaços de coprodução de políticas por parte de agentes mobilizadores, com metodologias altamente participativas, à resistência e ao receio no cumprimento da lei da alimentação escolar, havendo, inclusive, necessidade da desmistificação de preconceitos ou da afirmação dos cooperados de sua capacidade organizativa no “acordar” desses municípios.

Dessa forma, é igualmente interessante observarmos os pontos de pressão de atores da sociedade civil em suas ações estratégicas: quando não pela convergência e reciprocidade, a mobilização se dá por meio de mecanismos políticos, como conselhos e laços com outros atores públicos, acionando as “pontes” que compõem seu capital social para fazer valer suas pautas. Tal percepção é demonstrada tanto pelo episódio de contenção do corte no PNAE de São Paulo, momento em que diferentes redes foram acionadas para a sua contraposição, quanto, de modo geral, pela destinação de políticas públicas para a região do Vale do Ribeira, iniciadas, primeiramente, por intermédio do governo federal e, depois, pelo governo do estado. É importante ainda destacar que essa dinâmica se impôs através da interação e manifestação dos grupos organizados, que se utilizaram, algumas vezes, de convergências ideológicas e, em outras, de mecanismos de conflito e pressão. Assim, notamos o papel das lideranças e da criação de laços com diferentes grupos do espectro político, o que leva à diversificação e à contundência

da mobilização<sup>49</sup>. Dentro desse leque de relações estratégicas, os discursos econômico e político se alternam a depender do interlocutor, de modo a criar um arcabouço retórico para a COOPERCENTRAL VR.

A organização destaca-se, nesse quadro, no desenvolvimento da ação política e da autonomia dos agricultores familiares. Em primeiro lugar, é através dela que são canalizados recursos advindos das políticas públicas e redistribuídos para as famílias, demonstrando que a existência de um tecido associativo numa dimensão territorial pode ser um diferencial no olhar dos agentes do Estado. Em segundo lugar, é por meio da organização que são superadas as limitações materiais crônicas para a reprodução da vida no campo e para a participação política, tendo na atuação conjunta ganhos de escala e de condições de operação em diferentes mercados. Por fim, a organização surge como um “veículo” de mobilização que transita entre o público e o privado, forma representativa de uma base extensa de famílias nos espaços institucionais.

A questão da escassez de recursos apareceu de maneira acentuada na trajetória dos agricultores familiares, que passaram de uma condição subalterna frente aos atravessadores para um novo posicionamento no campo relacional, mais vantajoso e estrategicamente mais amplo com o advento da COOPERCENTRAL VR. Os termos desse movimento foram discutidos em nossa elaboração teórica e reiterados pela narrativa do caso, que teve saltos essenciais quando da conquista de condições materiais para os setores da agricultura familiar, como no Microbacias II. É importante ressaltar que a condição de posse da terra enquanto fator de produção é um diferencial na trajetória desses atores, o que podemos problematizar ao analisarmos outras iniciativas de economia solidária, principalmente no que diz respeito às experiências urbanas ou na área de assistência social. Ainda nesse sentido, a posse da terra e a dinâmica construída no território servem como um arcabouço identitário comum que possibilita a criação de laços de solidariedade entre os agricultores, mesmo quando tomadas organizações com culturas diferentes e situadas em municípios diversos. Buscando respaldo na teoria do reconhecimento de Honneth (1995), podemos traçar um paralelo entre a noção de desrespeito trabalhada pelo filósofo e as recorrentes situações vividas pelos agricultores em sua conturbada relação com os atravessadores. Assim, mesmo que outras identidades perpassem as organizações, tais como quilombolas, caiçaras, agricultores convencionais, agroecológicos ou militantes da economia solidária, persiste a condição subalterna como uma identidade comum que fomenta o reconhecimento entre os atores.

---

<sup>49</sup> Aqui, uma percepção interessante de Silva e Oliveira (2009) se refere à concentração de capital social nas lideranças das organizações, que, ao mesmo tempo e contraditoriamente, pode ser um motivo de desigualdade interna e pode também operar como um dos principais fatores de êxito econômico para os EES.

A sociabilidade mostrou-se um potencializador na aprendizagem organizativa, intensificada tanto pelo estabelecimento das cooperativas, quanto da operação em rede, havendo a adoção de novos conhecimentos e a troca de saberes entre os membros da central. A formação de tecnologias sociais foi fomentada por um aumento da sociabilidade com atores externos à organização, como no caso da CATI e da UNISOL, quando essas trocas possibilitaram transformações no proceder de ambos os lados do vínculo (com as redes solidárias e o aprendizado sobre o funcionamento do setor público, no caso das cooperativas; com o início da atuação no setor da agricultura familiar, para a UNISOL; e com o ajustamento da execução de políticas pelas demandas dos produtores locais, para a CATI).

Recorrendo mais uma vez ao arcabouço teórico montado, parece interessante explorarmos a possibilidade da expansão da agência através da ativação de relações sociais, dado que durante os anos de construção da central não é possível identificar nenhum momento claramente rotulado como uma conjuntura crítica, salvo na formação da Associação Quilombo Ivaporunduva e da AGUA, ainda nos anos 1990, cujo sentido se aproxima do acúmulo histórico de mobilização. Pensando na agência por meio da chave temporal e relacional desenvolvida por Emirbayer e Mische (1998), nota-se, nos depoimentos, como a alteração incremental na posição dos atores possibilitou a mudança de projeções futuras e a resignificação do passado, o que aparece no empoderamento dos agricultores expresso seja na mudança de percepção de suas possibilidades no mundo, seja na intensificação do ativismo cívico e na ocupação dos conselhos. O reposicionamento do campo pode ser atestado se levarmos em conta as categorias estruturais organizadas por Emirbayer (1996): é possível, portanto, notarmos mudanças em termos culturais, socioestruturais e sociopsicológicos ao analisarmos cronologicamente o caso. Ainda que constituída de forma incremental, é notável que esta renovada posição geste a possibilidade de novas estratégias, como observado nas considerações a respeito do futuro da organização.

Tratando da investigação de fenômenos econômicos a partir de uma visada interdisciplinar, nossa pesquisa procurou recorrer aos campos da administração pública, sociologia econômica, teoria das organizações e teoria social, visando dar conta da complexidade do tema e superar as limitações epistemológicas encontradas em muitas das abordagens ortodoxas. Dentro desse quadro teórico, a discussão que se sobressai gira em torno das diferentes racionalidades envolvidas no fazer econômico. Alocando a racionalidade utilitária numa perspectiva relacional, buscamos desconstruir as noções normativas que enquadram esse tipo de pensamento como um fator imanente do sujeito, seja por sua

*unidimensionalização* (GUERREIRO RAMOS, 1989) ou por sua dualidade (BIGGART e DELBRIDGE, 2004). De modo contrário, notamos a possibilidade de uma ecologia de racionalidades que se relacionam e se contrapõem. Como exposto pelas disputas internas da COOPERCENTRAL VR, é preciso notar um conflito constante no entrecruzamento de racionalidades, fato que traz à tona a pauta da economia solidária e suas limitações quando inserida em um modo capitalista de produção. Não é despropositado que, tomando como exercício uma análise do pano de fundo discursivo no que tange à estruturação retórica do caso, reparemos como as exposições públicas dos dirigentes, e mesmo a nossa própria narrativa do caso, passam pela exaltação de seu sucesso econômico — argumento que possivelmente salta aos olhos do leitor e do público.

Contudo, como apontado na presença de mecanismos democratizantes na estrutura interna da central, é possível subverter o olhar sobre a dominação ecológica (JESSOP, 2001) que a racionalidade utilitária exerce sobre as demais. A gestão de novas racionalidades, tal qual a estrutura da economia solidária, pode ser vista como a experimentação de inovações sociais e cenários que fomentam formas renovadas de solidariedade. Ainda que econômica, a razão da cooperação perpassa outras formas de relacionamento entre seus integrantes. Assim, a ES aparece como um repertório de atuação de grupos minoritários no que tange à participação da vida econômica, num tipo de racionalidade que pode ao mesmo tempo dialogar com tipos sociais tradicionais (tal qual o caiçara ou o quilombola) e também constituir, por si só, uma crítica ao projeto de modernização capitalista, fato notado em sua tradição e no seu histórico de desenvolvimento. Quando tratada a ES como prática, podemos ver sua adesão por parte dos grupos subalternos, mediadores sociais, atores da sociedade civil e do governo, atuando como forma de intervenção diante de um processo desigual de avanço econômico que relega parte da população à marginalização da esfera pública, além de atuar diretamente na falta de coesão social por meio de uma solidariedade pública. Sendo igualmente um projeto político, vemos a contínua e, por isso mesmo, insistente mobilização de grupos envolvidos na tentativa de impacto em nível institucional e simbólico, de modo a propor uma nova forma de economia pautada em mecanismos solidários, mais inclusiva e condizente com as demandas das pessoas e do ambiente em que se insere. Tal atuação acontece não apenas discursivamente, mas sobretudo na ação direta e na experimentação de novas possibilidades de relação econômica.

*b) Limitações e recomendações de pesquisa*

No que diz respeito às limitações da presente pesquisa, salientamos que, dada as condições de sua produção, optamos por enfatizar a investigação e dedicar boa parte da coleta de dados à atuação das cooperativas e aos vínculos com atores governamentais. Desse modo, esteve fora do escopo a elaboração de uma análise mais ampla sobre todo o cenário da agricultura e, principalmente, da presença do contraditório e de forças contrárias ao projeto de desenvolvimento da central, como seriam com grupos econômicos hegemônicos da região. Assim, seguindo a recente produção acadêmica em torno das cooperativas do Vale do Ribeira, seria interessante entender de forma mais apurada como os atores dominantes se movimentam e reagem à ação estratégica e ao reposicionamento dos agricultores familiares. Também houve uma limitação na coleta de entrevistas com integrantes diretos dos poderes executivos locais, dada a limitação de tempo para essa fase da pesquisa e a disponibilidade dos respondentes.

Uma limitação constatada em termos metodológicos se verifica na apreensão de maneira mais ampla do impacto econômico que as cooperativas exercem sobre o território do Vale do Ribeira. Como constatada em falas públicas dos dirigentes, o território é recorrentemente caracterizado como “a região mais pobre do estado de São Paulo”, levando ao estigma de seus moradores. Assim, partindo do uso de ferramentais quantitativos, vemos como uma boa oportunidade o estudo das cooperativas em consonância com seu projeto alternativo de desenvolvimento, qual seja a geração de renda para seus integrantes e a preservação do meio ambiente, bem como os desdobramentos desse tipo de negócio em questões como saúde, educação e êxodo rural. Caberia ainda uma investigação que parta dos campos da ergonomia ou da psicodinâmica do trabalho para entender os efeitos diretos do tipo de economia praticada por esses trabalhadores.

No domínio da administração pública e das áreas correlatas, vemos que as atuais transformações do setor público e as reformas em questões estruturais, como a aposentadoria e a legislação trabalhistas, se mostram pontos de tensão que devem ser levados em conta na investigação do campo da economia solidária e dos EES.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, J. N. et al. **A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros.** *Cadernos EBAPE.BR*, [s.l.], v. 14, nº 2, p. 243–257, 2016. DOI: 10.1590/1679-395120257.

ANDION, C. **A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios.** *Revista de Administração Contemporânea*, [s.l.], v. 9, nº 1, p. 79–101, 2009. DOI: 10.1590/s1415-65552005000100005.

\_\_\_\_\_. **Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista.** *Revista de administração pública*, [s.l.], v. 51, nº 3, p. 369–387, 2017.

ANDRADE, F. R. P. De. **A Autonomia Dos Agricultores Familiares Do Bairro Do Guapiruvu , Vale Do Ribeira Paulista.** - UNICAMP, 2017.

ARAÚJO, A. L. DE et al. **A bibliometric analysis of the Scielo database: a Brazilian portfolio of the solidarity economy.** *Scientometrics*, [s.l.], v. 112, nº 1, p. 1–20, 2017. ISSN: 15882861, DOI: 10.1007/s11192-017-2382-2.

BARRETO, R. D. O.; PAES DE PAULA, A. P. **“Rio da Vida Coletivo”:** empoderamento , emancipação e práxis. *Revista de Administração Pública-RAP* [s.l.], v. 48, nº 1, p. 111–130, 2014.

BERTANA, I.; CORAZZINI, L. **Civil economy and solidarity in Latin America.** *International Journal of Happiness and Development*, [s.l.], v. 2, nº 3, p. 269, 2015. ISSN: 2049-2790, DOI: 10.1504/IJHD.2015.072184.

BIGGART, N. W.; DELBRIDGE, R. **Systems of exchange.** *Academy of Management Review*, [s.l.], v. 29, nº 1, p. 28–49, 2004. ISSN: 03637425, DOI: 10.5465/AMR.2004.11851707.

CALBINO, D.; PAES DE PAULA, A. P. **Economia solidária: uma investigação sobre o estado da arte.** *Gestão Contemporânea*, [s.l.], v. 10, nº May, p. 371–397, 2013.

CASTELAO, M. E. et al. **Public Policies Addressed to the Social and Solidarity Economy in South America. Toward a New Model?** *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, [s.l.], v. 24, p. 713–732, 2013. DOI: 10.1007/s11266-012-9276-y.

CHANDLER, A. D. **Strategy and Structure: Chapters in the History of the Industrial Enterprise.** Cambridge, MA: MIT Press, 1964.

CHIODI, R. E.; ALMEIDA, G. F. De; BAMBINI DE ASSIS, L. H. **O Mercado Convencional da Banana: Sujeição da Agricultura Familiar no Vale do Ribeira-SP.** *Desenvolvimento em Questão*, [s.l.], v. 50, p. 146–165, 2020.

COLOMÉ, F. D. L.; MAYER, R. **Gramáticas da ação na economia solidária e a justificação**

**das práticas de consumo.** *Análise Social*, [s.l.], v. 51, nº 220, p. 566–597, 2016. ISSN: 00032573.

CRESWELL, J. **Data Collection.** *Qualitative Inquiry And Research Design: Choosing Among Five Traditions.* SAGE. [s.l.]: [s.n.], 1997.

CRUZ, L. B.; ALVES, M. A.; DELBRIDGE, R. **Next steps in organizing alternatives to capitalism: toward a relational research agenda Introduction to the Special Issue.** *M@n@gement*, [s.l.], v. 20, nº 4, p. 322–335, 2017.

EMIRBAYER, M. **Useful Durkheim.** *American Sociological Association*, [s.l.], v. 14, nº 2, p. 109–130, 1996.

\_\_\_\_\_. **Manifesto for a Relational Sociology.** *American Journal of Sociology*, [s.l.], v. 103, p. 281–317, 1997. ISSN: 03637425.

EMIRBAYER, M.; MISCHÉ, A. **What Is Agency?** *American Journal of Sociology*, [s.l.], v. 103, nº 4, p. 962–1023, 1998. ISBN: 0002-9602, ISSN: 0002-9602, DOI: 10.1086/231294.

ESCHWEILER, J. et al. **The Reciprocity Dimension of Solidarity: Insights from Three European Countries.** *Voluntas*, [s.l.], v. 30, nº 3, p. 549–561, 2019. ISSN: 09578765, DOI: 10.1007/s11266-018-0031-x.

FAO. **Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe 2018.** Santiago: [s.n.], 2018. 112 p. ISBN: 9789251310854, DOI: ISBN 978-92-5-131085-4.

FARIA, J. H. De. **Autogestão, economia solidária e organização coletivista de produção associada : em direção ao rigor conceitual.** *Cadernos EBAPE*, [s.l.], v. 15, p. 629–650, 2017. ISBN: 1679395157.

FAVARETO, A. et al. **Territórios importam – bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil.** *Revista em Gestão, Inovação e Sustentabilidade*, [s.l.], nº 1, 2015. DOI: 10.18472/regis.v2n1.2015.17172.

FERNÁNDEZ ANDRADA, C.; SATO, L. **Trabalho e Política no Cotidiano da Autogestão: A Rede Justatrama.** *Psicologia & Sociedade*, [s.l.], v. 26, p. 3–13, 2014.

FERRARINI, A. V.; GAIGER, L. I.; SCHIOCHET, V. **O estado da arte e a agenda de pesquisa em economia solidária no Brasil.** *Revista Brasileira de Sociologia*, [s.l.], v. 06, nº 12, p. 157-180, 2018.

FRANÇA FILHO, G. C. De. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais.** *Bahia Análise e Dados*, [s.l.], v. 12, p. 9–19, 2002.

\_\_\_\_\_. **A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública?** *Cadernos EBAPE*, [s.l.], v. 1, p. 1–18, 2004.

\_\_\_\_\_. **Decifrando a Noção de Paraeconomia em Guerreiro Ramos: A atualidade de sua proposição.** *Organização e Sociedade - OeS*, [s.l.], v. v. 7, p. 175–197, 2010.

GAGO, V.; CIELO, C.; GACHET, F. **Economía popular: entre la informalidad y la reproducción ampliada. Presentación del dossier.** *Iconos*, [s.l.], p. 11–20, 2018.

GAIGER, Luís Inácio. **A Economia Solidária e o Projeto de Outra Mundialização.** *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, [s.l.], v. 47, p. 799–834, 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. **O mapeamento Nacional e o Conhecimento da Economia Solidária.** *Revista da ABET*, [s.l.], p. 7–24, 2013.

GRANOVETTER, M. **Ação econômica e estrutura social: o problema da imersão.** *RAE-Eletrônica*, [s.l.], v. 6, 2007.

GRIGOLETTO, F. **O Bairro Guapiruvu como lugar-organização: uma abordagem institucional do organizar.** 258 p. - FGV-EAESP, 2018.

GUERREIRO RAMOS, A. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações.** 2. ed. ed. [s.l.]: Editora da Fundação Getulio Vargas, 1989.

HILLENKAMP, I. **Solidarity Economy for Development and Women ' s Emancipation : Lessons from Bolivia.** *Development and Change* [s.l.], v. 46, n° 5, p. 1133–1158, 2015. DOI: 10.1111/dech.12193.

HONNETH, A. **The Struggle for recognition: the moral grammar os social conflicts.** [s.l.]: Polity Press, 1995. ISBN: 0262581477.

JESSOP, B. **Institutional re(turns) and the strategic - Relational approach.** *Environment and Planning A*, [s.l.], v. 33, n° 7, p. 1213–1235, 2001. ISSN: 0308518X, DOI: 10.1068/a32183.

JESSOP, B. **The Continuing Ecological Dominance Of Neoliberalism In The Crisis.** In: SAAD-FILHO, A.; YALMAN, G. L. (Orgs.). *Economic Transitions to Neoliberalism in Middle-Income Countries: Policy Dilemmas, Crises, Mass Resistance.* [s.l.]: Routledge, 2009. p. 24–37.

KRIMERMAN, L. **Book Review: Solidarity Economy: Building Alternatives for People and Planet** Jenna Allard, Carl Davidson, and Julie Matthaei (eds) Chicago, ChangeMaker Publications, 2008; 427 pages, 978-0-6151-9489-91 by Len Krimerman, GEO Newsletter and Director, Creative Community Building Program, University, of Connecticut. *Review of Radical Political Economics*, [s.l.], v. 41, n° 4, p. 601–603, 2009. ISSN: 0486-6134, DOI: 10.1177/0486613409350429.

KUYVEN, P. S. **Efeitos Da Economia Solidária Sobre A Geração De Renda E A Redução Da Pobreza: um estudo de dados nacionais.** [s.l.]: [s.n.]. - UNISINOS, 2016.

LANGLEY, A. **Strategies for theorizing from process data.** *Academy of Management*



*Review*, [s.l.], v. 24, nº 4, p. 691–710, 1999. ISSN: 03637425, DOI: 10.5465/AMR.1999.2553248.

LASCOUMES, P.; GALÉS, P. LE. **Uma sociologia política da ação pública**. *Sociologia da ação pública*. Maceió: EDUFAL, p. 35–64, 2012.

LAVALLE, A. G. **O estatuto político da sociedade civil: evidências da Cidade do México e de São Paulo**. Brasília: Texto para Discussão, No. 1546. 2011.

LAVILLE, J.-L. **Economia solidária, a perspectiva européia**. *Sociedade e Estado*, [s.l.], v. 16, nº 1–2, p. 57–99, 2001. DOI: 10.1590/s0102-69922001000100004.

\_\_\_\_\_. **The Solidarity Economy: An International Movement\***. *RCCS Annual Review*, [s.l.], nº 2, p. 1–41, 2010. DOI: 10.4000/rccsar.202.

LECHAT, N. M. P. **Economia social, economia solidária, terceiro setor : do que se trata?** *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, [s.l.], nº 1999, 2002.

LISBOA, A. de M. **Economia Solidária E Autogestão : Imprecisões E Limites**. *Revista de Administração de Empresas*, [s.l.], p. 109–115, 2005.

MARQUES, E. C. **Notas críticas à literatura sobre Estado, Políticas Estatias e Atores Políticos**. [s.l.], 1996.

MARSHALL, C. AND ROSSMAN, G. **The Substance of the Study: Framing the Research Question**. *Designing Qualitative Research*, [s.l.], 1989.

MARTÍNEZ, E. et al. **Cáritas y el trabajo común organizado en el desarrollo rural desde el enfoque de economía solidaria**. *ALTERIDADES*, [s.l.], v. 22 (43), 2012.

MELLO, J. **Estratégias de Superação da Pobreza No Brasil E Impactos No Meio Rural**. [s.l.]: IPEA, 2018. ISBN: 9788578113421.

MORGAN, G.; PULIGNANO, V. **Solidarity at Work : Concepts, Levels and Challenges**. *Work, Employment and Society*, [s.l.], v. 34, p. 18–34, 2020. ISBN: 0950017019, DOI: 10.1177/0950017019866626.

MOULAERT, F.; AILENEI, O. **Social Economy, Third Sector and Solidarity Relations: A Conceptual Synthesis from History to Present**. *Urban Studies*, [s.l.], v. 42, nº 11, p. 2037–2053, 2005.

NEVES, E. F. Das. **Percepções sobre as contradições e dificuldades de inserção e sobrevivência dos empreendimentos de economia solidária no mercado**. - [s.n.] - UNICAMP, 2016.

NONATO, R. S. **Compras Públicas Sustentáveis No Brasil: Análise da produção e circulação das ideias a partir da resignificação dos atores**. - FGV-EAESP, 2015.

OLIVEIRA, B. C. S. C. M. DE; SANTOS, L. M. L. DOS. **Compras públicas como política para o desenvolvimento sustentável.** *Revista de Administração Pública*, [s.l.], v. 49, n° 1, p. 189–205, 2015. ISSN: 19823134, DOI: 10.1590/0034-76121833.

PATTON, M. Q. **Qualitative interviewing.** *Qualitative Design and Data Collection*. 3 ed. [s.l.]: SAGE Publications Sage CA: Los Angeles, CA, 2002. p. 339–427. ISBN: 9780080471716, DOI: 10.1016/B978-0-08-047163-1.00662-7.

PINHEIRO, D. C. **Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos.** *Revista NAU Social*, [s.l.], v. v.3 n.5, p. 85–105, 2013.

POZZEBON, M.; PETRINI, M. **Critérios para Condução e Avaliação de Pesquisas Qualitativas de Natureza Crítico-Interpretativa.** *Pesquisa Qualitativa em Administração: fundamentos, métodos e usos no Brasil.*, [s.l.], p. 51–72, 2013. ISBN: 9788522477128.

PRAINSACK, B.; BUYX, A. **Solidarity in biomedicine and beyond.** *Solidarity in Biomedicine and Beyond*. [s.l.]: [s.n.], 2017. 234 p. ISBN: 9781139696593, DOI: 10.1017/9781139696593.

\_\_\_\_\_. **The value of work: Addressing the future of work through the lens of solidarity.** *Bioethics*, [s.l.], v. 32, n° 9, p. 585–592, 2018. ISSN: 14678519, DOI: 10.1111/bioe.12507.

SANDBERG, J.; ALVESSON, M. **Ways of constructing research questions: Gap-spotting or problematization?** *Organization*, [s.l.], v. 18, n° 1, p. 23–44, 2011. ISSN: 13505084, DOI: 10.1177/1350508410372151.

SANTIAGO, E.; YASUI, S. **Saúde Mental E Economia Solidária: Cartografias Do Seu Discurso Político.** *Psicologia e Sociedade*, [s.l.], v. 27, p. 700–711, 2015. DOI: 10.1590/1807-03102015v27n3p700.

SANTOS, F. P. Dos. **Capitalismo histórico e formas de sociabilidade: uma hipótese sobre a formação do brasil contemporâneo.** *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, [s.l.], v. 52, 2019.

SAUSSEY, M. A. D. **A Gestão Da Agricultura Familiar No Contexto Da Economia Solidária : O Caso Da Cooperativa Da Agricultura Familiar De Sete Barras.** - UFF, 2017.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade.** [s.l.]: Companhia de Bolso, 1998. ISBN: 8535916466.

SENA, A. C. De et al. **Abordagem grassroots e resistência : atualizando a concepção de desenvolvimento sustentável.** *Cadernos EBAPE.BR*, [s.l.], p. 651–666, 2017.

SERVA, M. **O fato organizacional como fato social total.** *Revista de Administração Pública*, [s.l.], v. 35, p. 131–152, 2001.

SERVA, M.; ANDION, C. **Teoria das organizações e a nova sociologia econômica: um**

**diálogo interdisciplinar.** *Revista de Administração de Empresas*, [s.l.], v. 46, nº 2, p. 10–21, 2006. DOI: 10.1590/s0034-75902006000200002.

SILVA, M. K.; OLIVEIRA, G. de L. **Solidariedade assimétrica : capital social, hierarquia e êxito em um empreendimento de “economia solidária”.** *Revista Katálysis*, [s.l.], v. 12, p. 59–67, 2009.

SILVA, S. P. **Laços na diversidade: Análise da trajetória de construção do movimento social de economia solidária no Brasil.** Texto para Discussão, No. 2367, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília [s.l.]: [s.n.], 2018.

SILVA, S. P.; NAGEM, F. A. **A Economia Solidária Na Agenda Das Políticas Públicas Nacionais: Uma Análise Do Programa Economia Solidária Em Desenvolvimento.** Texto para Discussão, No. 1682, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), [s.l.]: [s.n.], 2011.

SINGER, P. **ECONOMIA SOLIDÁRIA VERSUS ECONOMIA CAPITALISTA.** *Sociedade e Estado*, [s.l.], v. 16, p. 100–112, 2001.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária** [s.l.]: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Dez Anos De Secretaria Nacional De Economia Solidária ( Senaes ).** *Mercado e Trabalho*, [s.l.], v. 56, p. 90–93, 2014.

SOUZA, F. V. F. De. **Assistência social e inclusão produtiva: algumas indagações.** *O Social em Questão*, [s.l.], v. 30, p. 287–298, 2013.

SPINK, P. **Bringing the horizon back in: the mid-range approach to Organizational Studies.** *RBEO - Revista Brasileira de Estudos Organizacionais*, [s.l.], v. 1, p. 1–26, 2014.

\_\_\_\_\_. **Beyond public policy: a public action languages approach.** [s.l.]: Elgar, 2019. 256 pp p. ISBN: 9781788118743.

STAKE, R. **Qualitative Case Studies.** In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). *Handbook of Qualitative Research*. [s.l.]: SAGE Publications, Sage CA: Los Angeles, CA, 2005. p. 443–466.

SUDDABY, R. **From The Editors: What Grounded Theory Is Not.** *Journal of Product Innovation Management*, [s.l.], v. 16, nº 4, p. 331–332, 2006. ISSN: 0737-6782, DOI: 10.1111/1540-5885.1710003.

TELLO-ROZAS, S. **Inclusive Innovations Through Social and Solidarity Economy Initiatives: A Process Analysis of a Peruvian Case Study.** *VOLUNTAS: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, [s.l.], v. 27, p. 61–85, 2016. DOI: 10.1007/s11266-015-9606-y.

TIRELLI, C. **As Contribuições Da Sociologia Relacional Para As Análises Das Organizações Sociais Do Campo Da Assistência : O Caso Da Rede Parceria Social.** *REDES*

- *Rev. Des. Regional*, [s.l.], v. 19, p. 25–43, 2014.

WAHLUND, M. **Putting people back into the economy**. - Lund University, 2019.

## ANEXOS

### Anexo 1 — Roteiro de entrevistas semiestruturadas

#### **Roteiro de Entrevista — Membros da COOPERCENTRAL**

##### Questões Pessoais

- Vamos começar com uma apresentação: sobre quem é você, de que cidade você é, qual sua idade?
- Você sempre trabalhou como agricultor? Como foi sua trajetória? E sua família, (você tem lembranças do campo)? Sempre morou na região do Vale do Ribeira?
- Você faz parte de qual cooperativa singular? Pode me falar um pouco dela?
- Quando e como foi seu primeiro contato com a ideia de cooperativismo e economia solidária?
- Quais você acha que são as principais características desse tipo de negócio? Você acha muito diferente de empresas tradicionais?

##### Sobre a COOPERCENTRAL VR

- Quando foi que você ou a sua cooperativa se interessaram por formar ou integrar uma central de cooperativas? Como foi o processo de formação e negociação para isso?
- Como você acha que a economia solidária colabora com esse tipo de negócio?
- Quais os maiores desafios/dificuldades para organizar uma cooperativa central?
- E as maiores facilidades? Quais os aprendizados e caminhos que vocês encontraram que facilita a organização?
- Quais as principais diferenças entre as cooperativas que integram a central? E as semelhanças?
- Na sua opinião, o que une os agricultores para além do acesso aos mercados institucionais? Como é a padronização do produto?
- O que acontece quando há divergência entre os participantes?
- Vocês se veem muito? Como mudou a relação entre os agricultores com o estabelecimento da central?
- Como é a relação com os agricultores de base das cooperativa que você faz parte? E com os das outras?
- Quais os outros grupos que se beneficiam da ação da central? (merendeiras, crianças, motoristas, etc).
- Como é a relação de vocês com os outros setores econômicos do Vale? Houve mudança na relação com o estabelecimento da central?
- Durante as apresentações que pude assistir, falou-se muito de cooperar independente do “time que cada um torce”. Como é essa divisão no cotidiano? Como isso funciona no diálogo com membros do Estado?

##### Relação com o Estado e Ação Pública

- Qual o tipo de relação, ou como vocês são recebidos, nas prefeituras? Há alguma diferença agora e antes do estabelecimento da central? (Aqui podem ser prefeituras do Vale ou da RMSP) E o governo estadual?
- Qual o papel do poder público na formação da central?
- E das políticas públicas?
- Quais os principais parceiros da central? (dentro do estado e fora — ex: unisol)
- (Caso não tenha sido abordado) Quais recursos vindos do estado ajudam na manutenção da central?
- Para você, qual a percepção dos atores públicos sobre a central? Com os atores que vocês já tiveram relação de parceria, como eles veem o “retorno do investimento” aqui na central?
- Qual o papel do diálogo com os atores públicos no planejamento da central?
- Como a central ajuda no desenvolvimento do Vale do Ribeira?
- O que você pensa como um futuro para a organização? Quais os desafios que você enxerga?

#### Sentidos e percepções – Complete a frase

- O papel da Coopercentral é...
- Solidariedade é...
- A Agricultura Familiar é...

### **Roteiro de Entrevista — Atores Públicos**

#### Questões Pessoais

- Vamos começar com uma apresentação: sobre quem é você, de que cidade você é, qual sua idade?
- Como foi sua trajetória profissional? Sempre morou na região do Vale do Ribeira?
- Pode me falar um pouco da sua atuação profissional hoje?
- Quando e como foi seu primeiro contato com a ideia de cooperativismo e economia solidária?
- Quais você acha que são as principais características desse tipo de negócio? Você acha muito diferente de empresas tradicionais?

#### Sobre a COOPERCENTRAL VR

- Quando foi seu primeiro contato com a coopercentral? Já conhecia o trabalho das cooperativas antes, conhecia alguém de lá?
- Como você acha que a economia solidária colabora com esse tipo de negócio?
- Quais os maiores desafios/dificuldades para trabalhar com cooperativas da região?
- E as maiores facilidades? Quais os aprendizados e caminhos que vocês encontraram que facilita a organização?
- Vocês se veem muito? Como mudou a relação entre os agricultores e sua organização?
- Quais os outros grupos que se beneficiam da ação da central? (merendeiras, crianças, motoristas, etc).

- Como é a relação de vocês com os outros setores econômicos do Vale?

#### Relação com o Estado e Ação Pública

- Há alguma diferença na relação com esse setor agora e antes do estabelecimento da central?
- Qual o papel do poder público na formação da central?
- E das políticas públicas?
- Qual a o tipo de parceria que vocês têm com os agricultores?
- (Caso não tenha sido abordado) Existe algum recurso vindo do estado que ajuda na manutenção da central?
- Qual sua a percepção sobre o “retorno do investimento” na central? Como é essa parceria?
- Como a central ajuda no desenvolvimento do Vale do Ribeira?
- O que você pensa como um futuro para essa relação?

#### Sentidos e percepções — Complete a frase

- O papel da Coopercentral é...
- Solidariedade é...
- A Agricultura Familiar é...

Anexo 2 — Manifesto referente à medida do Prefeito Bruno Covas para aquisição descentralizada na alimentação escolar da Prefeitura Municipal de São Paulo

**Por quem os sinos dobram?**

A Coopercentral VR, uma aliança institucional formada por 7 cooperativas e 3 associações, representa um total de 1.100 famílias de AGRICULTORES FAMILIARES, bananicultores dos municípios de Registro, Miracatu, Juquiá, Eldorado, Cajati e Sete Barras, região do Vale do Ribeira, sul do Estado de São Paulo. Tal arranjo nasce da necessidade estratégica de organização dos agricultores da região para o cumprimento da Lei 11.947/2009, que dispõe sobre o PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar, e que fundamenta em seu artigo 2º, inciso V:

*“São diretrizes da alimentação escolar:*

*- o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos em âmbito local e preferencialmente pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais, priorizando as comunidades tradicionais indígenas e de remanescentes de quilombos”*

E em seu artigo 14:

*“Do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas”*

Sendo que a omissão no cumprimento de preceitos básicos da Lei implica em cortes no repasse do FNDE, conforme artigo 20, inciso III:

*“Fica o FNDE autorizado a suspender os repasses dos recursos do PNAE quando os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios:*

*- cometerem irregularidades na execução do PNAE, na forma estabelecida pelo Conselho Deliberativo do FNDE”*



Atualmente, a Coopercentral VR escoia a produção de seus cooperados na alimentação escolar do Governo do Estado de São Paulo e nas Prefeituras das cidades de São Paulo, Guarulhos, Santo André, Mogi das Cruzes, São Bernardo do Campo, São Vicente, Guarujá, Praia Grande, São José dos Campos, entre outras, atendendo mais de 5.000 unidades escolares. Tal iniciativa, além de criar um canal de acesso ao mercado extremamente relevante para os pequenos agricultores familiares, gera emprego e renda indireta para toda uma cadeia de abastecimento (no caso da banana mais de 1.000 pessoas envolvidas), ou seja, um exemplo de sucesso na execução de políticas públicas que contribuem para o desenvolvimento sustentável e justiça social.

Ademais, fora os objetivos precípuos de qualquer política pública já citados, outro aspecto a ser considerado são as vantagens de ordem econômico-financeira na execução de projetos de compra oriunda da agricultura familiar: a Coopercentral VR reconhece a oportunidade de mercado instituída por Lei, e por reciprocidade, compensa a sociedade diminuindo sua margem operacional em 15%, demonstrando seu compromisso com os preceitos do comércio justo.

Um exemplo prático que corrobora a afirmação é o contrato vigente de fornecimento de banana para o governo do Estado de São Paulo: uma compra de 13.910.714 unidades/frutas, que adquiridos por um valor médio de aquisição em contratos convencionais já executados (R\$ 0,4475 unidade), perfazem um total de R\$ 6.225.044,51. Mantendo-se a qualidade do produto e o padrão de atendimento, o mesmo processo de aquisição nos moldes da Lei do PNAE sendo executado pela Coopercentral VR, resultou num contrato de fornecimento a R\$ 0,37 unidade, perfazendo um total de R\$ 5.146.964,18, ou seja, uma economia para sociedade de R\$ 1.078.080,33.

Isto posto e tendo em vista o anúncio das novas regras para aquisição de alimentação escolar na Prefeitura de São Paulo, expomos o seguinte argumento crítico:

Justificativas da iniciativa - geração de renda local, diminuição dos custos de logística e diminuição no trânsito na cidade.

Reflexões levando-se em consideração o fornecimento de banana - a banana (a exemplo da grande maioria dos hortifrutigranjeiros) não será produzida localmente, refutando o argumento da produção de renda local. Pode-se argumentar que a renda será gerada pela intermediação no processo de compra e venda (o empreendedor local vai até a Ceagesp, adquire o produto e o revende para as Escolas). Sim, esta operação é factível e o argumento da renda é plausível numa

hipótese que o empreendedor reinvesta seu “lucro” localmente. A pergunta que não quer calar é: será que o intermediário será mesmo da localidade ou será um mega distribuidor da Ceagesp? Partindo-se do pressuposto que seja um empreendedor da localidade, surge um novo questionamento, qual será o custo de aquisição para as Escolas na venda de um produto numa operação de intermediação sem escala? Não é preciso ser economista para chegar a conclusão de que será muito superior ao atual.

Diminuição de custos logísticos e trânsito - argumento válido apenas se a produção fosse local, o que já foi refutado. Partindo-se do princípio que a origem dos produtos continuará sendo a mesma, exceto se o produto chegar voando ou for ‘teletransportado’ para as escolas, o custo logístico e o trânsito serão os mesmos, ou serão maiores?

Outro aspecto a ser ao menos debatido: será que a compra descentralizada não dificulta ainda mais o processo de controle nas compras superfaturadas abrindo o precedente de esquemas descentralizados de corrupção?

Ok, a Coopercentral VR é parte interessada no processo, e portanto seus argumentos são parciais, sendo assim, anexamos um link com um artigo da FOLHA DE SÃO PAULO, teoricamente, uma análise mais imparcial de outros entraves na adoção da medida adotada pela Prefeitura de São Paulo.

[https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/covas-muda-merenda-de-creches-em-sp-e-ignora-nutricionistas.shtml?utm\\_source=whatsapp&utm\\_medium=social&utm\\_campaign=compwa](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/covas-muda-merenda-de-creches-em-sp-e-ignora-nutricionistas.shtml?utm_source=whatsapp&utm_medium=social&utm_campaign=compwa)

E partindo do princípio que todos os argumentos técnicos contra a medida sejam inválidos, apelamos para uma reflexão menos racional e mais humana da questão. A região do Vale do Ribeira é uma grande fornecedora de serviços ambientais para a cidade de São Paulo, ela não merece contrapartida? O impacto social que ocorrerá no Vale do Ribeira, a região mais carente do Estado, pela inviabilização econômica de mais de 1.000 famílias de agricultores familiares, não é pertinente ao debate?

Neste sentido, nos parece claro que o Prefeito Bruno Covas assessorado pelo Secretário Municipal de Educação João Cury, demonstram total desconhecimento da importância da Prefeitura de São Paulo no Programa Nacional de Alimentação Escolar e seus reflexos para uma sociedade mais justa e solidária. Além disso, a forma como foi adotado (mais do que o ato

em si), de forma intempestiva, ignorando o Conselho de Alimentação Escolar da Cidade de São Paulo, sem a realização sequer de um debate mais amplo com as partes, evidencia, no mínimo, o questionamento deste ato, não apenas por nós agricultores do Vale do Ribeira, mas por todos os pequenos agricultores que acessam o PNAE e por toda a sociedade civil que espera de seus dirigentes uma nova forma de fazer política: mais humana, mais social, mais transparente e mais ética.

Por uma sociedade melhor,

---

Presidente COOPERCENTRAL VR